

SESSÕES DO PLENÁRIO

36ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 07 de janeiro de 2014.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora marcada, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (55)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Proposta de Emenda Constitucional nº 134/2013, Projeto de Lei nº 20.487/2013 e o Projeto de Lei 20.615/2013.

Há sobre a Mesa um requerimento assinado por 21 Srs. Deputados, solicitando, (Lê) *“Com base no que dispõe o inciso II, artigo 92 do Regimento Interno, a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Proposta de Emenda Constitucional nº 134/2013, Projeto de Lei nº 20.487/2013 e o Projeto de Lei nº 20.615/2013.”*

Não há Pequeno Expediente. Não há Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do PSL/PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há orador.

Com a palavra o Líder do PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, o nobre deputado Carlos Geilson falará por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Geilson, meu querido amigo, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente desta sessão, deputado Fabrício Falcão, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, colegas da imprensa, amigos das Galerias, a Oposição nesta Casa – o som da tribuna está muito ruim – tem demonstrado boa vontade para que os trabalhos possam fluir e para que cheguemos a um denominador comum.

A Oposição tem uma emenda para a questão da antecipação *royalties*, para que esses recursos, de fato, sejam aplicados no setor previdenciário. O governo, ao que parece, quer a antecipação dos recursos, mas não dá garantias de que esse dinheiro, de fato, será aplicado no setor previdenciário do Estado. Fica evidente, meu caro deputado Paulo Rangel, que a previdência do Estado está pré-falida.

O deputado Zé Neto, perante a imprensa, poupou a administração do ex-governador Paulo Souto. Gente, pelo amor de Deus! Depois de 7 anos de administração Jaques Wagner o deputado não consegue se desgarrar, se desprender desse discurso de herança maldita. São 7 anos do governo Jaques Wagner! Quanto este governo aportou para a previdência dos servidores? Quanto?

O governador Paulo Souto aplicou recursos com a venda da Coelba e deixou o setor da previdência muito bem encaminhado, o que não acontece com este governo. Governo esse que quer a antecipação dos *royalties* até 2018.

O governador pediu no encontro com o deputado Gaban que fosse feita uma emenda para que os recursos, de fato, sejam destinados para a previdência. Por que o governo não aceita? Por que o governo apresenta uma escaramuça? Puxa daqui! Puxa dali! Será que o governo quer usar a antecipação dos *royalties* para tapar o rombo no tesouro do Estado, para tapar o rombo no erário? Não seria essa a destinação que quer, de fato, o governo? Será que o discurso da previdência está camuflando outro destino que tomarão esses recursos?

Portanto a Oposição, nesta Casa, meu caro deputado Adolfo Viana, tem-se mostrado muito transparente e muito solícita com o governo a ponto de o deputado Gaban, Líder do DEM, ter-se reunido com o secretário da Administração. Ficou

claro, de forma inequívoca, que a Oposição quer a solução. Não somos daqueles de quanto pior, melhor ou quanto mais a terra arrasada, melhor. Esse não é o desejo da Oposição!

Queremos o setor previdenciário saneado com a garantia da aposentadoria. Isso é o que nós queremos.

O governo não pode tirar o braço da seringa. O governo não pode deixar de reconhecer, meu caro deputado Paulo Rangel, que são 7 anos de governo Jaques Wagner e, no entanto, não conseguiu sanear, minorar ou diminuir esse fosso, esse buraco, esse rombo no setor previdenciário.

E, para contrapor à sua má gestão, o governo quer a antecipação dos *royalties* até o ano de 2018.

O Sr. Gaban:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Estão inscritos os deputados Gaban e Adolfo Viana.

Coitado do candidato Rui Costa. Ao que parece, ele não ganhará as eleições. Então, ele já disse, na imprensa, ser favorável à antecipação dos *royalties*. Se ele fosse ganhar as próximas eleições, ele saberia o pepino que vai encontrar, engessado, sem esses recursos até 2018.

Ouçó, com muito prazer, o deputado Carlos Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro deputado Carlos Geilson, V.Ex^a, sempre, assume a tribuna com brilhantismo em função do trabalho que faz e, com muita competência, também, na emissora de rádio de Feira de Santana.

Na realidade, o ponto crucial é esse que V.Ex^a falou. Esta Casa Legislativa já autorizou R\$ 14 bilhões em empréstimos para o atual governo. Mas o governo continua devendo, ou seja, não honra os pagamentos de seus compromissos com os empreiteiros. As obras estão, totalmente, paralisadas.

Tais fatos motivaram o Ministério Público estadual a entrar com uma ação para reter recursos decorrentes de propaganda para que a Secretaria da Saúde pague os mais de R\$ 200 milhões que deve aos seus fornecedores. Isso tem comprometido, inclusive, o atendimento em todos os hospitais de nosso estado por falta de medicamentos.

Quando demos essa sugestão com relação ao Fundo de Previdência foi para dar a garantia aos servidores públicos de que terão uma recuperação do rombo que existe. A modificação dada pelo governo fere, totalmente, o espírito de recomposição do rombo.

A maneira como está redigida a sugestão dada pelo governo, em vez de fazer o aporte, mensalmente, para o Fundo de Previdência, ele antecipa recursos futuros;

deixa de fazer o aporte; utiliza os *royalties* e vai aplicar o dinheiro em campanha eleitoral ou para fazer investimentos que não teve condições de fazer durante este ano, porque encerrou o ano com menos de 8% dos 100% previstos. Isso é nada, porque está quebrado!

O nosso espírito continua!

Queremos e confiamos no que o governador do estado disse: “A minha intensão é, única e exclusivamente, aplicar no Fundo de Previdência para dar tranquilidade ao servidor público.”

Então, a sugestão foi apresentada e a mesma foi entregue por mim ao deputado Zé Neto. A Bancada da Oposição já se reuniu. E chegamos à conclusão de que essa sugestão fere tudo o que estamos pensando. Continuamos preocupados com os aposentados e não com a finanças do governo para este ano eleitoral.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Muito obrigado, deputado Gaban.

Ouçó, também, o deputado Adolfo Viana, esse garotinho que está estourado em Casa Nova e na região do Norte da Bahia.

O Sr. Adolfo Viana:- Nobre deputado Carlos Geilson, gostaria de parabenizar V.Ex^a e gostaria de parabenizar, também, o Líder da Oposição por ter assinado hoje a dispensa de formalidades para que o projeto de lei nº 20.615, dos servidores do TCM, possa ser apreciado hoje. Isso se dará graças às assinaturas do Líder do governo e do Líder da Oposição. Aproveito para parabenizar os dois Líderes por essa iniciativa.

Gostaria, também, de compartilhar da ideia do deputado Gaban. Já foram R\$ 14 bilhões de empréstimos que o governo do PT tomou desde o início de sua gestão. Nós não sabemos onde foram aplicados esses R\$ 14 bilhões. Agora, com mais uma manobra, eles pretendem conseguir mais recursos. O que fica claro para mim, deputado Carlos Geilson, é que poderíamos, aqui, aprovar mais alguns bilhões de reais e não resolveria, pois o que falta ao atual governo é capacidade de gerir as finanças do nosso Estado. Então, quero parabenizar o deputado Gaban, que fez um belíssimo trabalho e aceitou que o dinheiro fosse para a previdência do Estado, mas, infelizmente, não é esse o objetivo do governo.

Quero parabenizar V.Ex^a pelo discurso e dizer que o deputado Gaban fez um belíssimo trabalho, mas o objetivo do governo não é, de maneira alguma, favorecer à previdência dos funcionários.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Muito obrigado, deputado Adolfo Viana.

Fica cada vez mais evidente que o governo quer usar esses recursos para outros fins. É sobejamente conhecido dos Srs. Parlamentares que o governo tem uma dificuldade, um rombo no caixa. Má administração, má gestão provocou esse rombo e o governo quer, agora, com essa antecipação dos *royalties*, cobrir uma parte desse rombo.

O que a Oposição quer é, justamente, vincular esses recursos ao setor previdenciário. Não é isso que o governo está querendo? Mas na prática, na hora de botar no papel, sai pela tangente. E a Oposição insiste que esses recursos devem ser aplicados única e exclusivamente no setor previdenciário.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Caro deputado Fabrício Falcão, V.Ex^a é de Feira de Santana, não é? Construiu a sua carreira política em Vitória da Conquista, essa brilhante carreira. Já vejo V.Ex^a reeleito pelo belo trabalho que realiza. Então, feirense de nascimento e conquistense de coração.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o nobre Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Bruno Reis, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, todos nas Galerias, os que nos assistem e nos ouvem através da *TV Assembleia*, estamos aqui no mês de janeiro, quando esta Casa deveria estar em recesso, com o objetivo maior por parte do governo do Estado de aprovar a PEC que pretende modificar a utilização dos recursos dos *royalties* do petróleo, do óleo, do gás, permitindo a sua destinação para cobrir o rombo existente, hoje, no fundo de previdência dos servidores.

Quando do envio da PEC a esta Casa, nós, da Bancada da Oposição, já sabíamos o que estava por vir, já sabíamos que o governo encaminharia logo em seguida uma lei autorizativa para que a receita dos próximos 5 anos dos *royalties* pudesse ser antecipada. A previsão era de que o Estado anteciparia mais de R\$ 1 bilhão, perdendo quase R\$ 300 milhões, para serem disponibilizados de imediato nos cofres do governo do Estado R\$ 700 milhões.

Lá atrás já havíamos nos posicionado contra a aprovação dessa PEC. Contra também a autorização para que houvesse a antecipação dos *royalties*. Isso porque, deputados e deputadas, o governador Jaques Wagner se reelegeu para 8 anos de mandato, não para 12 anos. A reeleição dá direito a mais 4 anos, não a mais 8 anos, e

agora ele quer governar 8 anos com recursos de 12 anos!

A oposição, nobre deputado Paulo Rangel, é contra medidas dessa natureza por considerar um absurdo, até porque é culpa única e exclusiva desse governo a situação em que se encontra o Funprev, ameaçando a aposentadoria de milhares e milhares de servidores públicos que, após 35 anos de serviço dedicado, com amor à causa pública, podem não ter o seu direito de aposentadoria garantido, porque o governo resolveu apostar na ampliação da máquina pública, no inchaço da máquina pública, para cooptar apoios políticos e partidários.

O governo ampliou o número de cargos comissionados, dos REDAs, que foram sempre criticados por V.Ex^{as}, dos PSTs, aumentou os gastos com aluguel de veículos, de imóveis. Enfim, todos os gastos que compõem hoje uma máquina pública deficitária. Agora pretendem contar com a boa vontade da oposição para a aprovação desse projeto.

Confesso a V.Ex^{as} que era contra, em qualquer circunstância, a aprovação desse projeto. Hoje, porém, reunimos a Bancada da Oposição, às 14h30min, e decidimos que, caso a emenda proposta pelo Líder do DEM, o nobre deputado Carlos Gaban, que, com toda a sua capacidade e inteligência, identificou que esses recursos poderiam ir para o Funprev, para que essa permanência fosse garantida, poderíamos, mais uma vez, nobre deputada Maria Luiza Laudano, V.Ex^a, que é relatora desse projeto, dando uma demonstração de desprendimento e de compromisso com os servidores públicos da Bahia, apreciar o projeto.

O que nós queremos é que os recursos permaneçam no fundo. Não que os recursos entrem pela manhã, como ocorre hoje, e saiam no final do dia. Se o governo aceitar a emenda que foi proposta pelo nobre deputado Carlos Gaban, há de nossa parte a disposição de votar. O que nós queremos é a garantia de que os recursos, tanto os da antecipação quanto os provenientes dos *royalties* dos meses correntes, sejam destinados ao Funprev, porque hoje esse recurso, que é para ser destinado à educação, à saúde, aos recursos hídricos, não está tendo essa destinação, nobre deputado Paulo Rangel. Cai no Caixa Único do Estado e sai no ralo, a fim de bancar o custeio da máquina pública e administrativa montada pelo PT.

Então a bola está na mão do Líder do governo. A proposta foi apresentada, encaminhamos e aguardamos o posicionamento da Bancada governista. Estamos prontos para, se necessário, esgotarmos as discussões em torno do parecer e entrarmos pela madrugada discutindo este projeto. Caberá ao governo colocar os 3/5 necessários, ou seja, 39 Srs. Deputados, para aprovar a matéria.

Se não for desta forma, não contará com qualquer gesto da Oposição. O governo nunca poderá acusá-la de ser corresponsável. Fazemos oposição dura e contundente, porém responsável. E num gesto de responsabilidade, num ato de

grandeza, estamos dispostos a chegar ao entendimento, nobre deputado Nelson Leal, para a aprovação, mesmo sabendo que a receita dos próximos 5 anos está sendo vendida. Isso comprometerá a gestão futura.

Diante da consulta à Bancada dos deputados oposicionistas e aos Líderes do nosso grupo político, se houver garantia real do governo de que o recurso ficará no Fundo por pelo menos 5 anos, portanto, tranquilizando todos os servidores do Estado da Bahia em relação à certeza do pagamento de suas aposentadorias, há disposição da Oposição em votar. Estaremos a postos para a votação, prestigiando e favorecendo os funcionários públicos estaduais.

Aproveito para saudar e registrar no Plenário a presença do deputado federal Nelson Pelegrino, que veio nesta tarde cumprimentar todos os deputados.

Sr. Presidente, esta é a nossa posição. A bola sai do nosso pé e vai para o pé do governo. Aguardamos dele um posicionamento quanto ao acatamento da nossa emenda. Se for acatada, haverá disposição nossa em votar. Se não for, passaremos o mês de janeiro aqui, pois o que resta à Oposição é este palanque, esta tribuna, e a utilizaremos da melhor forma possível neste mês. Esgotaremos o debate até os últimos momentos e aprovaremos os projetos depois da devida discussão, porque assim saberemos que estaremos aprovando o que é melhor para a Bahia.

Com relação ao projeto dos servidores do TCM, quero registrar que recebi a ligação do presidente Paulo Maracajá, e já assinamos a dispensa de formalidades. Se não houver acordo para a PEC e o Orçamento, tenham um pouco de paciência, pois na madrugada o PL de vocês será aprovado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou do Bloco Parlamentar PSC/PV/PR/PRB para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do PSD para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou do DEM para falar ou indicar o orador, por 11 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, falará por metade do tempo o nobre deputado Leur Lomanto e pelo tempo restante o deputado Adolfo Viana Filho.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Leur

Lomanto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, no final do ano de 2013 tive a oportunidade de pegar meu carro, e comecei a minha viagem tentando atravessar pelo *ferryboat*, deputado Paulo Rangel, e ali fiquei por quase 4 horas esperando, na fila, para, enfim, atravessar a Baía de Todos os Santos e chegar à Ilha de Itaparica. Isso mostra que, infelizmente, este problema do *ferryboat*, que tanto aflige a população baiana e que muito prejudica o desenvolvimento da Ilha de Itaparica e de toda aquela região, persiste, para tristeza do povo da Bahia.

Não contente, segui meu destino para a cidade de Ilhéus, entrei pela cidade de Nazaré, e quando chego na estrada que liga Nazaré a Valença, trecho que geralmente demora cerca de 30 a 40 minutos, ali passo mais de 1 hora e meia a 2 horas, devido a uma estrada completamente esburacada, diferente da propaganda do governo da Bahia.

Está estampado em seus *outdoors*, nas rádios, jornais, 7.000km de estradas recuperadas, número este já contestado pela Oposição, nesta Casa, pelo PSDB que, inclusive, foi à Justiça para que apontassem as estradas recuperadas, que o somatório, sem sombra de dúvida, não seriam os 7.000km que tanto este governo anuncia através das propagandas de TV. Aliás, deputado Targino Machado, se me perguntarem se tem algo positivo neste governo, eu diria: a equipe de publicidade e propaganda.

Nunca vi tentar enganar a população baiana como faz este governo. Recentemente, nessa semana, fizeram uma grande festa para o lançamento da obra do Porto Sul. Ora, é querer fazer de otário o povo da Bahia. Essa conversa de Porto Sul já vem desde de 2007. Usaram isso na campanha de 2010, como também a ponte Salvador-Itaparica. O Porto Sul nem licença ambiental tem, não tem absolutamente nada, e já estão fazendo uma grande festa, deputado Marcelino Galo, como se fossem começar a obra amanhã.

Mas a população está atenta, a população está percebendo que isso é, mais uma vez, uma propaganda eleitoreira, visando alavancar uma candidatura que foi imposta pelo governador Jaques Wagner.

A Ponte Salvador-Itaparica nem se fala. Existiam manchetes em vários jornais do nosso Estado dizendo que no ano de 2013 iriam inaugurar a Ponte Salvador-Itaparica, deputada Ivana. Estava no jornal que 2013 seria a grande festa de inauguração da Ponte Salvador-Itaparica. Nós já atravessamos 2013, estamos em 2014 e não tem ponte nenhuma, não tem ferrovia pronta, não tem Porto Sul pronto. Isso tudo mostra que o Governo tenta a cada dia e a cada hora continuar enganando a população no nosso Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre colega, deputado Adolfo Viana, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA: - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, visitantes que nos assistem nas galerias e também pela *TV Assembleia*, ouvi aqui atentamente alguns pronunciamentos e o último pronunciamento do nobre parlamentar, o deputado Leur Lomanto, que relatava desta tribuna a dificuldade que encontrou para retornar a sua casa após o final de ano, onde pegou 4 horas de atraso no *ferryboat*. Relatou também no seu pronunciamento a questão do Porto Sul, onde o governo do Estado da Bahia vem usando o nosso recurso para fazer propagandas indevidas de um porto que não ficará pronto, obviamente, até o final do governo de 2014, até porque, como bem disse aqui o parlamentar Leur Lomanto, sequer tem a licença ambiental do Ibama.

Ouvi também atentamente o pronunciamento do deputado Gaban, que tem dado grande contribuição a essa brava Oposição nesta Assembleia Legislativa, que defendia aqui os recursos dos *royalties* para a Previdência. Infelizmente, não é esse o interesse do Governo do Estado, eles querem, justamente, esse recurso para fazer os investimentos que acham que são devidos. Mas, ora, já foram 14 bilhões de empréstimos por parte do atual governo e não sabemos onde foram investidos tanto dinheiro! Sabemos, sim, que querem agora mais um bilhão de antecipação. E ficamos aqui a querer saber, nobre deputado Bruno Reis, para onde vai mais esse dinheirão.

Gostaria de aproveitar aqui o tempo que ainda me resta para falar de um projeto de lei que apresentei hoje à esta Assembleia Legislativa. Fui procurado por alguns estudantes e tenho certeza que logo, logo este projeto vai ser apreciado pelos parlamentares, tanto do Governo como da Oposição e vamos poder fazer justiça aos estudantes.

O projeto, deputado Paulo Rangel, “*Dispõe sobre a proibição de cobrança, pelas instituições de ensino superior e técnico, referentes às taxas de 1ª via em emissão e registro de diplomas, bem como outros documentos comprobatórios acadêmicos e escolares.*” Reuni-me com alguns estudantes que me solicitaram isso.

Sabemos, realmente, as dificuldades dos estudantes, sabemos que a grande maioria tem um orçamento apertado, fazem todo um sacrifício para conseguir estudar, e de fato se a faculdade cobra a primeira via para tudo, encarece muito o orçamento do estudante que já tem dificuldade.

Então, eles me encaminharam aqui uma justificativa para o pleito deles, que é uma “ *Grande reivindicação da classe estudantil. Identificamos, pela demanda de*

alunos do ensino superior da Bahia, que está sendo cobrada a emissão da 1ª via de todos os documentos de comprovação escolar, como os históricos, certidões e declarações de cunho acadêmico. Em diversos estados do país a movimentação estudantil conseguiu impedir tal prática e aqui na Bahia não tem sido diferente.”

Esse projeto deve estar indo para a Comissão de Constituição e Justiça para ser apreciado. E uma vez que seja apreciado, irei pessoalmente recolher as assinaturas para que possamos dar o direito aos estudantes à primeira via de documentos comprobatórios. Não tenho dúvida de que vamos dar uma grande contribuição e que esse recurso não fará falta alguma às faculdades, mas tenho certeza que faz grande falta aos estudantes.

Então, gostaria de poder contar com a colaboração dos parlamentares, da Mesa Diretora desta Assembleia para que possamos aprovar esse projeto de lei em favor dos estudantes do Estado da Bahia.

Por fim, gostaria de, mais uma vez, desta tribuna, parabenizar o Líder do governo e o da Oposição por terem assinado a dispensa de formalidades. Assim, vamos poder votar hoje o projeto de lei nº 20.615, dos servidores do TCM. Parabenizo tanto o Líder Bruno Reis como o Líder Zé Neto, porque, com certeza, com essa iniciativa hoje poderemos votar, não agora, mas na madrugada, esse projeto.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Quero saudar o deputado federal Nelson Pelegrino, do PT, que está presente.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do PT para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Ordem do Dia.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Emenda Constitucional nº 134/2013, de procedência do Poder Executivo, que altera o *caput* do art. 204 da Constituição do Estado da Bahia.

PROPOSTA DE EMENDA Nº 134/2013

**Altera o *caput* do art. 204 da
Constituição do Estado da Bahia.**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no § 3º do art. 74 da Constituição do Estado da Bahia, promulga a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º - O *caput* do art. 204 da Constituição do Estado da Bahia passa a vigorar com a seguinte redação e incisos:

“**Art. 204** - Os recursos financeiros destinados ao Estado, resultantes da participação na exploração dos potenciais de energia hidráulica, petróleo, gás natural e outros recursos minerais, serão aplicados, na proporção em que a lei estabelecer, em:

I - educação e saúde;

II - gestão e preservação dos recursos hídricos e minerais;

II - geração de energia e energização rural;

III - aporte em fundo de previdência dos servidores estaduais.

.....
.....”

Art. 2º - Esta Emenda entra em vigor na data da sua publicação.

MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, em

-

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- A matéria já foi relatada pela deputada Maria Luiza Laudano. O deputado Gaban pediu vista na sessão passada e irá discutir a matéria no âmbito da comissão.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para discutir, no âmbito da comissão, o deputado Gaban, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, recebi do Líder do governo uma proposta de modificação desse parecer que foi lido pela deputada Maria Luiza Laudano, fruto da reunião que mantive ontem, reunião técnica, com o secretário da Fazenda do Estado, Dr. Manoel Vitório.

Quando elaboramos a nossa sugestão estávamos preocupados, volto a insistir, com o rombo no fundo de previdência dos servidores do Estado da Bahia. Estamos chegando ao limite e daqui a pouco tempo o governo não terá recursos no fundo para pagar o salário daqueles que se aposentaram. Seria uma tremenda injustiça com os

servidores públicos que dedicaram sua vida a diversos governos, porque para ter direito a uma aposentadoria é necessário ter, no mínimo, 30 anos, as mulheres, e 35 anos, os homens, de contribuição. E na hora em que se aposenta, na hora que mais precisa – a maioria daqueles que se aposentaram não tem outro tipo de renda – ser pegado de surpresa ao não receber seu salário porque não há recursos para essa finalidade.

Quando sugeri, na apresentação do segundo quadrimestre deste ano, o secretário Manoel Vitória, depois de uma série de questionamentos feitos pelo Líder da Oposição, deputado Elmar Nascimento, disse: “Os problemas de dificuldades financeiras que nós temos não são novidade, nem para V.Ex^a e muito menos para mim que assumi a secretaria. Eu vim aqui à Assembleia não para receber críticas e dizer os problemas que tem, porque eu os conheço.” Palavras do secretário Manoel Vitória: “Eu gostaria, sim, de receber uma colaboração da Oposição no sentido de reverter os problemas que nós temos.”

De imediato, fiz a sugestão, já que na explanação que ele havia feito, até por ter sido oriundo da Secretaria da Administração, à qual pelo cargo que exerceu, ele era presidente do Conselho de Previdência dos Servidores Públicos. E eu, também, durante alguns anos, fui membro titular desse conselho. Ele sabe do problema que tinha.

Por isso mesmo, na exposição, quando ele falava do rombo, de imediato, eu sugeri para que ele utilizasse o que prevê a emenda nº 43 do Senado Federal que possibilita a utilização de *royalties* de petróleo, de gás natural e de atividades afins nesse ramo para a capitalização do Fundo de Previdência. A sugestão, dei de imediato. Ele ficou até meio surpreso e disse: “Gaban, gostei. Não havíamos pensado nessa possibilidade. Vou acatar sua sugestão.”

Aproximadamente, 15 dias depois, o governo envia para esta Casa Legislativa uma PEC par mudar a Constituição do Estado da Bahia e prevê que os recursos dos *royalties* pudessem ter o destino para recuperar o déficit que tem o Fundo de Previdência. Até aí, satisfeitiíssimos.

Logo em seguida, o governo manda, deputado Bruno Reis, dois projetos. Um deles nos pegou a todos de surpresa, pois tratava-se da antecipação dos recursos dos *royalties* até 2018, ou seja, queriam utilizar, neste governo, os recursos devidos a quem será eleito democraticamente pelo povo da Bahia em outubro deste ano. Isso nos pegou totalmente de surpresa!

Como um governo quer resolver os seus problemas com um recurso que pertencerá a outro governo? Se formos analisar a própria emenda nº 43 do Senado Federal, do ponto de vista legal, existe, sim, uma abertura ou uma possibilidade. Ele veda antecipação de *royalties* no último ano. Permite em todos os anos, desde que o

governo os devolva no dia 10 de dezembro de cada ano. Quanto ao último ano de governo, ele proíbe ao abrir a possibilidade de uma exceção que seria a antecipação *deroyalties* para o Fundo de Previdência.

Baseado única e exclusivamente nessa exceção, o governo pleteia tal antecipação. Apesar do ponto de vista legal ou com até certa legalidade, tem um cunho de imoralidade. Como um governo que está findando, depois de reeleito dos seus 8 anos de mandato, queira utilizar recursos do futuro governo que, democraticamente, a população da Bahia vai eleger para governar os destinos do nosso Estado de 2015 a 2018?

Mas, depois de várias reuniões internas feitas pela Oposição, reconhecendo, deputado Rosemberg, as dificuldades e o rombo que existem com o risco iminente de não ter recursos para pagar àqueles que dedicaram suas vidas ao serviço público do Estado da Bahia, àqueles que, repito mais uma vez, trabalharam por vários governos, a Oposição prima por uma saída.

Vejam, a democracia é isso. A democracia prevê a alternância do poder. Isso é para aqueles que criticam o governo terem a oportunidade de assumir o mesmo governo. E aqueles, que foram criticados, têm a oportunidade de criticar aquilo que acharem errado. E, de quatro em 4 anos, a população avalia quem está atendendo aos seus desejos, aos seus anseios, à expectativa que cada um tem de dar uma vida melhor aos seus filhos, uma saúde e uma educação melhores do que tiveram no passado, para que continuem tendo a segurança que nós todos tínhamos há muitos anos, quando não existia o crime organizado nem havia o narcotráfico espalhando o terror pela nossa Bahia entre tantos pais e mães de família. Agora há a preocupação de que exista uma segurança adequada.

Então, pensando em tudo isso, naqueles que dedicaram as suas vidas ao serviço público do nosso Estado e que não poderíamos privá-los de recursos futuros de *royalties*, pois com estes nós conseguiríamos resolver o problema dos aposentados, mesmo com o sacrifício das nossas finanças de 2015 a 2018, optamos, por decisão unânime da nossa Bancada, pelos que na vida se dedicaram ao setor público baiano. Ainda que tenhamos alguns sacrifícios no futuro, vamos dar garantia e tranquilidade àquelas famílias que dedicaram as suas vidas a servir à Bahia.

Por isso, iniciamos uma discussão com esse governo em relação a esses recursos. Nós até os acataríamos, pois acredito que serão do nosso governo, mas é a população que vai decidir. Que venhamos a ter problemas futuros, mas o servidor público teria sua garantia. Tivemos esse consenso.

Depois vieram as reuniões aqui sempre muito difíceis, não abriam possibilidade nenhuma. Demos como encerrado o assunto. Quem voltou a abrir uma possibilidade - a qual para mim, no primeiro momento, era real - de se fazer um acordo, porque fez a

proposta, foi o governador Jaques Wagner. Ele me abordou dizendo, como já falei em pronunciamento anterior, que o propósito dele era o mesmo nosso, da Oposição. S.Ex^a. disse que, quando acatou a minha emenda, o que queria efetivamente era resolver o problema da Previdência.

Mas, da maneira como essa emenda me foi apresentada pelo governo, este apenas deixará de fazer o aporte mensal que tem como obrigação fazer, conforme determina a lei, na proporção dos ativos. Então deixa de fazê-lo e utiliza recursos dos *royalties*. Aí, não resolve o problema do rombo da Previdência. Então, não dá para entender. A única hipótese que eu tenho é que esqueceram de informar ao governador que eles querem utilizar - e os valores já estão no Orçamento do Estado deste ano - 300 milhões, fruto dos *royalties*, para serem aplicados em outras atividades.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Não pode.

Espero, caro presidente, que o bom senso prevaleça. Acredito que o que me foi proposto, eu que naquele momento era o único deputado da Oposição presente, será cumprido. Acredito também que o governador da Bahia esteja preocupado com aqueles servidores que dedicaram as suas vidas ao nosso Estado, porque agora estão aposentados e não podem deixar de receber as suas aposentadorias. Espero que ele reveja essa decisão da sua equipe técnica e confirme o que me propôs: “Faça a emenda”. E a minha emenda prevê que qualquer recurso de antecipação de *royalties* seja aplicado numa conta específica, permanecendo inativa durante 5 anos, podendo essa conta e devendo essa conta render juros para fazer aplicação no mercado financeiro. Com essa rentabilidade mensal da aplicação nós vamos diminuindo o rombo que tem com a Previdência e poderemos dar a tranquilidade que o servidor público do nosso Estado precisa e necessita.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- É nesse sentido, deputado Zé Neto, que eu solicito a V.Ex^a que converse pessoalmente com o Sr. Governador, porque o que ele pediu nós, da Oposição, fizemos. A nossa proposta é única e exclusivamente para dar uma tranquilidade para os servidores públicos aposentados. Aqui garante uma rentabilidade mensal, não se mexe no dinheiro, da maneira que está, deputado Zé Neto, é a que está no orçamento desse ano, vai utilizar já 300 milhões para outras atividades. Ao invés de o governo fazer o aporte dele mensal, ele usa o dinheiro dos *royalties* e usa, o que seria de sua obrigação, para outras finalidades, e vira as costas para aqueles que dedicaram a sua vida ao serviço.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- V.Ex^a não me concedeu 20 minutos?

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Dez minutos.

O Sr. GABAN:- Estou falando como Líder do DEM. Toda Liderança, meu caro presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Não está dizendo isso aqui.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, então consulte. Eu estou falando na prerrogativa de Líder e eu tenho direito a 20 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Não.

O Sr. GABAN:- Sr. Carlos, na prerrogativa de Líder quantos minutos eu tenho?

O Sr. Carlos:- Dez minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- V.Ex^a já falou quase 15 minutos, deputado.

O Sr. GABAN:- Ah, está no âmbito da comissão, perfeito, eu não sou titular da comissão, desculpe, perfeito. Está claro, claríssimo. Obrigado, Presidente. Desculpe, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Tranquilo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu entendo que esse é um assunto da mais alta relevância e a gente precisava da presença dos Srs. Deputados neste plenário. Por isso mesmo eu gostaria de solicitar uma verificação de quórum nominal para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Questão de ordem do deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido Presidente, eu quero, entendendo, realmente, a importância desta sessão para que a gente possa votar esses diversos projetos, que os deputados e deputadas se fizessem presentes aqui nesse recinto para que possamos dar continuidade a esta presente sessão e votar os projetos de interesse do Estado da Bahia. Por isso eu peço que V.Ex^a utilize o tempo regimental, acione as campanhas, chame todos os deputados e deputadas para que se façam presentes, e no tempo de 15 minutos, tempo regimental, chamar aqui o mínimo de 21 deputados presentes para dar continuidade à presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Atendendo à solicitação do deputado Adolfo Viana, zere o painel. Convoco todos os deputados para darmos continuidade à presente sessão, atendendo ao pedido de verificação de quórum do deputado Adolfo

Viana. Também, atendendo ao pedido do deputado Rosemberg Pinto, convido todos os deputados que estão nos gabinetes, no cafezinho, que estão em reuniões pelos seus gabinetes para que compareçam ao plenário para podermos dar continuidade à presente sessão, visto que está faltando aqui a presença de vários deputados. (Pausa.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputado Fabrício, gostaria de aproveitar este momento para desmistificar um pouco essa ideia da utilização dos *royalties*. Primeiro, esse é um debate que não podemos fazer pela metade ou na expectativa de um resultado eleitoral, como vejo aqui nos pronunciamentos dos deputados Bruno Reis e Gaban, como se nós estivéssemos tirando um resultado financeiro de um governo que virá em 2018. Ora, ninguém sabe quem será o governador ou a governadora.

Em 2014, eu sei, deputado Cacá; estou falando de 2018. Em 2014, eu sei que será Rui Costa. Estava falando de 2018, até porque nem sabemos em que partidos estarão filiados os deputados. O deputado Bruno era do DEM e agora já é do PMDB. De repente, lá vai estar no PSDB ou no PT, ninguém sabe.

Primeiro, não adianta ficarmos enganando ninguém ou querendo nos enganar. Temos um problema cruel, que é o déficit da previdência, que não é uma coisa do Estado da Bahia, é de todos os Estados brasileiros, alguns deles dirigidos pelo PSDB. Minas Gerais, por exemplo, acabou com o fundo de previdência, jogou tudo para a União e está usando esse dinheiro para investimento.

Na Bahia, estamos fazendo diferente. Aqui nós estamos querendo utilizar a antecipação dos *royalties* para capitalização desse fundo, sob pena de vê-lo com um déficit muito maior. Porque aqui não estamos falando de trazer dinheiro para criação de um fundo, como quer o deputado Gaban. Estamos dizendo que o Estado baiano bota dinheiro, mas não é suficiente para resolver o problema do déficit da previdência.

E nós precisamos resolver o problema dos servidores. Esse discurso fácil aqui, de que se está defendendo servidor... Ora, quem não está defendendo antecipação exclusivamente para o fundo da previdência e coloca limitações para capitalização desse fundo, não é verdade que esteja defendendo os interesses dos servidores. Não é verdade isso.

Por isso, este debate precisa ser mais aprofundado. E quero aproveitar para chamar os deputados e deputadas a dar presença neste momento, para a continuidade deste debate. Um debate importante para o fundo previdenciário dos servidores públicos do Estado da Bahia, sob pena de que, se não aprovarmos essa PEC, teremos dificuldades, independentemente de que governo for, para minimizar a crise que vem de muito tempo com a previdência dos servidores.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Quórum restabelecido para a

continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Bruno Reis pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, em especial saúdo os presentes às Galerias, que hoje estão cheias de servidores públicos.

Nobre deputado Rosemberg Pinto, ao acompanhar o pronunciamento de V.Ex^a, é preciso deixar claro que o próprio secretário da Fazenda reconheceu que dos setecentos e poucos milhões de reais que irão entrar nos cofres públicos do Estado pela antecipação dos *royalties*, trezentos já serão utilizados para investimentos. É só pegar a peça orçamentária que V.Ex^{as} pretendem aprovar hoje, que lá, já estão destinados R\$ 300 milhões de reais desses recursos para investimentos. Agora vir fazer discurso fácil de que quem é contrário a PEC não está a favor dos servidores, é querer transferir as responsabilidades, nobre deputado Paulo Rangel.

E vamos aqui fazer um histórico referente ao Funprev. O Funprev foi criado no primeiro mandato do então governador Paulo Souto. Naquela ocasião, o governador Paulo Souto privatizou a Coelba e ingressou nos cofres públicos do Estado, R\$ 1 bilhão e 700 milhões de reais. Esses recursos foram utilizados para o maior programa rodoviário da história do País e da Bahia, quando foram recuperadas todas as rodovias estaduais. Também foram utilizados os recursos para o maior programa de saneamento básico da história da Bahia, o Bahia Azul.

Mesmo assim, o governador Paulo Souto, no último ano do seu governo, sem ter compromisso ou obrigação, sem estar previsto em legislação alguma, aportou 450 milhões de reais no Fundo da Previdência dos Servidores. Portanto, utilizou-se 25% dos recursos da privatização da Coelba para capitalizar o Fundo. Continuou fazendo os aportes, mês a mês, nos governos seguintes. No governo de César Borges, que o sucedeu, falou-se numa possível privatização da Embasa, e os recursos que foram antecipados, Paulo Souto retornou, no ano de 2002. Em 2004, mandou uma lei de reversão para esta Casa, transformando antecipação e reconhecimento de dívida e iniciou o pagamento, mantendo o aporte no Fundo da Previdência.

É um problema a Previdência? É um problema. Agora é um problema previsível. É matemática. É só calcular para podermos prever qual o valor da aposentadoria que cada servidor público do Estado terá. Seja aposentadoria, sejam os pensionistas. O que houve por parte deste governo foi não fazer a conta, a previsão devida. Segundo, não fazer os aportes, mês a mês.

Agora, primeiro, tentou culpar a Oposição por herança maldita. Acompanhamos pela imprensa, há 7 anos. O prefeito ACM Neto, nobre deputado Gaban, se elegeu prefeito e nenhum dia sequer fez referência à herança maldita que João Henrique deixou. Esqueceu o passado, quebrou o retrovisor, olhou para frente e está

governando. A Base do governo, depois de 7 anos, tentou, aqui, nesta Casa, creditar o caos, o rombo das finanças públicas seja do Caixa do Estado ... Porque são dois problemas. Um é que existe no caixa do Estado, rombo de 2 bilhões e 600 milhões; o outro é o Fundo de Previdência. Ambos foram criados pelo governo que aí está.

Nacionalmente, a Bahia sempre foi referência antes da existência da Lei de Responsabilidade Fiscal, nobre deputada Ângela Sousa. A Bahia, principalmente nos governos do senador Antônio Carlos Magalhães, já aplicava a Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando a lei veio foi apenas para garantir uma situação que aqui já existia, não era novidade para a Bahia.

Só que, em 2006, o PT ganhou as eleições. Tínhamos 19 secretarias, cresceu para 31. Foi o segundo Estado do Brasil que mais criou cargos comissionados ao longo desses 7 anos. Os REDAs triplicaram; os PST quadruplicaram; despesas com publicidade triplicaram; elevaram as despesas com diversos serviços: locação de imóveis, de veículos, material de escritório, conta de energia, de água. E aí, minhas amigas e meus amigos, não há Estado que aguento, e o Estado quebrou. Também o governador colocou como secretário da Fazenda o caixa da campanha, o amigo, ao invés de pegar um técnico qualificado. Nunca administrou, nem foi síndico de prédio, nada, e virou secretário da Fazenda. Implantou logo uma briga na Secretaria da Fazenda entre auditores e fiscais e comprometeu a arrecadação do Estado, em que pese a arrecadação ter crescido, naturalmente, por conta do aumento das riquezas da Bahia, mas aquém dos nossos Estados vizinhos, a exemplo de Pernambuco que se continuar, em 2016, o ICMS será o mesmo da Bahia, porque vem crescendo de forma galopante a sua arrecadação ano a ano.

O fato é que, se por um lado a receita não aumentou conforme a dos nossos vizinhos, a despesa cresceu numa equação exponencial, e hoje está aí o rombo nas contas do Estado.

Vejam que gesto nobre dos deputados da Oposição, deputado Gaban, V.Ex^a que é da Oposição que deu a solução para o governo: Por que não utiliza os recursos dos *royalties* para o Funprev? Só que aí, como eles são maliciosos, pegaram a ideia de V.Ex^a e quiseram dar o golpe. Qual o golpe? Antecipar a receita dos próximos 5 anos é golpe. Aproveitou, porque houve a boa vontade, uma sugestão inteligente por parte de V.Ex^a, conhecedor que é, especialista da área. V.Ex^a sugeriu e eles acharam que porque V.Ex^a havia feito essa sugestão, eles iriam passar nesta Casa esse absurdo.

Mais uma vez, pelo espírito republicano que nós temos, pelo fato de V.Ex^a ser um conhecedor, especialista na área, apresentou uma emenda. Nada mais justo do que a emenda que V.Ex^a apresentou, até para ver garantida a sua ideia. Porque se essa emenda que V.Ex^a apresentou não for aprovada, de nada adianta a ideia que foi dada. Porque, hoje, os recursos dos *royalties* já não estão sendo utilizados conforme

estabelece a Constituição no seu Art.204, inciso I, na educação e na saúde. Na educação, os 25% são aplicados forçados na gestão e preservação de recursos hídricos e minerais. Nada, enfrentamos a maior seca dos últimos anos e o governo não teve condições de enfrentar. Aí vem agora dizendo que vai fazer aportes no fundo da previdência. Pode até fazer, mas é o dinheiro entrando de manhã no cofre do fundo e de tarde saindo para investimentos.

O que nós da Oposição queremos para não dizer que somos empecilhos ou que somos intransigentes ou que não queremos colaborar... Porque responsabilidade não temos nenhuma, a responsabilidade pela situação do Fundo da Previdência dos Servidores do Estado, nobre deputado Rosemberg Pinto, é de V.Ex^{as}, por má gestão, ineficiência administrativa, incapacidade, deixando que as finanças do Estado chegassem na situação em que está.

Mas vamos lá, estamos aqui mais uma vez - esse filme se repete, já é o terceiro ano nesta Casa – para colaborar com o governo, mesmo achando um absurdo abrir mão da receita dos *royalties* nos próximos 5 anos. Até porque o governador futuro ficará sem essa receita. Wagner se reelege para 8 anos e quer governar com recursos de 12, aí é fácil, mas, mesmo assim, com recursos de 12 anos... entendendo que é um problema que atinge os servidores públicos, entendendo que não é justo que os servidores depois de uma vida dedicada ao serviço público fiquem com suas aposentadorias em risco como estão hoje, reunimos a Bancada às 14h30, conversamos e, até agora, o governo não deu uma posição em relação a nossa proposta. Então não quer acordo.

A bola foi devolvida, está no pé do Líder Zé Neto, do secretário da Fazenda e do governador. Está aí, há sobre a Mesa uma proposta e esperamos uma definição, nobre deputado Nelson Leal, que é um dos deputados que defendem o entendimento nesta Casa e que, acima de tudo, haja um acordo. Se não houver, vamos lá. Vai se tentar votar o primeiro turno da PEC hoje, estamos aqui discutindo no âmbito das comissões, porque as comissões nesta Casa não funcionam. Esse projeto não foi debatido nas comissões, veio direto para Plenário.

O Sr. Rosemberg Pinto: - Nas comissões são 10 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Exceto quem é membro, deputado Rosemberg Pinto. Por que toda vez que o nobre deputado quer falar V.Ex^{as} ficam brigando se são 10, 20 minutos? O que é que falo que incomoda tanto, pelo amor de Deus? Toda vez é essa celeuma, essa polêmica! Tenho direito a 20, mas se eu quiser falar 10, 15, eu falo, mas geralmente falo os 20, fazer o quê? V.Ex^{as} me obrigam a isso. Por quê? Porque não debatemos na comissão, essa etapa aqui poderia ter sido superada no âmbito das comissões se tivéssemos debatido, discutido, coisa que esta Casa normalmente não faz.

É sempre assim, final de ano, na calada da noite, quando todo mundo está preocupado com o Natal, com o *Réveillon*, agora com as férias, aí vêm esses absurdos. Quando chegou a PEC disseram que foi proposta por Gaban, que foi Gaban quem tinha sugerido. Falei: rapaz, aí tem coisa. Ia encerrar o ano, na última semana, na véspera do Natal, chega a lei autorizativa para antecipar a receita dos *royalties* em 5 anos, nobre deputada Maria Luiza Laudano. Em sua terra, Pojuca, tem muitos *royalties*, colabora muito com os *royalties* do petróleo. O próximo governador vai ficar 4 anos sem *royalties*. Quando V.Ex^a chegar para pedir alguma coisa para Pojuca, o governador vai dizer que o dinheiro já foi gasto com o Funprev. Não vai poder pedir, não é, deputado, presidente do sindicato da Casa e presidente da Mesa nesse momento, Fabrício Falcão? O fato é que na calada da noite chegou o projeto e agora querem acordo.

Queria ver, deputado Zé Raimundo, V.Ex^a prefeito de Vitória da Conquista, sei que quer voltar, sou sonho é voltar, está doido para voltar em 2016, se chegasse em 2015 e Guilherme dissesse: vou vender a receita dos nossos 4 anos, o que V.Ex^a iria achar ou, então, se fosse um prefeito de oposição a V.Ex^a. Mas infelizmente vamos ter que aprovar mesmo, está aqui o deputado Marquinho Viana, estamos no recesso, temos 55 deputados, estávamos apostando aqui que vocês não colocavam os 39. Não teríamos condição de votar, mas pelo visto todo mundo está na expectativa desse dinheiro que vai cair, um bocado de obra prometida para os municípios.

Eu ouvi hoje aqui falar em Salvador. A deputada Luiza Maia subiu para elogiar o prefeito ACM Neto e disse que 70% das festas do Reveillon foram pagas pelo governo Wagner. Nobre deputado Rosemberg Pinto, dos 5 milhões aplicados na festa, aliás, foi o único convênio até hoje que Wagner fez com o prefeito ACM Neto. Em 1 ano de governo, eu desafio V.Ex^a, foi 1 milhão e meio de reais. Sabe quanto isso dá por mês? Cento e dez mil por mês. Recursos da iniciativa privada. O prefeito teve a capacidade de articular para o Reveillon sair de graça, e o Carnaval já está todo pago pela iniciativa privada, coisa que o governo do Estado não faz. Wagner até hoje celebrou com a prefeitura um único convênio de 1 milhão e meio, que dão 110, 115 mil por mês, 1 milhão e meio dividido por 12.

Os deputados sobem aqui a esta tribuna dizendo para ACM Neto agradecer a Wagner, que os prefeitos da Bahia estão enciumados com o tratamento que Neto está dando a Wagner. Ainda temos que ouvir isso, meu Deus do céu, tem que ter muita paciência para cumprir o nosso papel aqui nesta Casa e ainda se deparar com um projeto como esse, uma aberração, uma excrescência.

Se esse projeto fosse proposto por Paulo Souto, ACM ou César Borges, a passarela estava trancada uma hora dessas.

O Sr. Carlos Geilson:- Rosemberg já tinha dado um salto mortal, já tinha se

jogado da passarela.

O Sr. BRUNO REIS:- Estavam tocando fogo na Babilônia, como dizem. Isso aqui nem no auge do carlismo, nem na força de ACM ele teve coragem de propor um negócio desses. Ele deve estar lá dizendo: “Rapaz, esse Jaques Wagner, eh, cabeça branca corajoso esse Jaques Wagner”. Quer vender as receitas do governo futuro, minha gente, daqui a 5 anos! O próximo governador vai passar 4 anos a pão e água sem ter um real de royalties. O Estado já está quebrado com 110 milhões por ano para pagar a Fonte Nova, 200 milhões por ano para pagar o metrô e sem royalties.

Sabemos que o PT já jogou a toalha, sabe que vai perder a eleição, não tem chance nenhuma mais, quer pegar os recursos. Reeleição são 8 anos, não são 12 anos. No Brasil, a legislação só permite uma única reeleição. Wagner quer trabalhar com duas, nobre presidente Fabrício Falcão. Quer utilizar os recursos de 12 anos em 8 anos de mandato. É justo isso, é lógico, é racional, é aceitável, é plausível, é razoável? Não é. Querem que a Oposição aprove.

Tudo bem! Vamos aqui fechar os olhos, pedir penitência e vamos votar. Mas aceitem a emenda para o recurso ficar no fundo, já que vai ser um problema para o outro governador também, não é isso, nobre deputado Rosemberg Pinto, não é um problema desse governo, é de todos os governos? Vai ser um problema do próximo governo também. Agora, garanta que os recursos vão ficar os mesmos 5 anos no fundo. Nós queremos isso. Vocês não querem antecipar 5 anos? Nós queremos que os recursos fiquem 5 anos no fundo. É justo, é justíssimo! Não há por parte do governo a boa vontade porque tem a ampla maioria. Às 2, 3 horas da manhã o povo da Bahia está dormindo. E aí vão passar o rolo compressor e vão aprovar essa excrescência, infelizmente, uma vergonha para o Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Viana, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, ouvi atentamente esse belo pronunciamento do deputado Bruno Reis, que falava da festa realizada pelo prefeito ACM Neto, que teve a capacidade de arrecadar recursos da iniciativa privada para dar esse presente aos soteropolitanos.

Infelizmente, deputado Carlos Geilson, com a forma desse governo de administrar, a Base governista se confunde e acha que a iniciativa privada é também parte do governo do Estado da Bahia. Digo isso porque esse governo é nota 10 em propaganda, e se apropria dos recursos da iniciativa privada agora, como dito aqui pelo nobre Líder do PT, o grande parlamentar Rosemberg Pinto.

Venho fazer uma reflexão. Esse governo, deputado Carlos Geilson, gosta tanto

de propaganda que já colocou em suas propagandas o Hiperideal como coisa do governo do PT.

V.Ex^a sabe de quem é o Hiperideal, deputado? É do pré-candidato ao governo da Bahia, pelo PSDB, João Gualberto, que é oposição ao governo do PT. Eles colocaram em *outdoors* de propaganda do governo o Hiperideal: “*Nunca se investiu tanto na Bahia.*” Imagine V.Ex^a, é gostar muito de propaganda. Eles fazem propaganda até dos investimentos dos adversários. É brincadeira, deputado Carlos Geilson!

Na previsão orçamentária de 2014, todas as secretarias estão tendo um valor menor do que no ano passado, mas na Pasta da propaganda eles elevam os valores. É por isso que o governo vai mal, porque é o governo da propaganda. Fazem propaganda até da Oposição.

Gostaria de perguntar ao competente deputado Gaban, que liderou o processo em defesa dos servidores, se eu estiver errado, corrija-me: a Oposição gostaria de que fosse para a previdência o dinheiro dos *royalties* para garantir o futuro dos servidores e o atual governo, numa manobra, tenta desvincular esses recursos para usá-los em investimento, é isso mesmo?

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concedo o aparte ao deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Na realidade, deputado Adolfo Viana, a diferença entre o que propusemos, quando solicitados, é que... Realmente, existe um rombo no fundo da previdência. Inclusive, o deputado Zé Neto disse: “Não fomos nós que criamos esse rombo”. Ninguém da Oposição disse que foi o atual governo. É um processo que vem ao longo do tempo. A própria Constituição de 1988 é uma das responsáveis, pois criou uma série de benefícios sem dizer quem iria pagar a conta no futuro, e as coisas chegaram ao limite em que estão.

A diferença entre as duas proposições é que na nossa a antecipação dos *royalties* é colocada numa conta específica, fazendo-se a aplicação no mercado financeiro durante um período mínimo de 5 anos. A rentabilidade disso irá, com o tempo, diminuir o rombo da previdência.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Numa demonstração de que a Oposição, sim, está preocupada com o problema dos servidores.

O Sr. Gaban:- Exatamente.

E na contraproposta do governo, em vez desse recurso ficar numa conta específica para ser aplicado no mercado financeiro, para a rentabilidade cobrir o rombo, ele quer a autorização para fazer o que está fazendo de maneira ilegal, ou seja, em vez de fazer o aporte mensal dos recursos que deve, porque os ativos, conforme a lei, têm um percentual de 1 para 2 para o Governo. O Governo ao invés

utilizar recursos dele mensalmente, pega os recursos dos *royalties* e utiliza os recursos que seriam da previdência em outras atividades. Então, não resolverá o problema do rombo. Essa é que é a diferença. Ele está querendo utilizar os *royalties* para cumprir com a sua obrigação como faz ilegalmente hoje. Ele tem utilizado recursos vinculados que a gente vem denunciando desde 2008 para tapar a fonte zero-zero, porque o custeio dele é muito alto e quer regularizar essa irregularidade com antecipação dos *royalties*. Desse modo, está se esquecendo do problema de pagamento dos aposentados do Funprev.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a.

Fica claro, deputado, que é uma manobra para adquirir mais recursos para investimentos. Resumindo é isso. Não existe preocupação com a previdência, e sim com aquisição de mais recursos para investimentos.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concederei um aparte ao nobre deputado Carlos Geilson.

Fica difícil para entendermos que foram tantos recursos, não é? 14 bilhões de empréstimos. E não se vê para onde foram. Uma seca devastadora, como a que o Estado da Bahia enfrentou e aí as obras estruturantes não apareceram; vê-se a previsão orçamentária para o ano que vem. Na Secretaria de Infraestrutura a previsão cai de 750 milhões para 250 milhões, o que nos leva a crer, deputado Carlos Geilson, que essas obras que o povo tanto espera não acontecerão em 2014. Então, a falta de capacidade deste governo de administrar os nossos recursos nos faz hoje ter a certeza de que não vale a pena conceder esses recursos se não forem única e exclusivamente para a previdência dos servidores.

Ouvirei, com prazer, o talentoso deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu querido, deputado Adolfo Viana. A sede deste pessoal do Governo é insaciável. É insaciável! É inquebrantável essa vontade voraz pelos recursos para que eles entrem nos cofres do Estado, no erário. Mas o que é devolvido para a população é escola de péssima qualidade, uma educação ruim neste Estado da Bahia; é uma saúde calamitosa, as pessoas padecendo, sofrendo nas portas dos hospitais; é uma segurança pública desastrosa, recorde em roubos e assaltos a bancos, roubos e furtos. O número de carros roubados e furtados no Estado é uma coisa assim alarmante. É um governo que tem uma sede voraz de arrecadar. Não estou dizendo que este dinheiro saia por algum lugar, pois eu não sei! Mas uma coisa é certa: em benefício do povo é que o dinheiro não é devolvido.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Nem dos servidores.

O Sr. Carlos Geilson:- Ah, o servidor, esse coitado, acreditou e hoje padece. Este governo deu as costas ao servidor do Estado.

Quero concluir, pois farei uso da palavra daqui a pouco. Gostaria, deputado Adolfo Viana, que pudéssemos voltar no tempo. Se Paulo Souto fosse o governador da Bahia e propusesse antecipação dos *royalties* por 5 anos, a essa altura o Líder do PT, deputado Rosemberg Pinto, já tinha ameaçado se jogar ali do viaduto da Paralela e o deputado Zé Neto já tinha ali, na Paralela, cruzado os braços e interrompido o tráfego gritando palavras de ordem contra o governador. Voltemos no tempo e imaginemos que se fosse Paulo Souto o governador, o PT na Oposição, e Paulo Souto pedisse antecipação dos *royalties*. Deus do céu! Esta Casa a esta hora estaria em pé de guerra. O que é o tempo, não é? O tempo é o senhor da razão. Essa metamorfose... O PT passou a ser uma metamorfose ambulante. É impressionante como o partido mudou. Aquele partido aguerrido, das ruas, das praças, das bandeiras, das palavras de ordem não existe mais. Esse partido não existe mais! O Partido dos Trabalhadores é um Partido partido.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a.

V.Ex^a fala que gostaria de voltar no tempo para ver o governador Paulo Souto fazendo essas solicitações. Talvez V.Ex^a esteja tendo uma visão, mas não em voltar o tempo, mas em acelerar o tempo para, a partir de 2015, V.Ex^a voltar a ver isso.

Concluo, dizendo que este governo passa a ser o governo da propaganda também neste Plenário, ao tentar dizer que o dinheiro dos *royalties* irá para a previdência dos servidores, quando, na realidade, é apenas um mero remanejamento...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concluirei, Sr. Presidente, com a sua tolerância.

É apenas um remanejamento para que eles possam adquirir ainda mais recursos para investimentos. Investimentos esses que não chegam para a população.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Pedro Tavares pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Meu nobre presidente, deputado Fabrício Falcão, imprensa presente, Galerias Paulo Jackson, amigos e amigas que nos acompanham pela *TV Assembleia*, mais uma vez, estamos aqui, no começo do ano, para discutir a questão da PEC que antecipa os *royalties*.

Quero parabenizar a Oposição, os deputados de Oposição que estão preocupados em defender o nosso Estado, em defender a Bahia. Quero parabenizar o deputado Gaban pela condução dos trabalhos, os deputados Bruno Reis, Carlos Geilson e Adolfo Viana, bem como os demais deputados da Oposição presentes que mostram a preocupação que temos em defender os interesses da Bahia. A nossa

preocupação é defender e proteger os servidores públicos, é que os servidores públicos, no momento merecido da sua aposentadoria, tenham segurança para receber os seus benefícios.

Ouvi, aqui, diversos discursos, diversas pessoas falando sobre esse tema e vendo o deputado Gaban, me perguntava ali, fiz alguns questionamentos, os quais depois quero discutir com o nobre Líder Gaban. Eles estão onerando a gestão futura sem qualquer estudo do impacto financeiro futuro. Será que a negociação de créditos tributários futuros, antes do fato gerador, não violaria a Lei de Responsabilidade Fiscal? Ou seja, vão negociar um crédito que ainda será gerado por meio dos *royalties*. Outra, a questão da antecipação gerará um deságio. De quanto será esse deságio para que a antecipação ocorra? Será que isso não seria uma renúncia de receita futura? Deixo essas perguntas sobre essa questão dos *royalties* ao Líder do Governo.

O que a Oposição quer é que esses recursos sejam usados, efetivamente, no Fundo de Previdência dos Servidores Públicos, mas, como disse o deputado Adolfo Viana, quem garante que o governo do Estado não vai usar esses recursos para investimentos, para fazer política no ano de 2014? Se não vai usar essa antecipação para fazer política, por que não aceitar a emenda da Oposição? Por que não?

A Oposição, aqui, tem a preocupação de defender, sim, os servidores públicos, de defender, sim, que essa antecipação seja usada, realmente, para o Fundo de Previdência dos Servidores Públicos. Por que não aceitar? Por que não acatar essa emenda da Oposição? Porque deve ter, deputado Gaban, outra questão no ar. Deve o intuito de usar esse recurso em outras questões, em outras finalidades. Caso contrário, o governo não estaria nessa loucura, querendo aprovar de qualquer forma. Hoje, 07/01, período em que já estaríamos de recesso. No entanto, estão aqui 55 deputados para discutir essa questão. Com relação a essa questão, fico a me perguntar: Por que não aceitar e acatar a emenda da Oposição?

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Deputado Adolfo Viana, quando a Situação, sempre, não tem uma explicação plausível e coerente para falar e debater sobre esses assuntos, a mesma Situação vem falar da herança maldita. A toda hora é a herança maldita! Quando não se tem desculpa, é herança maldita, deputado Adolfo Viana.

Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Pedro Tavares, parabenizo V.Ex^a pelo pronunciamento.

V.Ex^a fala de herança maldita. E o deputado Bruno Reis, que ocupou esta tribuna, foi muito feliz ao dizer que, em momento algum, o prefeito ACM Neto falou da gestão anterior. O prefeito ACM Neto assumiu a prefeitura de Salvador que se

encontrava com a ficha suja, uma prefeitura toda engessada, toda endividada. Nem por isso, ele ficou falando do passado. Ele se debruçou sobre o problema, montou uma boa equipe e tirou Salvador da situação em que se encontrava. A autoestima do soteropolitano está elevada. Salvador, hoje, vive um novo tempo. E nós podemos sonhar com dias melhores.

O PT tem mania de falar do passado!

Deputado Pedro Tavares, nós somos deputados em primeiro mandato e sabemos que eles gostam de fazer propaganda. E, aqui no Plenário, eles tentam, de maneira esquisita, sinalizar para o funcionalismo público. Mas, na verdade, sabemos que não é isso.

Vimos, no início de nossos mandatos, eles passarem o rolo compressor em cima dos servidores públicos algumas vezes. Uma delas foi no episódio do Planserv e, agora, da mesma forma.

O deputado Gaban foi muito feliz na condução de nossa Bancada ao propor fazer um investimento total do dinheiro na previdência estadual. Aí, sim, eles resolveriam o problema.

Mas a verdade verdadeira é que eles precisam de mais recursos para investimentos. Eles já deram uma demonstração, no passado, de que não adianta entregar recursos para um governo que não tem a capacidade de administrar. Foram R\$ 14 bilhões no passado que desceram pelo ralo. As grandes obras e os grandes investimentos – que a população de fato esperava – não aconteceram. E, agora, eles querem, em uma manobra, adquirir mais recursos comprometendo a próxima gestão do Estado da Bahia.

É uma verdadeira vergonha! E a Oposição não aceitará, de maneira nenhuma, que eles façam o mau uso do dinheiro que ainda nem chegou, porque é um dinheiro que virá até 2018.

Muito obrigado, deputado Pedro Tavares.

O Sr. Carlos Geilson:- Um aparte, deputado.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Antes de conceder um aparte ao nobre deputado Carlos Geilson, quero fazer uma observação ao deputado Adolfo Viana. O governo do prefeito ACM Neto tem só um ano! E já se passaram 7 anos do governo de Jaques Wagner e eles não esquecem nunca essa questão da herança maldita!

Passo a palavra, com muita alegria, ao talentoso deputado e representante de Feira de Santana, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro deputado Pedro Tavares, V.Ex^a usa pouco esta tribuna, mas, quando a usa, mostra para que veio a esta Casa.

V.Ex^a conhece muito bem a geografia deste estado. Duvido que tenha um parlamentar, nesta Casa, que conheça tanto a situação das barragens de nosso estado.

V.Ex^a sabe muito bem a situação das barragens de Mirorós e de Ponto Novo. Enfim, conhece, de perto, o estado da Bahia e, por onde anda, sabe perfeitamente o que ouve da população da Bahia, especialmente do servidor público. V.Ex^a tem sido um porta-voz deles aqui nesta Casa.

Deputado Pedro Tavares, é deveras lamentável o governo do Estado da Bahia antecipar as receitas até 2018 ao dizer que é para tampar rombo da previdência quando, em verdade, é para fazer caução; para cobrir o rombo das finanças do Estado. O atual governo encontrou, nesse viés, uma forma de tentar captar recursos porque é, sobejamente, conhecido o fato de que as finanças do Estado da Bahia vão de mal e pior.

E, aí, você não vê nenhum deputado do PT falar nada, tudo caladinho, votam caladinhos, tentando assim, meio escondidinhos... Não pode ser escondido, porque aqui nesta Casa não há nada escondido, mas, de qualquer forma, constrangidos, esta é a palavra, deputado Gaban. Vão votar constrangidos, depois saem de fininho, cada um pega o seu destino e tem uma noite longa, tensa, sem conseguir dormir e pensando: “Meu Deus, o que é que eu fiz com a minha história? Jogando uma história no lixo”. Profundamente lamentável. Sindicalistas de lutas históricas, guerreiros, aguerridos na Oposição. Hoje, frouxos, agachados, taciturnos, acabrunhados na defesa deste governo.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Concedo um aparte ao nobre deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Pedro Tavares, na verdade, eu gostaria de parabenizá-lo. V.Ex^a fez uma série de questionamentos técnicos. Se eu soubesse que V.Ex^a tem esses conhecimentos que demonstrou aí na tribuna a respeito desse assunto, confesso-lhe que o teria convidado para a reunião técnica que tive ontem com o secretário da Fazenda. V.Ex^a está de parabéns, são questionamentos técnicos extremamente pertinentes e importantes, o que demonstra o conhecimento de V.Ex^a também nessa matéria.

Parabéns. Continue usando essa tribuna mais vezes, porque está fazendo com uma maestria muito grande na tarde de hoje.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Para terminar, nobre deputado Gaban, quero cobrar do governo do Estado: se realmente quer investir, quer usar esse recurso de antecipação dos *royalties* no fundo de previdência dos servidores públicos, fica a pergunta: por que não acatar a emenda da Oposição baiana?

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao deputado Leur Lomanto pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, deputado Pedro Tavares, o governo não quer acatar a emenda que foi aqui proposta pelo deputado Gaban, representando toda a Oposição nesta Casa, porque o que o governo realmente deseja com a aprovação desse projeto de lei que visa à antecipação dos *royalties*, como foi dito aqui por todos os parlamentares que me antecederam nesta tribuna, a real intenção deste projeto é cobrir o grande rombo que o governador Jaques Wagner está deixando para o futuro governador da Bahia.

Não adianta, deputado Rosemberg, são 7 anos de governo. Esse discurso de herança maldita, fica até feio para V.Ex^{as} continuarem usando e abusando dele. É feio, deputado. São 7 anos de administração do PT neste Estado. Não são 7 dias nem 7 meses. Não adianta ficar dizendo que lá no tempo de Paulo Souto, no tempo de Antonio Carlos Magalhães. Só falta dizer “no tempo de Lomanto Junior”, que governou este Estado em 1964. Não adianta esse discurso, não cola mais.

A realidade é esta que estamos vivendo hoje: o Estado da Bahia, literalmente, quebrado, falido, devendo a fornecedores, devendo a prestadores de serviço, devendo ao funcionalismo público, devendo a profissionais na área de educação. Empresas sendo fechadas pela irresponsabilidade na administração das finanças em nosso Estado. E agora tentam, a qualquer custo, a qualquer preço, de qualquer forma, tapar o sol com a peneira. Tentam, trazem um projeto para esta Casa e fazem com que os parlamentares, tanto da Bancada do governo quanto da Oposição, entrem no seu recesso parlamentar para impor-lhes votar. Eu tenho absoluta convicção de que muitos deputados governistas não concordam com o mérito deste projeto, mas aqui estão para cumprir as determinações do chefe.

Assim foi com a escolha do próprio candidato a governador. Muitos da Bancada governista diziam que, se ele fosse o secretário Rui Costa, não apoiariam. A grande maioria nesta Casa dizia isso entre os partidos, inclusive o próprio Partido dos Trabalhadores. Mas bastou o chefe dizer que o candidato era esse secretário, pois hoje o discurso já mudou. Atualmente essas pessoas já estão mostrando a subserviência ao chefe do Executivo, o governador Jaques Wagner.

Neste Plenário ouvi atentamente vários oradores que me antecederam citar a administração do prefeito ACM Neto. Aproveito esta tarde para fazer algumas comparações. Primeiro, ele ao tomar posse como prefeito de Salvador realizou uma grande reforma administrativa enxugando a máquina pública, cortando despesas, cargos de confiança e escolhendo profissionais competentes, capacitados para assumir os principais cargos da Prefeitura Municipal. Está aí o resultado.

Começamos a observar nas ruas, sentir, conversar com os soteropolitanos, os amigos, os turistas que chegam à cidade. Eles já percebem uma nova forma de administrar diferente do que faz o governo do PT, que procura a barganha política, o

troca-troca. E agora, novamente, o mundo político já está em ebulição. As disputas pelos cargos, pelas Secretarias já estão estampadas nas principais manchetes dos jornais e *blogs*. Partido a brigando por determinada secretaria, partido b lutando para indicar o candidato a vice-governador. Mas, se receber uma secretaria importante, ele se agarra e esquece a vice-governadoria.

Esta é a forma de o PT administrar, a forma da barganha política, do desperdício do dinheiro público. Já está cooptando os partidos para apoiar o secretário Rui Costa, sem ao menos procurar saber se a pessoa tem competência para administrar a Pasta que lhe for oferecida, num verdadeiro toma lá, dá cá que já está em desuso na política e fadado ao insucesso e à incompetência que é a marca registrada do governo Jaques Wagner.

Temos que fazer, sim, uma comparação com a administração do prefeito ACM Neto. Este jovem que, como eu disse anteriormente, escolheu uma equipe qualificada e competente para junto com ele transformar Salvador. E assim está fazendo. Conseguiu em pouco espaço de tempo equacionar os problemas financeiros de uma cidade que todos aqueles, mesmo os mais otimistas diziam que era praticamente impossível resolver o problema financeiro da cidade de Salvador. Mas o prefeito ACM Neto mostrou que quando se tem coragem, capacidade, competência e quando se sabe escolher os parceiros, os companheiros, secretários competentes e preparados para governar, os resultados aparecem, deputado Zé Neto.

Nós do PMDB temos orgulho de fazer parte desse governo e ajudar o prefeito ACM Neto a administrar a cidade de Salvador. Temos que registrar o trabalho importante realizado pelo secretário Paulo Fontana, à frente da Secretaria de Infraestrutura e Obras do Município, que vem conseguindo viabilizar obras importantes para o município de Salvador. Uma parceria feita com o secretário nacional de Turismo, meu querido amigo e companheiro Fábio Mota, que teve a oportunidade de colocar mais de R\$ 50 milhões para serem aplicados na Prefeitura Municipal de Salvador na revitalização da orla. Só na revitalização da orla foram mais de R\$ 30 milhões. É desta forma que nós, da Oposição, fazemos sim e devemos mostrar para a população que quando se tem vontade e competência para fazer, dá para fazer.

Mas infelizmente o que observamos nesses anos de Governo do PT foi uma verdadeira falta de competência, de vontade de administrar. Não é à toa que a Bahia vem perdendo espaço no cenário nacional, na área econômica, na área política. Se analisarmos os dados, quer seja na área de saúde ou de educação, a Bahia vem perdendo espaços em todas essas áreas. Na área da segurança pública nem se fala, pois a Bahia tem a marca de ser o Estado com maiores índices de homicídios no País. Essa é a marca que o PT vai deixar no nosso Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Pela ordem.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Pela ordem o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr^a Presidente, este assunto que está sendo discutido hoje é de total importância para o futuro dos servidores do Estado da Bahia.

Agora, por exemplo, o nobre deputado Leur Lomanto fez um pronunciamento importantíssimo e outros parlamentares irão ocupar essa tribuna para também fazer seus apontamentos, seus pronunciamentos. Para isso, precisamos que a base do Governo esteja presente para ouvir as propostas e ideias dos deputados de Oposição. Não é possível que fiquemos aqui durante toda a tarde, noite e madrugada discutindo para poucos parlamentares. Precisamos do Plenário lotado para que consigamos de alguma maneira ajudar os servidores do Estado da Bahia.

Por esse motivo, gostaria de solicitar de V.Ex^a uma verificação de quórum nominal, com a contagem dos 15 minutos para a convocação dos parlamentares que não se encontram no Plenário.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido. Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputada Maria Luiza, em relação ao deputado Adolfo Viana, no que pese termos esgotado esse debate - já fizemos esse debate por muito tempo -, há apenas uma divergência de semântica, porque todos nós concordamos que esse dinheiro da antecipação dos *royalties* deva ser aplicado no fundo de Previdência. O deputado Gaban fez uma emenda para criar um fundo, para uma aplicação durante 5 anos, ou seja, os servidores não verão esse dinheiro.

Então entendo que da parte do nosso Governo, dos deputados que entendem que os servidores precisam ter seu fundo de previdência capitalizado, fizemos inclusive uma emenda atendendo ao pedido do deputado Gaban - mas depois ele mudou de posicionamento, atendendo à capitalização do fundo. Esse dinheiro dos *Royalties* deverá ser capitalizado para o fundo, não pode ser usado em outra coisa que não o Fundo de Previdência.

Na época, eles não aposentavam ninguém. Nosso governo acabou com a fila de pedidos de aposentadoria, o que elevou um pouco mais o custo da Previdência, fruto exatamente de algo que no governo anterior não se fazia, que é a aposentar os servidores que já tinham tempo.

Para realizarmos este debate até com mais profundidade, gostaria que

V.Ex^a acionasse as campainhas e chamasse todos os deputados e deputadas que estejam no cafezinho, nos seus gabinetes, em todos os locais, que viessem dar presença e marcar o tempo regimental para que possamos dar continuidade à sessão e fazer esse debate, não de semântica, mas um debate de conteúdo, como está proposto aqui.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a também será atendido.

Sr^{as} e Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão solicitado pelo deputado Adolfo Viana, endossado pelo deputado Rosemberg Pinto.

Solicito que V.Ex^{as} que estão na sala do cafezinho, que estão nos seus gabinetes, que adentrem ao Plenário para continuidade da presente sessão.

Solicito ao técnico para que zere o painel e programe 15 minutos.

Srs. Deputados que estão nos seus gabinetes, que estão na sala do cafezinho, que estão na biblioteca, venham para o Plenário pois existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão, a fim de votarmos a PEC nº 134/2013. Precisamos de V.Ex^{as} aqui em Plenário.

Há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão feito pelo deputado Adolfo Viana e endossado pelo deputado Rosemberg Pinto.

(A Sr. Presidente procede a chamada nominal.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Convidamos todos os deputados a virem ao Plenário pois há um pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Adolfo Viana, endossado pelo deputado Rosemberg Pinto, para a continuidade da presente sessão. Informo que falta apenas um deputado para haver quórum para a continuidade da sessão.

(Continuação da verificação de quórum.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Há quórum legal para a continuidade da sessão.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao deputado Coronel Santana, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Sr^a Presidente, Maria Luiza Laudano, Srs. Deputados, mais uma vez venho a esta tribuna para repudiar a atitude deste governo, que teve todo o ano de 2013 para encaminhar projetos à esta Casa, mas, maldosamente, deixa para enviar vários, e ainda pedindo urgência, faltando dias para se encerrar o ano.

O que nos deixa mais chocados é com relação à falta de projetos outros, talvez de maior importância para o Estado, como o do reajuste para o funcionalismo público. Sabíamos que haveria aumento salarial em 2014 e ele nem sequer se preocupou com o funcionalismo. Preferiu enviar outros projetos e esqueceu o

funcionário público, que já começa o ano sem receber o salário com o reajuste.

Com certeza, deve deixar passar mais alguns meses e fazer como no ano passado: lá para abril ou maio encaminhar a esta Casa o projeto de aumento do funcionalismo, com percentual inferior ao reajuste do salário mínimo, e sem sequer pensar em pagar o atrasado. É este o governo que respeita o trabalhador? É este o governo, que é do PT, que diz que zela pelo trabalhador? Mas tudo o que faz é o contrário!

Ficamos surpresos com esse projeto que ora estamos discutindo, porque o governador deseja antecipar uma receita em 4 anos, quando ele não será mais governador, e uma outra administração terá que cobrir os rombos do seu governo.

Tudo bem que é um fundo de previdência e é necessário ser mantida a sua sobrevivência para que os funcionários que estão aposentados possam continuar a receber os seus salários. Mas um deputado da Oposição, vendo que há irregularidades nesse pedido, porque são 4 anos sem receita que vão passar para outro governo, pois este já quer antecipar e gastar, e preocupado com isso fez uma emenda para se encaminhar toda a receita para uma conta específica e 100% desses recursos fossem aplicados no fundo de previdência. Mas o governo não aceitou!

Está aí a prova de que há maldade. Por que o governo não quer fazer isso? Por que recusa a destinação dessa arrecadação, já que encaminha o projeto para esta Casa dizendo que é com a finalidade de reforçar o fundo de previdência, e não abre uma conta específica para essa receita e aplica 100% nesse fundo? Por que o governo quer que o recurso entre na conta única do Estado e repassará ao fundo o quanto quiser a cada mês.

Então, isso não é correto. Se há preocupação com o fundo de previdência, onde ele diz que há um rombo, e que existe o rombo porque o governo anterior não cumpriu com sua obrigação, não fez o repasse necessário para dar suporte ao Funprev, é agora que quer fazer de última hora e fazer de uma forma maldosa, perversa.

Então, temos realmente que nos preocupar com essa posição do governo que sempre cria fatos, momentos que deixa os deputados em situação difícil. Tenho certeza que muitos deputados da Situação ficam preocupados porque têm funcionários, parentes, amigos que são aposentados e que precisam dos seus salários em dia. Mas será que o Governo vai cumprir isso? Obrigando vocês votarem no projeto dessa forma e até mudar a Constituição do Estado para antecipar receita e não saber se vai realmente aplicar? Por que não atender a essa emenda que com certeza que esse fundo será fortalecido com essa receita? Mas não, quer burlar, quer que o dinheiro vá para a conta única do Estado para fazer a administração dos recursos como bem lhe convier. Isso deixa dúvida no nosso grupo e por isso estamos aqui a

insistir, a enfrentar e discutir para que possamos mostrar a indignação com esse projeto que não é coerente para o nosso Estado.

Vimos no último noticiário o governo assinando a construção do Porto Sul. Acho que aquilo é mais um sonho e que não é digno para o baiano o que está sendo feito: construir dois portos, um porto público e um privado.

O Governo federal que é do PT, tem um projeto para construir quatro portos no Brasil: um no Espírito Santo, um na Bahia, um em Santa Catarina e outro no Amazonas. O Governo federal tirou os recursos dos dois portos que seriam construídos na Bahia e no Amazonas. Agora vejam os Srs., o Espírito Santo tem um litoral tão pequeno mas está sendo favorecido, fortalecendo Vitória do Espírito Santo, um Estado pequeno e que leva vantagens perante a nossa Bahia. Muitas produções aqui, até mesmo de celulose, todas saem pelo porto do Espírito Santo. E por que a Bahia que tem um litoral imenso não pode ter um porto que venha a atender as suas necessidades e aumentar a receita do nosso Estado?

Por que o governo não defendeu a Bahia brigando por esse porto que estava previsto para ser construído pelo Governo federal? Ele se recusa, se omite e aceita caladamente. Aí vem, assina o convênio, assina uma proposta, uma licitação para um porto que nem sequer foi autorizado pelo Ibama. E faz a imprensa toda tomar conhecimento, como fez com a ponte Ilhéus/Pontal, a ponte Salvador/Itaparica e muitas outras obras que são só para sonhar. É uma tristeza que a nossa Bahia perca recursos que deviam ser captados para o nosso Estado. Estamos perdendo para outros Estados pela falta de luta, de desejo de brigar, de amar esta Bahia, mas a gente compreende porque ele é carioca e não vai amar a Bahia, ele ama é o Rio de Janeiro. Então temos que respeitar a sua origem, porque se fosse baiano estava brigando pela nossa Bahia e não ia aceitar que essa receita saísse daqui para outro Estado.

Estamos perdendo receita, geração de empregos, mas o governo se omite, se cala e agora assina um termo que vai construir o porto, um porto privado e vai ter uma participação insignificante ali. É apenas uma associação que vai se construir. É mais interesse privado do que público. Não vai ter nada de público ali. É para atender uma empresa que vai tirar minério do Brasil e vai levar para outro País. Tudo bem, é receita que vai ter, mas se tivéssemos um porto público com certeza teríamos muito mais receita, muito mais geração de emprego, muito mais recursos para o nosso Estado, principalmente para a Região Sul que está em crise financeira. O cacau está lá sofrendo, porque plantaram a vassoura-de-bruxa e perdemos a mão de obra nas áreas rurais e há hoje uma violência imensa. As pessoas deixaram de trabalhar na área rural porque não têm como pagar o trabalhador, que se retira da área rural para a área urbana. O nosso amigo Marcelino sabe disso, ele que cuida do Movimento Sem Terra. E, hoje, sabe-se que a frustração desse pessoal é grande, pois eles vêm para

uma cidade e não têm como sobreviver. Não há mão de obra, a não ser que o governo queira dar o Bolsa Família para estimular mais a preguiça e mais o descaso que existe neste País.

Então, é preciso o governo assumir sua posição de líder deste estado e defender esta Bahia com mais garra e com mais amor a fim de justificar o voto que o baiano deu para ele. São 8 anos de governo! A gente não vê obras neste governo. Só vê comentários, só vê política, só vê divulgação de obras do governo federal. Minha Casa Minha Vida e Luz Para Todos não são projetos do governo estadual mas do governo federal. As estradas estão acabadas e ainda continuam prometendo, prometendo, prometendo e o baiano acreditando que vai acontecer.

Isso é uma tristeza. Sabemos que a nossa Bahia é um estado pujante e é um estado rico. A Bahia tem, realmente, condições de crescer.

Há um litoral imenso onde se pode construir outros portos para atender à demanda não só de nossa Bahia, mas do nosso Brasil. Temos o maior litoral e ele é pouco utilizado. Contam-se, para isso, as dificuldades imensas que temos para ter uma licença. O Ibama libera para o Espírito Santo e para outros estados, mas, para a Bahia, não libera e cria mil embaraços, porque não há ninguém que brigue pelo nosso estado. Não há ninguém que lute pelo nosso estado. Por isso estamos sofrendo. Os recursos são mal aplicados. Não há investimentos em nosso estado.

Fico com pena de Zé Neto que defende o que não se pode defender. Tem de se fazer de advogado do diabo e procurar defender aquilo que não tem argumento para defender. Isso deixa, realmente, a nossa Bahia entristecida.

Queremos pedir uma reflexão aos deputados da Situação: que não deixem a nossa Bahia caminhar como está caminhando e que não deixem a Bahia sofrer como está sofrendo.

Nós, da Oposição, estamos aqui para fiscalizar, acompanhar e, até mesmo, sugerir coisas importantes para o nosso estado. Não podemos ficar omissos, tampouco ficar rezando a ave-maria e balançando a cabeça afirmativamente ao concordar com tudo o que o governo quer e fazendo tudo o que ele quer sem, sequer, ter o respeito. Os deputados foram eleitos pelo povo para defender os interesses dessas comunidades e desse povo baiano sofrido.

Por isso, apelo aos Srs. Deputados: que a emenda que o deputado Gaban sugeriu, que a Oposição sugeriu, que seja acatada para que possa, realmente, saber que esses recursos serão investidos exatamente no Funprev.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- O.k., presidente, um abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há um requerimento assinado pelo Líder do Governo em exercício.

(Lê) *“Requeiro nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 800 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.”*

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado à unanimidade.

Vamos ao próximo orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos ao próximo orador.

Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 20 minutos.
(Pausa)

Por permuta, com a palavra o meu querido amigo e deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, ficou muito clara a intenção do governo em relação a esta PEC dos *royalties* que o governo quer antecipar.

A Oposição, através do nobre deputado Gaban, apresentou uma emenda, qual seja, a de que esse dinheiro seja aplicado em uma conta específica e por tempo específico para haver tranquilidade na aposentadoria dos servidores.

E todos nós imaginávamos que esta emenda seria acatada, porque o que tem-se vendido para a Bahia era que o governo queria 1,6 bilhão para aplicar no Fundo de Previdência dos servidores estaduais.

Mas, não! Tanto isso não é verdade. A Situação não acatou a emenda. A emenda daria a segurança da aplicação desse dinheiro em uma conta específica e em um determinado tempo específico. Para quê? Para que esse dinheiro não pudesse ser retirado e desviado para outras situações.

E, aí, para a surpresa de todos nós, o governo não aceitou a emenda! Isso prova que ele quer esse dinheiro para tampar o rombo da má gestão dos 8 anos de governo. Esse dinheiro, na verdade, deputado Carlos Geilson, é para chegar na previdência por uma porta e sair por outra. Esse dinheiro, na verdade, deputado Carlos Geilson, era para chegar à previdência por uma porta e sair por outra. Esse dinheiro não é para tapar o rombo da previdência, e sim o rombo do custeio. Isso seria uma fórmula, porque no último ano, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, você não pode fazer nenhum empréstimo que comprometa a futura gestão. E como esse governo vive à base do empréstimo, é o governo que tomou mais empréstimos neste País, não tinha mais como, porque a lei não permite. Por isso, quer fazer uma maquiagem, usando o fundo previdenciário para tomar mais R\$ 1,6 bilhão.

Temos a tranquilidade de dizer que esse dinheiro não seria usado integralmente

nesse fundo, deputado Leur, líder de Jequié e da região Sudoeste, porque não aceitaram a emenda do deputado Gaban. O que dizia essa emenda: que para esse dinheiro teria que ser aberta uma conta específica e nela seria depositado esse R\$ 1,6 bilhão por 5 anos, para que o dinheiro não fosse retirado nem neste nem no próximo governo, e desse a tranquilidade ao servidor público.

Então, não é uma antecipação dos *royalties* para o fundo previdenciário. Pode até ser usado também, mas esse dinheiro também seria usado de outra forma. Mas isso vem para burlar a lei, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite – V.Ex^a é um grande jurista e sabe disso – antecipação de receita comprometendo a gestão futura. E é isso que o governador Jaques Wagner quer fazer através dessa PEC.

Agora, o que não entendo, deputado Adolfo Viana, é para onde foi tanto dinheiro, para onde foi tanto empréstimo. Esse foi o governo que mais tomou dinheiro emprestado. Não resolveu o problema da segurança, muito pelo contrário, se agravou; não resolveu, deputado Carlos Geilson, o problema da saúde, muito pelo contrário, se agravou; não resolveu o problema da educação, porque os PSTs estão aí e ninguém recebe, já tem 3 meses de PST sem receber.

Eu queria saber para onde foi o rio de dinheiro que esse governo tomou ao longo destes quase 8 anos do governo Jaques Wagner. É um absurdo o que esse governo quer fazer, deputado Rosemberg Pinto! O deputado Rosemberg Pinto, com sabedoria e competência, por ser um dos deputados mais preparados desta Casa, vindo do Executivo, cria uma nova tese, que o deputado Gaban – colega do deputado Paulo Rangel – queria criar um novo fundo previdenciário.

Não, deputado Rosemberg. Eu sei que V.Ex^a, um alto executivo da Petrobras, acostumado a mexer com orçamento, aproveita de sua capacidade para querer dar um nó nesta Casa Legislativa. O deputado Gaban queria a segurança de que esse dinheiro fosse aplicado no fundo previdenciário. O deputado Gaban está tentando, juntamente com os deputados da Oposição, que esse dinheiro não seja usado de outra forma, porque aí nós estaríamos atestando mais uma maquiagem do governo. É essa a dificuldade, porque vocês não podem mais tomar empréstimo...

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o deputado Gaban, o grande coordenador desse processo da PEC dos *royalties*.

O Sr. Gaban:- Meu caro deputado Sandro Régis, quero parabenizá-lo mais uma vez. Aliás, eu acho que é redundância, deputado Sandro Régis, ficar elogiando V.Ex^a, porque toda vez que assume a tribuna para fazer um pronunciamento o faz com grande brilhantismo. Mas, na realidade V.Ex^a retrata o que está acontecendo, a preocupação nossa, da Oposição, é dar tranquilidade ao servidor público para que ele possa continuar recebendo seus proventos, agora que está aposentado, depois de

prestar 30, 35 anos de serviço ao governo do Estado.

O que o governo está propondo na emenda é que ao invés de ele fazer o aporte mensalmente, ele quer utilizar recursos dos royalties para isso, e o que ele gastaria para fazer o aporte ele utilizar na campanha eleitoral. Então, ele está querendo gastar em 5 anos, já que está antecipando recurso do próximo governo, que vai ser eleito democraticamente pelo povo da Bahia...

O Sr. SANDRO RÉGIS:- O nosso governador.

O Sr. Gaban - (...) o nosso governador, Paulo Souto, ou o ex-ministro Geddel, ou João Guaberto, ou Aleluia, que são os pré-candidatos nossos. Então, todos os nossos pré-candidatos concordaram até em sacrificar o seu futuro governo com recursos dos royalties para dar garantia ao servidor público.

Do ponto de vista legal tem até um cunho de legalidade, mas é imoral, você que administrou durante 7 anos, não tem suas finanças ajustadas, querer agora, já que não tem poder de investimento deixar de fazer um aporte que a lei lhe obriga, para utilizar recursos dos royalties e penalizar o servidor público.

A nossa proposta era pegar esse recurso de antecipação, mesmo sacrificando o futuro governo que será nosso, esperamos, porque todas as pesquisas assim o indicam, mas para quê? Mesmo com sacrifício nosso, mas a gente resolve o problema. Deixaria o dinheiro durante, pelo menos, 5 anos fixo, aplicando esse recurso no mercado financeiro, tendo a rentabilidade necessária, com essa rentabilidade vai diminuindo o rombo que tem na Previdência para dar garantia ao servidor público.

Mas, infelizmente, eles vêm com uma proposta, a gente teve uma boa intenção, e eu tive, quando fui solicitado pelo secretário Manoel Vitória. A gente dá uma sugestão de utilização da PEC e eles estão aproveitando isso aí para resolver um problema financeiro que eles têm no governo.

Perderam, como muito brilhantemente falou o deputado Leur hoje, uma grande oportunidade, o governo, com tantos candidatos que têm, que usaram, alguns deles, a máquina do Estado para se credenciar a sair para um mandato, o que o governo poderia ter feito, já que ele utilizou, no primeiro momento, de uma maneira errada, saiu de vinte secretarias e foi para 31 secretarias, ele podia utilizar agora esse loteamento de cargos que fez para diminuir o seu custeio. Mas, insiste no erro que cometeu no passado...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Para concluir, deputado Gaban, o tempo de V.Ex^a está esgotado, ele só tem 10 minutos, marcou 20, estava errado, mas ele mesmo sabe .

O Sr. Gaban:- Eu não sabia. Desculpe aí.

Eu encerro, então, Sr. Presidente, a gente só lamenta isso, ao invés de ele

aproveitar, então, o momento para diminuir o custeio, diminuir o número de secretarias e fazer o que o povo da Bahia quer usar os recursos para a construção de estradas, para dar uma segurança melhor, uma educação melhor, uma saúde melhor, ele continua prestigiando a classe política e esquecendo a população, e agora esquecendo também o servidor público aposentado.

Parabéns, deputado Sandro Régis.

O Sr. PRESIDENTE(Paulo Rangel):- Para concluir, deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Quero aqui, deputado Gaban, parabenizar V.Ex^a por sua atitude e demonstrar ao povo da Bahia que o real interesse da Oposição é preservar os nossos servidores públicos estaduais.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, S r. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, gostaria de uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Antes eu gostaria de dar um informe, é que a fonte queimou, a gente vai ter que fazer uma contagem aqui manual, porque vai ficar congelada aqui a presença, enquanto não chega uma outra fonte eletrônica para substituir a mesma.

Vamos pedir que os deputados que não vão dar quórum saiam do plenário.

Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido deputado Paulo Rangel, aproveitando este momento de continuidade da sessão para chamar todos os deputados a fazer este debate aqui, queria que V.Ex^a marcasse o tempo regimental de 15 minutos, acionasse as campanhas e convocasse nominalmente todos os parlamentares para que possamos dar presença e continuar os trabalhos.

Então, já estou chamando todos os deputados e deputadas para que venham ao Plenário dar suas presenças, uma vez que o deputado Adolfo Viana a cada 15 minutos insistentemente pede verificação de quórum. E reforço o pedido da marcação do tempo regimental para chamarmos todos os parlamentares.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- V.Ex^a também será atendido.

V.Ex^{as} que se encontram no cafezinho, nos gabinetes, na biblioteca, existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Pela ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, enquanto os deputados chegam, aqui já há quantos? Temos 21 Srs. Deputados.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, faça uma chamada nominal.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Vou contar. Está claro aqui. (Pausa) Há 22 Srs. Deputados.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, confesso que só vejo 20 deputados aqui. Faça uma contagem nominal chamando os deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Os deputados estão presentes.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, permite que eu faça a contagem?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Mas a contagem está sendo feita.

(O Sr. Presidente faz a chamada dos Srs. Deputados.)

Existem 22 Srs. Deputados. Já há quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Paulo Rangel, Srs. Deputados, imprensa, Galerias, você que nos assiste pelo *Canal Assembleia*, essa oposição é boa demais. Já não se faz mais oposição como antigamente. A Oposição, inclusive, dá quórum para a continuidade da sessão. Eta oposição boa! E é por isso que o governo fica tão tranquilo. O deputado Zé Neto ali viajando, ligando para seus eleitores enquanto a sessão transcorre normalmente, na certeza de que tudo vai chegar a um denominador comum.

Mas há pouco eu via o deputado Rosemberg Pinto dando as costas a alguém que estava aqui na tribuna, o deputado Coronel Santana. Estava de costas, e observei isso, com o deputado Adolfo Viana. Mas, deputado Rosemberg, depois que o PT deu as costas à população, dar as costas à Oposição não mudará muita coisa.

Porque, na verdade, o Partido dos Trabalhadores mudou radicalmente, mudou de forma drástica. Há pouco, num aparte, tentava criar um cenário imaginário, em que Paulo Souto fosse o governador e que apresentasse esse projeto pedindo a antecipação dos *royalties* por 5 anos. Meu Deus do céu, o que seria a essas horas desta sessão? O deputado Zé Neto já teria feito aqui vários pronunciamentos, já teria dado gritos histéricos de protesto. O deputado Rosemberg Pinto teria incorporado o sindicalista que um dia foi com muita bravura.

O tempo mudou. O PT não é mais Oposição, é governo. E mudou radicalmente. E o PT no governo está dando uma lição aos antigos, que dominavam este Estado. Como aprendeu fácil o caminho do poder. Como se moldou e se sente à vontade no poder. Dá lições a quem estava anteriormente no poder, de como se deve governar com ferro, com ferrão, com a imposição, com a mídia ao seu lado, com gastos

milionários em propaganda, com a cooptação de deputados.

Diziam que esta era uma prática do saudoso Antonio Carlos Magalhães. Meu Deus do céu! Dizem que não se ensina o pulo do gato. Mas o PT aprendeu esse pulo de forma magistral, faz muito mais do que aqueles que eles diziam, na época, ser uma espécie de professor. E o PT segue hoje essa linha, antecipando os recursos.

Você que está me assistindo, agora, via internet, pelo Canal *TV Assembleia*, para que possa entender de forma bem prática e didática, o que acontece é que há hoje um rombo na Previdência do Estado. Este atual governo nada fez, há 7 anos, e não aplicou nada. O rombo está aí. O governo descobre uma forma de diminuir e tentar tapar esse rombo, antecipando a receita dos *royalties* de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Isso quer dizer que o próximo governador da Bahia vai assumir de 2015 a 2018, ou seja, pelos próximos 4 anos de gestão não haverá como usar esse dinheiro para nada. Esse recurso ele não terá. Este governo é incapaz e já programa que o próximo governo também será incapaz, pois haverá diminuição das receitas.

Vejam se é justo que um governante engesse o futuro administrador, mesmo que seja do seu partido, um correligionário. É contra isso que a Oposição protesta. Mas o governo tem ampla maioria. A Oposição faz o seguinte: tudo bem, mas que se aplique esses recursos exclusivamente na Previdência. Não é boa vontade. O governador pediu ao deputado Gaban que fizesse uma emenda que vinculasse esses recursos apenas à previdência. E essa emenda foi apresentada, mas o governo não a quer. O governo quer usar esses recursos para outros fins, especialmente em 2014.

O governo precisa refazer o seu caixa, precisa dar fôlego às suas finanças que estão depauperadas, enfraquecidas, e vai usar esses recursos. Por isso a emenda da Oposição não serve. Ou o governador Jaques Wagner não tem poder sobre a sua equipe econômica, ou então ele apenas fez troça com o deputado Gaban, brincou com o deputado Gaban que fez uma emenda muito bem elaborada no único sentido de que esses recursos sejam destinados ao setor previdenciário do Estado.

De modo que o Partido dos Trabalhadores que mudou, metamorfoseou-se numa transformação da água para o vinho, não aceita essa emenda da Oposição.

Já saiu da imprensa que o deputado Rui Costa concorda com essa emenda, aliás esse não tem nem o que fazer, porque, como dizem, foi o candidato tirado da vontade pessoal do governador.

Por falar nisso, meus caros deputados Pedro Tavares e Augustinho, V.Ex^a que acabou de chegar para nossa alegria, para dar brilho a esta sessão, o deputado presidente desta Casa Marcelo Nilo lançou a sua candidatura a governador pelo PDT, querendo ser o candidato da Base, não conseguiu. Quando questionado Nilo dizia: Sou candidato a governador. Não foi escolhido candidato. E agora trava uma luta de gigantes, uma luta de titãs com o PT em busca da vice. Seja quem for vai para o

buraco, vai morrer afogado, vai morrer abraçado, porque as oposições nunca tiveram uma chance tão real e concreta de retomarem o poder neste Estado.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Com Geddel?

O Sr. CARLOS GEILSON:- O candidato, meu caro Carlinhos Brasileiro, pode ser o ministro Geddel Vieira Lima, pode ser o ex-governador Paulo Souto, pode ser Zé Ronaldo, o prefeito de Feira; pode ser ACM Neto, prefeito de Salvador; pode ser João Gualberto, prefeito de Mata de São; pode ser o ex-deputado José Carlos Aleluia. De modo que o nosso problema não é nomes, nomes temos em excesso, em profusão, nomes qualificados que, com certeza, darão novo rumo a este Estado.

Chega! Nós precisamos acordar. A Bahia anda em passos vagarosos, lentos. A Bahia precisa de dinamismo, de um governador mais ágil, dinâmico, que enfrente os problemas e que parta para a resolução dos mesmos. E o que se vê hoje é uma monotonia, um marasmo, uma conversa mole, uma conversa demorada, uma conversa fiada.

Nós queremos uma Bahia dinâmica e para isso a Oposição apresentará nomes para mudar essa realidade e mudar essa história.

Nós estamos, hoje, usando esta tribuna mais uma vez para alertar você que é servidor público do Estado: veja bem o que esse governo está fazendo. Já não basta ter virado as costas para você, servidor? Já não basta ter te engabelado, ludibriado? Não basta ter usado seu contracheque na televisão? Ter propagandeado que pagaria salários dignos, merecidos? E o que ocorre hoje é até o Fundo Previdenciário estar com um rombo.

O que vemos hoje aqui na Casa é uma Bancada silente, uma Bancada silenciosa, uma Bancada dizendo amém. Gostaria de um dia ser governo. Gostaria de um dia sentar desse lado de cá, mas não me sentiria bem se não pudesse debater. Não me sentiria bem se não pudesse discordar do meu governo, se não pudesse emitir a minha opinião. Não seria um deputado satisfeito, seria um deputado constrangido, amordaçado. Hoje, aqui nesta Casa, há vários parlamentares que no fundo estão angustiados, sofridos, com a alma dolorida e sufocada, porque querem se expressar. Querem dizer que independente de serem governo, eles querem também emitir a sua opinião, mas não podem. Sabem que se assim o fizer, merecerão reparos, telefonemas ameaçadores, ouvirão os gritos de ameaça do seu Líder.

Deputados, reajam! Eleitos pelo povo da Bahia, exercendo de forma digna o mandato, é necessário que V.Ex^{as} também acordem, não podem aceitar tudo passivamente. Meu Deus do céu!

Meninas da taquigrafia, pensem bem, é antecipação das receitas dos *Royalties* até 2018. Não basta apenas esse último ano do atual governo, ele tem que comprometer os próximos 4 anos, a futura administração.

E a Bancada governista, não é possível que ninguém se levante. Será que todos realmente concordam! Não tem uma alma que se levante, que proteste! Um absurdo isso!

Meu caro jornalista, você que cobre esta sessão, que assiste e que presencia a força desse governo, desse rolo compressor, de uma coisa tenha certeza, nós estamos exercendo nosso papel. A nossa oposição é uma oposição aguerrida, esforçada, somos ampla minoria nesta Casa. Somos uma minoria, mas não deixamos de cumprir com o nosso papel.

O Sr. Rosemberg Pinto: - Gostei, uma ampla minoria.

O Sr. CARLOS GEILSON:- V.Ex^a gostou do processo controverso, ampla minoria? Tem uma minoria grande, porque é combativa, é aguerrida. E isso aqui, meu caro Rosemberg, ninguém vai dizer ao contrário. Estamos cumprindo com o nosso papel. Foram deputados que não se venderam, não se entregaram e que permanecem nas trincheiras de luta defendendo as suas bases eleitorais. Imaginem vocês se todos aqui fossem governistas. O que seria, meu caro deputado Adolfo Viana, de uma Casa, meu caro deputado Paulo Rangel, onde todos fossem governo? E olhem que o seu governador se pudesse, não teria uma única alma sequer para levantar a voz em protesto. Isso é sintoma, é sinal dos regimes totalitários.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Com o aparte, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Grande parlamentar, nobre deputado Carlos Geilson, ouço com prazer todas as vezes que V.Ex^a sobe a essa tribuna.

Ouvi, aqui, diversos depoimentos de vários deputados que falaram com orgulho do tempo em que passaram pela Oposição, inclusive o presidente desta Assembleia, deputado Marcelo Nilo, sempre fala com muito orgulho dos 16 anos em que passou pela Oposição desta Assembleia. Assim, teremos orgulho num futuro próximo, espero que em 2015 possamos também dizer que fizemos uma oposição grandiosa. É o que V.Ex^a diz aí dessa tribuna. Uma Oposição de número reduzido, mas uma Oposição corajosa que hoje defende o interesse real do funcionário público do Estado da Bahia, que tem a sua previdência em risco, por conta de o governo querer abocanhar os recursos para fazer investimentos.

Então, o mesmo orgulho que os deputados mais experientes desta Assembleia falam em ter feito oposição nesta Assembleia, nós teremos também num futuro próximo, espero que em 2015 possamos dizer com orgulho que fizemos parte da Oposição desta Assembleia. Em breve, sei que a partir de 2015 vamos poder olhar e dar esse mesmo depoimento que tantos deputados dão nesta Assembleia.

Muito obrigado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Meu caro deputado Adolfo Viana, imaginemos

que todos os deputados que estão no governo se reelejam. Meu caro Gaban, quantos vão passar para o nosso lado? Já tem uma fila, abriu a inscrição. Nós receberemos todos de braços abertos, porque tem um grupo aqui que faz tipo gangorra, um período está do lado de cá, um período está do lado de lá. Não vamos dar Secretaria. Acho que devemos receber todos de braços abertos, não como eles foram recebidos no governo. Eles reclamam, nos bastidores, que Zé Neto os trata a pão e água, mas estão aí votando, cumprem rigorosamente *oscript*, obedecem *ipsis litteris* as ordens do Líder governista.

De modo que fica muito claro, deputada Luiza Maia, senti a sua ausência hoje, creio que foi por uma causa nobre. Foi tomar a bênção a São Tomaz, não é? A Oposição protesta e quer que os recursos sejam vinculados única e exclusivamente, - esse absurdo que é a antecipação dos royalties, - que esses recursos sejam aplicados apenas no fundo previdenciário. Essa é a nossa luta, essa é a nossa previsão, meu caríssimo deputado Paulo Rangel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Augusto Castro pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem, deputado Coronel Gilberto Santana.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Sr. Presidente, estamos vendo que há poucos deputados da Situação, e em razão disso peço uma verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, solicito então que V.Ex^a zere o painel, conte os 15 minutos e convoque os deputados que estão nos seus gabinetes para virem atestar suas presenças, pois está sendo pedida uma verificação de quórum pelo deputado Coronel Gilberto Santana.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Srs. Deputados que se encontram no cafezinho, nos seus gabinetes, na biblioteca, nos vários recintos desta Casa, existe uma solicitação de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão feita pelo deputado Gilberto Santana e pelo deputado Carlos Brasileiro.

Peço que zerem o painel e marquem os 15 minutos regulamentares.

(É realizada a verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Faltam registrar suas presenças os deputados Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Delegado Deraldo Damasceno, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto, Luciano Simões, Luiza Maia, Maria del Carmen, Maria Luiza, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Vando e Yulo Oiticica.

Já há o quórum de 21 Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Augusto Castro, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, deputado Paulo Rangel, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, público presente nas Galerias, funcionários desta Casa, solicito que seja inserido nos Anais desta Casa o artigo, publicado hoje no jornal *A Tarde*, do líder nacional do PSDB, deputado Antônio Imbassahy, que fala exatamente dessas discussões que esta Casa está travando, na tarde de hoje e ao longo desta semana, sobre a antecipação dos recursos dos *royalties*. Quero deixar registrado o artigo do deputado Imbassahy nos Anais desta Casa.

O deputado Adolfo Viana, Líder do nosso partido, o PSDB, grande deputado, tem feito um grande trabalho neste Parlamento, defendendo sua região, o Vale do São Francisco.

Quero, também, parabenizar o deputado Gaban, que coordena essa matéria no Bloco da Oposição, que tem procurado o entendimento com o governo no sentido de levar a discussão da antecipação dessas receitas, que comprometerá o Estado da Bahia ao longo dos próximos 5 anos, deputado Bruno Reis, comprometendo o futuro da Bahia, o futuro do governador que vai assumir. E tenho certeza de que a Oposição unida – o Democratas, o PSDB, o PMDB, o PTN, o PV e o PPS – governará para toda a Bahia.

A PEC é uma preocupação de toda esta Casa. Existem deputados da base do governo que também sabem que a responsabilidade de antecipar quase R\$ 2 bilhões da receita do Estado da Bahia, sabem que isso comprometerá o futuro do Estado. A Bancada da Oposição, o deputado Gaban, junto com o Bloco, apresentou emenda. Houve o entendimento com a Secretaria da Fazenda, com seu secretário, e com o governador Wagner, no sentido de garantir esses recursos que o governo está buscando para o funcionamento da previdência dos servidores públicos do Estado da Bahia.

É muito dinheiro, deputado Pedro Tavares! É um cheque em branco que esta Casa está dando ao Executivo. E a Bancada da Oposição está aqui presente,

discutindo, obstruindo, levando essa discussão para conhecimento não só desta Casa, mas do povo da Bahia. Boa parte desses recursos o governo prega que serão para cobrir a previdência dos servidores do Estado da Bahia. É uma preocupação grande. Daí a preocupação também, deputado Pedro Tavares, da Bancada da Oposição de garantir que esses recursos sejam aplicados para poder gerar segurança para os servidores públicos do Estado da Bahia. São quase R\$ 2 bilhões em um ano de eleição, e o governo quer mudar a finalidade desses recursos.

Há quase 400 milhões disponíveis para se aplicar em outras áreas. Por que o governo não fez isso há um ano, deputado Adolfo Viana? O governo Wagner tomou, durante os 7 anos de mandato, R\$ 14 bilhões em empréstimos. Nada desses recursos foi para obras de infraestrutura no Estado da Bahia.

Cheguei de viagem hoje, deputado Carlos Geilson, do Sul da Bahia, de Itabuna. E viajando naqueles municípios, ouvi a entrevista do secretário da Casa Civil e pré-candidato do PT, dizendo das obras estruturantes que o governador anunciou e assinou ordem de serviço para aquela região. Obras que nada! Só ordem de serviço! Até agora o governador do Estado assinou na região mais de três ordens de serviços, e as obras estão paralisadas. Deputado Bruno Reis, V.Ex^a, que é votado também no Sul da Bahia, em Ibicaraí, sabe da obra da barragem do Rio Colônia, recursos de quase R\$ 20 milhões do PAC II, via Ministério das Cidades. O governador esteve em Itabuna, em janeiro do ano passado, assinando a ordem de serviço para iniciar a obra da barragem do Rio Colônia – obra importante para o desenvolvimento do Sul da Bahia, para gerar capacidade de abastecimento em Itapé, Itaju do Colônia e Itabuna. Sem água não se consegue trabalhar o potencial industrial do Sul da Bahia, região que vive até hoje da monocultura do cacau.

O governo prometeu. Na entrevista com o secretário, o pré-candidato Rui Costa, nesta semana, no programa *Rádio Jornal de Itabuna*, ele disse que o governador do Estado assinará, ainda no primeiro semestre deste ano, a ordem de serviço para a duplicação da estrada Ilhéus-Itabuna. O governador prometeu essa obra há 4 anos. Então, é muita expectativa e poucas realizações por parte do governo do Estado, sem falar em outras áreas importantes de infraestrutura da região. O secretário prometeu a conclusão do Hospital Regional do Sul da Bahia, entre Ilhéus e Itabuna. Este ano sai a ordem de serviço, mas, ao mesmo tempo, a Sesab atrasa o pagamento dos prestadores de serviço de saúde e dos hospitais contratualizados no Sul da Bahia. Acho que a Bahia toda está ciente disso.

Há uma preocupação muito grande da Bancada da Oposição desta Casa, Sr. Presidente, em levar essa discussão, em buscar o entendimento para garantir que esses recursos... Sabemos da força que o governo tem, pois tem a maioria nesta Casa. A Bancada do Governo tem a maioria nesta Casa, mas a Oposição tem

responsabilidade com o Estado e com os cofres públicos, deputado Adolfo Viana.

O artigo do deputado Antônio Imbassahy relata essa situação de forma abrangente. Todos nós precisamos, deputado Pedro Tavares, estar vigilantes para debatermos e termos responsabilidade com o futuro da Bahia. Não tem a menor dúvida de que a Oposição ganhará esta eleição, trabalhando em todas as áreas e buscando dias melhores.

Uma outra preocupação que quero externar, neste momento, é com a violência. Neste mês de janeiro que se inicia, deputado Gaban, na Região Metropolitana de Salvador foram mais de 40 assassinatos. No Sul da Bahia, a exemplo de Ilhéus, aumenta a estatística também no início deste ano. Em Itabuna, de primeiro de janeiro até hoje, foram mais de sete assassinatos. Uma criança foi assassinada, em Itabuna, dentro de casa. O pai e uma criança de 5 anos! Aqui está a matéria de um jornal da Região: (Lê) *“Assassinato de criança de cinco anos e pai: sociedade de Itabuna quer resposta imediata das autoridades.”*

Chamo a atenção da Secretaria de Segurança Pública não só para esse fato, mas para os fatos que acontecem no cotidiano da população baiana. Estou externando, aqui, uma preocupação que a sociedade do Sul da Bahia tem, no dia a dia, com a segurança pública.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Passo a palavra ao nobre Líder, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Augusto Castro, parabênizo V.Ex^a, presidente da Comissão do Porto Sul, pelo belo pronunciamento que faz hoje. O governo anuncia que a obra do Porto Sul andarás a todo o vapor, mas não há ainda a licença ambiental. V.Ex^a me corrija, por favor, se eu estiver errado. Eles dão mais uma demonstração de que na propaganda é o governo campeão, nota 10, mas na execução é um tanto diferente.

V.Ex^a é o presidente da Comissão do Porto Sul e a deputada Ivana Bastos é a presidente da Comissão da Ferrovia Oeste-Leste. Eu pergunto a deputada Ivana Bastos: as licenças já foram todas concedidas?

A Sr^a Ivana Bastos:- Já foram, sim, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Inclusive a do Ibama? Acho que V.Ex^a está equivocada.

A Sr^a Ivana Bastos:- Estou falando da Ferrovia Oeste-Leste, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Mas a do Porto Sul não foi concedida, não é, deputado Augusto Castro? Se falta a do Porto Sul...

A Sr^a Ivana Bastos:- Não, deputado!

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Augusto Castro, por favor, V.Ex^a que é o presidente da Comissão do Porto Sul, me diga se a licença do Ibama já foi concedida!

Eu acredito que não tem licença ainda. Eles estão anunciando e vendendo, mais uma vez, terreno na lua.

A Sr^a Ivana Bastos:- Não, deputado!

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Agradeço, deputado Adolfo Viana, pelo aparte.

A Sr^a Ivana Bastos:- Deputado Augusto Castro, V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- A verdade é que existe uma expectativa muito grande, na Bahia, com relação às obras do Porto Sul e da Ferrovia Oeste-Leste. A Bahia precisa melhorar a infraestrutura portuária.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Concluindo, Sr. Presidente, quero, inclusive, relatar que o governador do Estado e o Secretário da Casa Civil assinaram um protocolo de intenções que garante uma sociedade de fins específicos para a construção do Porto Sul.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Esperamos que o Ibama libere logo a licença ambiental para que se inicie, definitivamente, a construção do Porto na cidade de Ilhéus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a discussão.

Em votação o parecer da relatora, deputada Maria Luiza Laudano, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Bruno Reis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, solicito que V.Ex^a proceda a uma verificação de quórum no âmbito das Comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido. Solicito que o painel seja zerado e que os 15 minutos sejam marcados.

(Verificação de quórum no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça)

Portanto há quórum na Comissão.

Em votação no âmbito das Comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado à unanimidade.

Com a palavra o deputado Gaban para discutir o projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir o projeto propriamente dito, em Plenário, com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. GABAN:- Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, meu caro presidente e

deputado Marcelo Nilo, esta Casa, na realidade, deputado Carlos Brasileiro, é uma casa de negociação. Quando se tem boa vontade, pode-se chegar a um acordo. Esta é a Casa de pensamentos desiguais, através de diversos segmentos organizados da sociedade, representados pela vontade soberana do povo.

E nada impede – talvez no segundo turno, deputado Bruno Reis – que o governo reveja algumas posições. Esta não é uma PEC política. Esta é uma PEC que será aprovada da mesma forma como aprovamos as anteriores, ou seja, com dispensa de formalidades. É um projeto que beneficiará os servidores do TCM, que também não é uma PEC política. Por isso nós a aprovaremos com dispensa de formalidades.

A única divergência que há – e para nós é fundamental – é a forma como foi elaborada a referida peça pela equipe do governo e que não resolverá o problema do rombo da previdência estadual. Esse rombo irá permanecer e se avolumar como aí está. Então o problema de o aposentado deixar de ter preocupação em receber seu salário, em um tempo curto, permanece. Isso é uma questão de princípio, deputado Adolfo Viana. É este o entendimento que esperamos que a equipe do governo tenha.

Não queremos – e por isso já dissemos, inclusive – prejudicar nenhum governo. Estamos abrindo mão de recursos dos 4 anos do próximo governo que acreditamos seja nosso. Mesmo que tenhamos o sacrifício de não contar com esses importantes recursos dos *royalties* para as atividades previstas na mudança da PEC, que esta Casa irá avaliar, espero, deputado Carlos Brasileiro, haver sensibilidade por parte do governo.

Vamos parar e pensar um pouco para resolver o problema dos funcionários públicos do estado da Bahia que dedicaram a sua vida ao Estado. Os servidores públicos estaduais não serviram, apenas, ao nosso governo, que ficou o maior tempo no poder, o governo do DEM. Nós governamos o estado por muito mais tempo do que o PT. Mas os servidores públicos estaduais já atenderam ao governo de Waldir Pires e estão atendendo, há 8 anos, ao governador Jaques Wagner. Não podemos esquecer desse pessoal.

A hora em que o servidor mais precisa é quando está aposentado. A sua aposentadoria não acompanha o índice inflacionário. Imaginem se ele deixar de receber esse recurso?! Por isso, nunca em minha vida, deputado Zé Neto, fechei porta nenhuma. Sobretudo nesta Casa, as portas não podem e não devem ser fechadas. Se não foi possível um acordo, neste primeiro turno, eu não descarto uma possibilidade de fazermos um acordo no segundo turno.

Por quê? Repito, este não é um projeto político, é um projeto para atender o segmento que sempre ajudou aos diversos governos que por aqui passaram.

Tenho que parabenizar V.Ex^a, deputado Zé Neto. V.Ex^a, efetivamente, mudou muito, pelo menos nesses últimos dois meses, o comportamento que vinha tendo aqui

com relação à Oposição. Acho que talvez a pressão um pouco menor, em certos momentos, tenha colaborado. Tenho que parabenizar a forma com que V.Ex^a tem discutido com a Oposição os assuntos dos projetos que estão aqui tramitando. Acho que esse amadurecimento fortalece a nós todos, melhora o diálogo. Quantas Emendas nós já apresentamos aqui para o aprimoramento dos projetos encaminhados pelo Executivo. E V.Ex^a como Líder, o interlocutor do Governo do Estado com esta Casa, levou as nossas Emendas, que foram aprovadas, que foram acatadas. Isso fortalece quem? O Parlamento. A melhora é para quem? Para a população da Bahia. Este é nosso objetivo.

Acho que o grande exemplo tem sido dado pelos nosso dois líderes: o Líder, governador Jaques Wagner, em termos da Bancada majoritária nesta Casa; e o nosso Líder, ACM Neto, que sem dúvida alguma, hoje, é a maior liderança do DEM, talvez até em termos nacionais, até porque ele administra a capital do nosso Estado. Mas o entendimento entre o governador Wagner e o prefeito ACM Neto tem sido o comentário de toda população da Bahia Independente de posições político/partidárias, os dois têm sentado, discutido os problemas. Viabilizaram o início ou o reinício do menor metrô do mundo. Pelo menos agora temos o caminho. Com o acordo entre os dois as obras estruturantes do nosso tráfego estão sendo equacionadas. O bom relacionamento dos dois tem possibilitado que a presidente da República aplique os recursos onde existe projeto. E Neto tem tido a competência, através de uma equipe capacitada, de aprovar os projetos de uma maneira democrática. O governador Wagner não tem impedido que esses recursos venham para a Bahia. Quem ganha? Ganha o governador, ganha o prefeito, mas quem mais ganha é a população da cidade de Salvador.

Então, é nesse sentido, deputado Zé Neto, que nós não podemos, nenhum de nós, e falo aqui em nome do sentimento da Oposição nesta Casa. A nossa intenção é única e exclusivamente, com relação a essa PEC. Quando dei a sugestão, e agradeço ao governo por ter acatado a minha sugestão, foi para dar tranquilidade ao servidor público. Da forma que está redigida, minha querida deputada Maria Luiza Laudano, V.Ex^a que é relatora do projeto, não vai ser possível resolvermos o grande problema que é o desfalque. É muito fácil analisarmos a população, podemos assim chamar, dos servidores públicos do Estado da Bahia. A idade média dos servidores públicos do Estado da Bahia é muito avançada. Em todos os governos, nos nossos também, não fizemos a renovação do quadro, poucos concursos públicos têm sido realizados nos últimos anos no Estado da Bahia. Quem dá o equilíbrio às contas é o pessoal ativo, no exercício de suas funções, com o aporte que fazem mensalmente, mais a contribuição do Estado que paga àqueles que se aposentaram.

A medida em que não se faz mais concurso público em nosso Estado, como tem

ocorrido, o que acontece? A população que está se aposentando vai aumentando cada vez mais. Através de recursos como o REDA, o PSF, não fazem a contribuição para o fundo de previdência. Não tem conta, não precisa ser engenheiro, não precisa ter noção de economia. Se cada vez menos pessoas contribuem e cada vez mais gente precisa tirar o dinheiro para pagar a aposentadoria. É um rombo e não tem solução. Nesse sentido, deputado Paulo Azi, estamos preocupados. E lhe confesso, deputado Zé Neto, que não entendemos muito. Eu até entenderia e poderia discutir, como disse ontem na presença de V.Ex^a e do secretário Manoel Vitória, que é um técnico. Poderemos até chegar a discutir na Oposição uma maneira de pelo menos o governo resolver parte dos seus problemas financeiros até com os recursos dos *royalties*, mas os do futuro governo este não pode utilizar agora, a não ser para resolver o problema do Fundo, porque não tem conta que dê jeito se tem pouca gente contribuindo e muita gente se aposentando porque, graças a Deus, a idade média do brasileiro aumentou bem mais. Mas com isso você aumenta o problema da previdência na Bahia, no Brasil, em qualquer lugar. Então, não tem mesmo conta que feche.

Não podemos perder é a oportunidade. Nós poderíamos, deputado Adolfo, estar radicalizando com relação à antecipação de *royalties* de 2015 a 2018. Vamos ter dificuldades, mas saberemos enfrentá-las. Uma das medidas que o deputado Leur levantou, muito interessante, é o governo aproveitar este momento. Vários dos seus secretários são candidatos a deputado e por isso mesmo vão ter de deixar seus cargos no próximo dia 15, a data estabelecida pelo atual governo do Estado para tal. Então ele tem de aproveitar este momento para diminuir o custeio e o número de secretários, saindo das 31 Secretarias que tem hoje e voltando para as 20 que deixamos. Afinal, nenhuma melhoria foi dada pelo aumento de 52% no número delas. Portanto, realmente o governo deveria aproveitar este momento, já que teve um erro quando valorizou a classe política dando cargos.

Eu hoje encontrei o ex deputado Eujácio Simões, e ele citava o município de Miguel Calmon. Relembrava a dobradinha que nós fizemos lá relatando os benefícios que levamos. Ele também me questionou quanto gastamos na nossa campanha naquela cidade. Nem um guaraná, e a votação que nos deram por lá foi de 7.000 a 8.000 votos. É esse tipo de compromisso que precisamos mudar. Precisamos mudar a cultura que se está implantando no País. O deputado não tem como pagar a campanha para ninguém. O que cabe ao parlamentar é levar benefício à sociedade, aos prefeitos e vereadores.

Será que é justo dar dinheiro para os vereadores trabalharem em campanhas? Agora, à medida que nós tivermos um governo levando as obras necessárias, temos como cobrar do prefeito e do vereador que deem o apoio como faziam no passado,

porque ninguém vai acabar com o patrimônio pessoal para gastar em campanha política, até porque não tem.

Deputado estadual não tem como recuperar o dinheiro que gasta. Não tem outra fonte, a não ser essa. Não há como a gente fazer um trabalho para que algum segmento nos ajude. Quem tem isso são os deputados federais, que aprovam as leis em vigor neste País.

Já os deputados estaduais, depois da Constituição de 1988, perderam praticamente todo o poder de apresentar um projeto, porque se nós apresentarmos algum que tem custo para o Executivo, é inconstitucional. Então, isso limita tremendamente a nossa atuação. O único retorno que temos é levar as obras necessárias e, através delas, ter o reconhecimento da população, dos vereadores e prefeitos municipais.

Por isso, temos de lutar duma maneira apartidária. Esse problema não é do DEM, não é do PSDB, não é do PT, não é do PP, é de todos nós, é uma cultura distorcida que está-se instalando no País. Não podemos conviver com essa distorção.

O que temos que fazer é viabilizar os governos, valorizar os parlamentares da forma que, por exemplo, ACM Neto está fazendo. Todos os vereadores, sem exceção, estão indicando cargos na administração, desde que apresentem um currículo que atenda aos pré-requisitos. No Orçamento de 2014, cada vereador indica R\$ 1 milhão em obras e estão escolhendo, à livre vontade, duas ruas em qualquer bairro de Salvador, independentemente do tamanho, para serem totalmente asfaltadas, como está sendo feito nas principais vias.

Neto está errado? Não. Ele está valorizando aqueles que foram eleitos pelo povo da nossa capital para ajudá-lo na administração. Isso quer dizer que os vereadores do PT vão votar com o DEM? Não. Na hora da votação o farão de acordo com suas vontades. Alguns podem, até, sentindo a forma democrática do prefeito ACM Neto, vir a apoiá-lo, como poderia ocorrer aqui. Mas parece que tudo que passa pela Casa tem que ser polemizado.

Confesso-lhes que fiquei extremamente envaidecido quando o governo acatou uma emenda que apresentei. É uma solução, o governo gostou e vai acatá-la. Mas na hora em que o governo, logo em seguida, enviou um projeto para a antecipação dos *royalties* de 2015 até 2018 pensei: estão usando a minha ideia para pegar um dinheiro do futuro governo a fim de resolver um problema do atual. E não podemos concordar com isso.

A minha ideia foi para resolver o problema da previdência. Abrimos mão – depois de muito debate na Oposição conseguimos convencer todos os nossos pares, à unanimidade – da antecipação das receitas dos *royalties* de 2015 a 2018, mas para se ter um fundo e que nesse fundo o dinheiro ficasse retido. Propus pelo período

de 5 anos, mas poderíamos até negociar 4 anos, o que, para nós, é até melhor. Estamos abertos a isso, mas temos que dar uma solução para os aposentados.

Por isso, meus caros Rosenberg e Carlos Brasileiro, que são Vice-Líderes – sem demérito aos demais companheiros, falo apenas dos dois, pois têm procurado, em nome do PT, serem elo de ligação com a Oposição –, vamos pensar. Se o acordo não for feito nesse 1º turno, vamos tentar uma outra forma.

Se V.Ex^{as} tiverem dificuldade, e sei que têm, pois conheço a parte financeira e sei das dificuldades... Sei que foi um recorde nacional os R\$ 870 milhões que o Refis proporcionou ao governo, que, infelizmente, gastou 70% disso com o aumento do custeio do ano passado para cá. Sei que em ano eleitoral o governo não quer reduzir o número de secretarias, porque foi instalada a cultura em nosso País de que para dar apoio é preciso ter secretarias em vez de obras. É uma coisa que virou cultural, não só na Bahia, como em vários estados e no governo federal, obviamente.

Vamos pensar um pouco mais. Temos tempo e poderemos, mais uma vez, ajudar o governo a resolver o problema das contas que ele tem neste ano, que é um problema sério. Não queremos, em hipótese alguma, que o governador do Estado onde legislamos, onde trabalhamos, onde nossa família mora, vire manchete nacional e que durante 8 anos, por exemplo, não possa ser candidato a outro cargo porque teve suas contas reprovadas. Não queremos isso, não. Em hipótese alguma. O governador Wagner administrou o Estado. Se teve falhas, também teve alguns méritos, é lógico que sim, como todo governante.

Por isso, estamos dispostos a ajudar, se for preciso, a arrumar as contas deste ano, mesmo sem o governo fazer a sua parte, diminuindo o número de secretarias. Mas temos que ter o bom-senso, nessa arrumação das contas, de dar a garantia ao funcionário público aposentado do nosso Estado de que ele não terá problema para receber o que lhe é devido, o que é justo pelo trabalho que fez durante, ou em média, 30, 35 anos de serviço prestado ao nosso Estado. Tem médico, tem enfermeira, importantes carreiras de professores, temos todo tipo de funcionário, policiais militares, que são corajosos. Já falei uma vez, volto a repetir, eu não teria coragem de por uma farda para defender pessoas que nem conheço, com risco da minha família ficar sem mim, e os policiais militares fazem isso porque está no sangue deles defender a população. É neles todos que precisamos pensar.

É nesse sentido, deputado Zé Neto, que continuamos abertos a ajudá-los a resolver problemas pontuais que o governo possa ter, problemas com suas finanças nesse último ano, mas, também, ao mesmo tempo, deputado querido Paulo Rangel, darmos aos aposentados do nosso Estado a mesma tranquilidade que estamos propensos a dar ao governo Wagner.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de saudar a todos que nos acompanham nas galerias. Aproveito para fazer uma saudação especial a Bruno Barracão, grande representante do município de Jaguarari que também nos acompanha através das nossas Galerias.

Deputado Gaban, ouvi atentamente o pronunciamento de V.Ex^a, e também não iria subir a essa tribuna, de maneira nenhuma, para atacar o governador, mas, sim, para falar do modelo de gestão. Temos de fazer um comparativo porque, sem sombra de dúvida, é o comparativo que o povo da Bahia irá fazer em 2014 para escolher o futuro governador do Estado da Bahia.

Se olharmos a gestão do prefeito ACM Neto, que encontrou uma capital destruída, com suas finanças destruídas, teve a capacidade de, em um ano, reinventar o modelo, trazendo técnicos para sua administração, reorganizando as finanças da prefeitura e, em pouco tempo de gestão, devolvendo o brilho que a nossa capital tem, inclusive reorganizando as finanças, tirando a prefeitura do cadastro dos municípios ficha suja. Hoje temos uma nova capital, com novo brilho, e com a autoestima da população extremamente diferenciada.

Se fizermos o comparativo com o Estado da Bahia, vamos encontrar um governo que teve a capacidade de tomar mais de 14 bilhões de reais em empréstimos, que não teve a capacidade de fazer os investimentos que o Estado da Bahia merecia.

Quando olho para o Vale do São Francisco não vejo as obras estruturantes que tanto aquele Vale necessitava para se desenvolver e que necessita até hoje. O problema da seca angustiou demais o homem do campo, e o governo apenas rezou para que esse problema passasse com o tempo. Confesso que hoje chegou a chuva, mas o problema ainda continua, porque o rebanho do produtor, do pequeno produtor da agricultura familiar praticamente foi dizimado.

Agora o deputado Gaban lidera esse processo dos royalties, e aí podemos fazer um outro comparativo, qual seja, é a Oposição querendo garantir ao servidor que tanto contribuiu para a sua previdência para que ela volte a ter dias melhores. Em compensação, o governo pede a antecipação dos *royalties* para, novamente, fazer investimentos já feitos no passado. Mas o povo da Bahia não reconheceu e não obteve os louros desses investimentos. Eu falei em R\$ 14 bilhões!

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Pedro Tavares:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- V.Ex^{as}., deputados Gaban e Pedro Tavares, estão inscritos.

Eu falei em R\$ 14 bilhões!

E, agora, parece-me que quanto ao dinheiro dos *royalties*, eles têm, novamente, interesse em usar esses recursos para investimentos. Mas que investimentos são esses? Onde serão feitos esses investimentos? Faço essas perguntas a V.Ex^as. Este foi um governo que teve a capacidade de investir tanto em propaganda, mas não teve a capacidade de tirar as grandes obras do papel.

O Estado da Bahia perdeu o protagonismo do Nordeste. Podemos observar que o estado de Pernambuco, por exemplo, desenvolve-se a passos bem mais largos. Este foi o governo que se elegeu, aqui no estado, vendendo a amizade com o ex-presidente Lula e a amizade com a atual presidente Dilma. O que trouxe essa amizade para o Estado da Bahia, deputado Gaban?

É triste a realidade em que nós nos encontramos! É triste ver um estado do tamanho da Bahia, da grandeza do nosso estado, com um governo que não teve a capacidade de melhorar a saúde, de melhorar a educação e de melhorar a segurança pública, deputado Augusto Castro.

Sai-se de Norte a Sul na Bahia e não se vê tais melhoras. No Sul da Bahia, onde é a sua base eleitoral que V.Ex^a tão bem representa o município de Itabuna e região, o que aconteceu lá além de uma série de propagandas? O que, de fato, este governo fez para mudar a realidade do Extremo Sul?

O Sr. Augusto Castro:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Vou pedir licença aos deputados Gaban e Pedro Tavares para conceder o aparte a V.Ex^a, deputado Augusto Castro, que tem propriedade para tratar dessa região, pois teve, de fato, muitas propagandas, mas as obras não foram realizadas por parte do governo.

Com o aparte o deputado Augusto Castro.

O Sr. Augusto Castro:- Caro deputado Adolfo Viana, parabênz V.Ex^a pelo discurso e pela condução dos trabalhos realizados à frente da Liderança do PSDB.

Deputado, acabei de fazer um pronunciamento no plenário desta Casa citando algumas obras que o governo do estado prometeu para a região. Não tive tempo de falar, deputado Gaban, acerca do Porto Sul. O governo do estado fez ontem uma grande festa na imprensa dizendo da realização desse grande empreendimento que vai destravar a estrutura logística de todo o estado da Bahia, trazer a riqueza da região Oeste da Bahia, da região Sudoeste, tanto a soja do Oeste quanto do minério de Caetité para a cidade de Ilhéus.

O porto é muito importante para um estado. E a Bahia, realmente, está precisando logo da implantação do Porto Sul. Mas é só propaganda!

Como presidente da Comissão Especial Porto Sul aqui nesta Casa, tenho acompanhado o desenrolar de negociações. A deputada Ivana, inclusive, conduz, com

muita competência, a Comissão Especial da Ferrovia de Integração Oeste Leste.

Mas o governo do estado, ontem, junto com a Secretaria dos Portos da Presidência da República, assinou um termo de adesão com o governo criando uma sociedade para fins específicos, trazendo a empresa privada para dentro da sociedade do Estado.

Mas o governo e toda a sociedade aguardam a licença do Ibama. Houve, agora, as duas audiências públicas na região Sul. E o Ibama garantiu que essa licença sai entre os meses de julho e agosto. E o secretário anuncia que a obra vai começar em dezembro, ou seja, ao término do governo Jaques Wagner! É muita propaganda, deputado Adolfo!

Realmente, o discurso de V.Ex^a tem o total conhecimento do assunto.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Augusto Castro.

Agora, fico a pensar. Imagine se V.Ex^a estivesse saído do estado da Bahia, ou seja, se não morasse neste estado e ficasse, apenas, com as propagandas do governo do estado e, de longe, a observar. V.Ex^a iria imaginar que o Estado da Bahia seria um verdadeiro paraíso!

Infelizmente, deputado Augusto Castro, as pessoas, que vivem aqui neste Estado, se deparam com a realidade completamente diferente da realidade das propagandas. As pessoas se deparam com a realidade de Itabuna, com a realidade de Ilhéus, com a realidade Itabuna, de Ilhéus, de Juazeiro, de Casa Nova, de Jaguarari, e é uma realidade triste, porque, como disse anteriormente, falta tudo, menos propaganda.

Vou ouvir o aparte do deputado Pedro Tavares.

O Sr. Pedro Tavares:- Caro deputado Adolfo Viana, que mais uma vez faz um belo pronunciamento nesta noite, quero dizer que o deputado Augusto Castro mostrou várias e várias dificuldades, várias e várias promessas que o governo do Estado fez no Sul da Bahia, falou da barragem do Rio Colônia, dessa questão do Porto Sul, fez-se uma festa enorme ontem, colocando-se em toda a imprensa, parecendo que o Porto Sul vai começar amanhã, e o secretário Rui Costa diz que deve começar até dezembro, da questão da Ilhéus-Itabuna, mas eu também queria falar da sua região, para V.Ex^a ver que é um governo que falha de norte a sul da Bahia. Na sua região, Norte da Bahia, que eu também tenho a oportunidade de frequentar muito, vejo lá a questão da BA-210, da estrada que liga Curaçá a Abaré e Abaré a Rodelas, a estrada não existe, não tem mais asfalto, é uma verdadeira vergonha, são 8 anos de promessas.

Vemos a questão dos assaltos a bancos na região Norte, todas as cidades dessa região, Curaçá, Abaré, Chorrochó, Macururé e Rodelas já tiveram os seus bancos

assaltados. Chega-se ao cúmulo de as pessoas de Abaré, no Norte do Estado, como eu disse, para fazer os seus serviços bancários terem de sair da Bahia para ir até Belém do São Francisco, em Pernambuco, o que mostra realmente que esse governo não tem tido a preocupação com o Norte do Estado.

V.Exª vê a questão da segurança pública, como falei, a questão da infraestrutura hídrica, como V.Exª falou, deputado Adolfo. Choveu, e choveu muito na Bahia, mas essa água não teve onde ficar armazenada porque o governo não investiu em barragens. Qual foi a grande barragem construída por esse governo? Realmente não existem.

Então, quero parabenizá-lo mais uma vez pelo belo pronunciamento, em que V.Exª mostra que o governo da propaganda é um e o governo da realidade é outro. Parabéns, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Gaban:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. Bruno Reis:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Incorporo o seu aparte. Se V.Exª observar a previsão orçamentária para 2014, vai ver que todas as secretarias praticamente tiveram corte no seu orçamento. Agora, na pasta que trata da publicidade do governo, não sei se a realidade é a mesma.

Vou ouvir com prazer o grande Líder, deputado Gaban, e depois o deputado Bruno Reis.

O Sr. Gaban:- Caro Adolfo Viana, acho que o governo está perdendo mais uma grande oportunidade. Veja que na primeira eleição do governador Wagner, praticamente 90% a 95% dos funcionários públicos votaram com ele, os professores, quase na sua unanimidade, o policial militar, da mesma forma, médicos, também. Por quê? Pela expectativa com a promessa de sindicalistas de que iriam valorizar o servidor público.

Sete anos de governo Wagner, passou-se por greves, um recorde nacional com a dos professores, greve da Polícia Militar, que causou tanto temor a nossa população, descontentamento de toda a classe médica do Estado.

Uma das promessas também não cumpridas, além do reajuste salarial que motivou essas greves que acabo de anunciar, é a questão da URV. O governo do Estado tem outro compromisso, porque está empurrando o problema mesmo já tendo decisão e jurisprudência no Supremo Tribunal Federal para pagamento da URV. Esse foi um compromisso da campanha do então candidato a governador Wagner com o servidor público do Estado da Bahia, e ele está perdendo essa oportunidade, porque não pagou a URV para ninguém. Agora, tão somente, é que vemos alguma manifestação dos servidores para cobrar que se aplique a decisão tomada. Você sabe o que o governo deve fazer? Vou antecipar aqui. Na saída, no final da sua

administração ele vai negociar o pagamento parcelado. Sabe pra quê?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Para comprometer mais uma vez...

O Sr. Gaban:- Para nós pagarmos. Vai tirar o dinheiro dos *royalties*. Vai utilizá-lo para resolver os problemas das suas finanças se não chegarmos a um acordo com o governo. Espero que a gente chegue. E vai deixar para que nós venhamos a pagar a conta também da URV, um compromisso que ele assumiu no seu primeiro ano. Aliás, quando ainda era candidato. No seu primeiro mandato. E o governador poderia, pelo menos para sair da maneira como entrou naquele seu primeiro ano de governo, de bem com o servidor público, porque muitos dos atuais servidores públicos têm tios, pais e alguns até avós que hoje estão aposentados mas igualmente exerceram essa honrosa atividade de servir ao povo da Bahia ocupando cargos na administração estatal ou em nosso Estado... A forma de ele ao menos sair bem com todos os servidores seria esta: “Vou garantir que o rombo da Previdência seja diminuído porque, quando for encontrada uma solução nacional para esse problema, nós daqui da Bahia já estamos saindo na frente, deixando garantido para os próximos anos o pagamento.” Esta é a grande oportunidade.

Esta é mais uma colaboração que acho que nós da Oposição estamos dando ao governo: alertá-lo. Pelo menos saia de bem com quem o elegeu no primeiro mandato, já que nenhum compromisso foi cumprido. Nem o da URV.

Eu falo muito a vontade sobre este assunto. Quando fui presidente do Legislativo, este foi o primeiro Poder a autorizar o pagamento devido aos seus funcionários aqui no nosso Estado. O Tribunal de Contas pagou. O Ministério Público pagou. Por que o Estado não paga? Ele deveria ser o primeiro, porque esse foi um compromisso dele. Não foi compromisso de ninguém mais.

Então, deputado Adolfo, parabenizando V.Ex^a pelo seu pronunciamento que trata de vários assuntos, o governo infelizmente tem optado por continuar com um custeio altíssimo, leiloando, oferecendo ou barganhando apoio em troca do oferecimento de secretarias.

Não é isso que a população da Bahia quer. Não é isso que os funcionários públicos estaduais desejam. Eles querem que os compromissos que foram assumidos sejam cumpridos. Como o governo não vai cumprir nada, vai deixar a URV para que a gente pague a partir de 2015, que pelo menos resolva parte do grande problema que tem: o da insegurança.

Eu me admiro, sinceramente, com o comportamento dos presidentes de sindicatos que, a meu ver, confundem filiação partidária com exercício de uma liderança de categorias. Desde a APLB, todos os sindicatos não se manifestam, mesmo com um problemão desses que vai... Será que esquecem, será que só tem valor o funcionário público que está na ativa? E aqueles que foram inclusive

sindicalizados e hoje estão correndo risco porque já estão aposentados? Não têm mais valor para os sindicatos?

Não. Esta não pode ser uma bandeira de um sindicato forte. Deveria. Se fosse em outra época, estariam nas Galerias desta Casa. Não estão porque são sindicalizados ou são do PT, PCdoB, esses partidos da Esquerda. Será que esse é o papel de um sindicalista? Ou o papel dele seria estar aqui preocupado em resolver a remuneração de quem deu sua contribuição?

Acho que é mais uma contribuição que nós da Oposição estamos dando para que o governo reavalie, pense no segundo turno, volte... Não voltar atrás, mas reconsiderar, em vez de aplicar o dinheiro dos *royalties* para pagar o que ele deveria fazer mensalmente, que ele ponha esse dinheiro para cobrir o rombo da Previdência. Se não quiser acatar na unanimidade a sugestão que nós da Oposição demos, que ele deposite imediatamente, pelo menos, o dinheiro arrecadado no Fundo de Previdência, diminuindo o rombo. Vamos fazer isso! Faça isso! Nós topamos, até porque, pelo menos, se resolve o rombo que existe. Por isso digo que numa Casa Legislativa não se fecha a porta. O interesse maior que nós temos aqui, e tenho certeza absoluta de que o governo também tem, é dar tranquilidade àqueles que prestaram seus serviços, dedicaram grande parte de suas vidas para ajudar o Estado da Bahia a crescer e a se desenvolver.

Parabéns mais uma vez por esse belo pronunciamento que V.Ex^a faz, tratando de outro segmento, que é a falta de compromisso com importantes regiões, como a que V.Ex^a aqui tão bem representa, aquela região importante do nosso Estado. Parabéns, Excelência, pelo trabalho que realiza reivindicando e cobrando aquilo o que foi prometido e não foi feito.

Parabéns, deputado Adolfo.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Gaban. Aproveito mais uma vez para parabenizá-lo pela emenda proposta e observo que, não tenho dúvida, o correto seria garantir o direito adquirido do servidor. Mas o fato é que, no meu modo de pensar, o governo observa a oportunidade que está tendo como se fosse uma boia salva-vidas. Eles precisam de mais recursos para poder contemplar a sua ampla base governista. É uma pena, porque quem paga por isso é quem mais precisa, que são os baianos que mais precisam...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concluindo, Sr. Presidente, com a sua tolerância.

(...) E, sem sombra de dúvida, vai acontecer com o Estado da Bahia a mesma coisa que aconteceu com a Prefeitura de Salvador. Esse modelo que está aí na Prefeitura, que o prefeito ACM Neto teve a capacidade de reorganizar as finanças e colocar esta capital no caminho do desenvolvimento, vamos fazer também no Estado

da Bahia. Vamos pegar o Estado quebrado e vamos consertá-lo e devolvê-lo para o lugar que ele merece.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Bruno Reis:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Pela ordem, deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V.Ex^a que procedesse a uma verificação de quórum nominal para a continuidade da presente sessão, até porque já estamos chegando às 20h e é visível aqui no Plenário que não temos número suficiente para a continuidade da presente sessão.

Por isso, gostaria que V.Ex^a convocasse todos os deputados que estão na biblioteca, nos seus gabinetes ou até mesmo jantando. Pode ser que haja deputado jantando neste momento, eu não queria incomodar, mas acho que é importante, até porque é uma exigência regimental termos, permanentemente, a presença de 21 deputados, pelo menos, para que a sessão possa ter a sua continuidade.

Vimos aí o nobre Líder, deputado do Vale do São Francisco, Adolfo Viana, fazer um brilhante pronunciamento em que deixou claro a diferença entre a Bahia real e a Bahia da propaganda. Falou da nossa região do Vale do São Francisco, falou do Sul da Bahia, mas, nobre deputado Adolfo Viana, se V.Ex^a for no Sudoeste, verá que os os problemas são os mesmos. Posso aqui citar como exemplo o Aeroporto de Vitória da Conquista. Se V.Ex^a for ao Oeste baiano vai ver a Ferrovia Oeste – Leste se arrastando; se V.Ex^a for ao Nordeste da Bahia, não vai ver nenhuma grande obra, nenhuma grande realização; no Extremo Sul não é diferente. Está aqui o deputado Augusto Castro que sabe como a cidade e Eunápolis sofre pela falta de UTI. Se formos descer mais para Teixeira de Freitas, Nova Viçosa, em todos esses lugares também há carência e falta de investimentos. Enfim, a falta de ações do governo é clara.

Aí perguntamos: como é que um governo que já recebeu 14 bilhões de financiamento quer agora abocanhar mais quase 1 bilhão? O que é que fez com o dinheiro, deputado Bira Corôa? Onde está o dinheiro? Está em Camaçari? Não. Fez alguma grande obra em Camaçari?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Conclua, deputado.

O Sr. Bruno Reis:- Em São Francisco do Conde? Não. Em Camaçari eu vejo que qualquer obra que foi feita lá, apesar de terem sido muitas, porque é uma cidade rica, foi com recurso próprio, São Francisco do Conde da mesma forma. Então, eu fico a me perguntar onde é que estão os investimentos desses recursos. E quando analisamos as contas do governo vem a resposta. Estão ali empregados para bancar o

custeio da máquina pública.

Então, é de forma tal que eu queria, Sr. Presidente, que V.Ex^a convocasse os deputados, até porque eu sou o próximo orador inscrito e gostaria de contar, para que o debate fosse mais qualificado, para que o debate fosse no melhor nível e no maior alto nível possível, que o plenário pudesse constar com a presença dos 21 deputados, até porque toda vez que temos a oportunidade de usar a palavra, tentando trazer informação, conhecimento, firmando o bom combate, o bom debate que só faz elevar o nível dos discursos nesta Casa, diante dos temas que nós trazemos.

Por isso que eu gostaria que V.Ex^a convoque os deputados para a continuidade da presente sessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem do deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, para atender à questão de ordem do deputado Bruno Reis, solicito de V.Ex^a que zere o painel e marque os 15 minutos regimentais, para que os nossos deputados que estão jantando, que estão em seus gabinetes possam vir, aqui, atender ao pedido de verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- V.Ex^a será atendido.

Srs. Deputados que estão jantando, que estão no cafezinho, nos seus gabinetes, existe uma sessão de ordem feita pelo deputado Bruno Reis, acompanhada pelo deputado Carlos Brasileiro, onde se pede uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Peço que zere o painel e dê os 15 minutos regulamentares.

Deputado Bruno Reis, presença por favor, presença de V.Ex^a e do deputado Carlos Brasileiro.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Restituído o quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Meu nobre deputado Paulo Rangel, legítimo representante do norte do Estado, presidente desta sessão, imprensa presente, ocupantes das Galerias, telespectadores da *TV Assembleia*, Oposição, aqui presente, como faço questão de registrar em todos os meus pronunciamentos parabeno a postura da Oposição que não se curva ao rolo compressor do governo. A nossa valorosa e valente Oposição tem como preocupação defender e proteger os

servidores públicos estaduais, dar segurança aos servidores públicos estaduais quando eles mais precisarem, em suas merecidas aposentadorias.

O governo do Estado, como sempre, no final do ano, coloca projetos para passar o rolo compressor, aqui na Assembleia Legislativa. E está aqui para votar essa PEC. Uma PEC que quer antecipar os *Royalties* para o Estado. A Oposição não sabe se esses recursos serão usados para investimentos, infraestrutura ou para querer fazer política em 2014. E eu, em meu primeiro discurso, queria fazer mais uma vez uma pergunta aos nobre deputados, ao Líder do governo, a todos os que aqui estão presentes: onerando a gestão futura e sem qualquer estudo do impacto financeiro, será que não violará a Lei de Responsabilidade Fiscal? Será que negociar os créditos tributários futuros, antes do fato gerador, antes de ocorrer a produção dos *Royalties*, a produção do petróleo, será que isso é correto?

Essa antecipação vai gerar um deságio, mas de quanto será esse deságio, essa antecipação? Será que não vai ocorrer uma renúncia da receita futura? São essas as perguntas. E é o que peço aos nobres deputados do governo, que acatem a emenda da Oposição. A Oposição tem, sim, a preocupação de proteger os servidores públicos da Bahia. Por que não aceitar essa emenda, se estão dizendo que esses recursos serão utilizados para a Previdência dos servidores públicos? Fica aqui a pergunta sobre os motivos de não utilizar essas emendas da Oposição.

Essa é a forma com que o governo trata os servidores públicos, deputado Augusto Castro. Já tivemos greve dos professores, greve dos policiais, o que mostra como o governo trata os servidores públicos. É o governo que na propaganda mostra que se preocupa com os servidores, com a Bahia. Mas na realidade não se preocupa. O deputado Augusto Castro colocou tão bem, nesta noite, que é o governo que em 7 anos já tomou 14 bilhões de empréstimos. E para onde foram as aplicações desses empréstimos? São 14 bilhões.

Tenho muito orgulho, deputado Carlos Brasileiro, de ser deputado de Oposição, nesse primeiro mandato. Amanhã poderei olhar para o futuro e dizer que não compactuei com o que ocorre no Legislativo Estadual. Essa questão de 14 bilhões é um absurdo. Haverá uma hora em que o Estado não terá condições de honrar. É a mesma coisa da casa de cada um de nós. Se você tem um orçamento e as despesas passarem, você pega um empréstimo; gastou demais de novo, pega outro empréstimo; gastou de novo mais e vai tomar outro empréstimo, chega uma hora em que você não terá mais condições de tomar empréstimos, vai falir. E o que estou vendo aqui é que não existe uma preocupação do governo do Estado com a gestão da nossa querida Bahia. Essa é a minha preocupação como deputado estadual da Oposição e que se preocupa, sim, com os destinos da minha querida Bahia.

Ouvi muito falar aqui sobre a propaganda do Estado, deputado Augusto Castro,

V.Ex^a que conhece tão bem a região Sul do Estado. Propaganda, como V.Ex^a falou, tem demais, mas ações efetivas do governo do Estado não se vê.

Eu já disse aqui que diversas estradas, diversos trechos que, deputado Augusto Castro...

O Sr. Augusto Castro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO TAVARES:- V.Ex^a está inscrito. (...) estão em péssimas condições e o Estado não toma nenhuma providência.

Faço questão de repetir, deputado Augusto Castro, a estrada Nazaré/Valença, a estrada que liga Mutuípe a Amargosa, a estrada Itacaré/Taboquinhas, deputado Augusto Castro, V.Ex^a que é votado na região Sul e que conhece aquela estrada; a estrada BA-210 de Curaçá até Abaré, não existe. Se você sai de Abaré para ir a Juazeiro, deputado Augusto Castro, você tem que percorrer por Pernambuco. Por que? Porque não tem estrada, é uma vergonha. Para as pessoas fazerem o seu serviço no seu Estado, para visitarem o seu Estado, têm que ir por outro Estado, pelo Estado de Pernambuco, porque lá tem estrada, tem segurança pública.

A questão da BA-156, deputado Rosemberg Pinto, V.Ex^a que conhece bem a Bahia, que liga Caturama/Botuporã, as condições são péssimas. São 8 anos de promessas. São 8 anos que o governo diz que vai resolver e nada.

Ali ao lado, em Rio do Pires, recentemente houve uma festa e as pessoas só faziam reclamar porque não puderam ir para lá, a estrada não existe. E o governo na propaganda diz que tem estrada, que está tudo bem. E, realmente, falta muita coisa em relação a este governo.

Em relação a região Sul, deputado Rosemberg Pinto, que conhece tão bem aquela região, cadê a barragem do rio Colônia? Faz 1 ano, deputado Augusto Castro que essa barragem foi prometida. A promessa era inaugurá-la agora. E cadê a barragem do rio Colônia? Cadê a duplicação da Ilhéus/Itabuna? Cadê a saúde pública na região Sul do Estado?

Com o aparte o deputado Augusto Castro.

O Sr. Augusto Castro:- Caro deputado Pedro Tavares, eu parablenizo V.Ex^a pelo discurso nesta noite de terça-feira, num embate importante em defesa do interesse da Bahia. A situação dos *royalties* é absurda, é imoral. A Bancada da Oposição nesta Casa está presente, vigilante, discutindo, levando ao conhecimento da Bahia o montante absurdo de recurso como esse.

Citei, há pouco, no discurso alguns temas importantes acerca do nosso Estado, em especial algumas regiões e o Sul da Bahia que V.Ex^a colocou no discurso. Esse discurso é real, verdadeiro. É um discurso que a população da Bahia, hoje, tem conhecimento de que o governo promete, promete, e pouco realiza. O governo assina ordem de serviço todos os dias, lança pedra fundamental e as coisas não saem do

papel, a exemplo da nossa região, V.Ex^a que tem base no Sul da Bahia e é conhecedor das promessas feitas pelo governo do PT.

A Bancada da Oposição precisa estar aqui levando esse debate até a madrugada para poder garantir que o Estado, se conseguir passar esses recursos, a antecipação, porque o governo tem a maioria, mas que vá para o destino que é a caixa da previdência do servidor do Estado da Bahia, o Funprev.

O deputado Gaban que coordena essa matéria na Bancada da Oposição, pregou o entendimento, mas V.Ex^a coloca com muita propriedade nesse excelente discurso.

Muito obrigado, deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Incorporo seu aparte, deputado Augusto Castro.

Agora queria falar um pouco sobre a região Norte, V.Ex^a que milita na região Sul do Estado, vamos passar agora para a região Norte, do outro lado. E encontramos a mesma realidade, deputado Augusto, V.Ex^a que milita em Curaçá. Como disse, queria falar sobre a infraestrutura hídrica da BA 210, de Curaçá até Abaré. Choveu tanto agora na Bahia e essas águas não tiveram onde ser armazenadas. Por quê? Porque o Estado não fez barragens, o Estado não se preocupou com a infraestrutura hídrica, é um Estado que, realmente, na propaganda é muito bom, mas na prática tem sérias falhas.

A questão dos assaltos a bancos. Como disse o deputado Sandro Régis, vamos entrar no *guiness book* pelos assaltos a bancos, a caixas eletrônicos. Enfim, a insegurança é total. E essa não é a Bahia que eu quero, quero uma Bahia diferente, quero uma Bahia que as pessoas cuidem, que possamos andar nas ruas, que a violência não impere como tem imperado no nosso Estado.

Esse é o governo que aí está, que promete, promete e cadê as obras? Cadê as barragens? Falo da barragem de Pindobaçu, que o deputado Carlos Brasileiro conhece. A barragem do França, a barragem de Ponto Novo, todas as barragens que abastecem, que ajudam a armazenar água, que ajudam a diminuir o sofrimento do povo da Bahia, e que não foram construídas nesse governo.

Cadê a ponte Salvador-Itaparica que foi prometida aos 4 cantos que seria feita? Na maquete é muito bonita, mas, na realidade, não existe. Será que o governo do Estado vai ter, de novo, a coragem de falar para a população nessas eleições de 2014 que vai fazer essa ponte? Imagine, deputado Bruno Reis, um Estado que tem uma dificuldade enorme para fazer uma passarela, a passarela de Pituaçu, que é uma ponte terrestre, imagine uma ponte com 14 km na água? E o governo sempre prometendo. Não é possível que esse governo vá, mais uma vez, prometer essa questão da ponte Salvador-Itaparica.

É um governo, deputado Paulo Azi, que tem 7 anos, mas parece que é um governo que tem 7 meses. Toda hora que não tem uma explicação plausível, vem

buscar a tal da herança maldita. Toda hora que não tem o que falar, quer jogar a culpa nos outros. E por que não acontece isso com a administração do prefeito ACM Neto? Um prefeito que está fazendo uma administração dinâmica, recuperando a autoestima da população. Um prefeito que não reclama e não joga as suas dificuldades para o governo anterior, que não fala em herança maldita, que procura fazer uma administração diferenciada, dinâmica.

É um governo que o meu partido, o PMDB, faz parte com muita honra. Faz parte desse governo, deputado Rosemberg Pinto, e tem ajudado através da Secretaria de Infraestrutura. O governo do prefeito ACM Neto tem um ano, enquanto o governo do Estado tem 7 anos. É um governo diferente do governo do prefeito ACM Neto, do prefeito que administra a nossa querida capital. O governo do Estado, não faz a gestão devida, só faz política. Se você abre um *blog*, se ouve um comentário numa rádio, nos jornais, só se fala em política, em quem vai para a secretaria tal, quem vai ser o vice tal, só se preocupa em fazer política.

Mas deixei, deputado Augusto Castro, V.Ex^a que conhece bem a Bahia, mas que tem sua base principal no sul da Bahia, para falar dessa questão do Porto Sul.

Em primeiro lugar, quero dizer que sou a favor, sim, do Porto Sul. Acho que é uma obra que vai dinamizar a economia da região cacauzeira, vai ajudar a recuperar aquela região que tem sofrido muito depois da derrocada do cacau, depois da crise da lavoura cacauzeira. É uma obra importante que vai gerar emprego, vai movimentar a economia, é um sonho da população baiana, um sonho do Sul da Bahia essa obra.

Ontem, vi a assinatura do contrato de adesão para a instalação dos terminais. Saiu em toda a imprensa, no jornal *A Tarde*, todas as rádios, foi dado em todos os *blogs* da Bahia. O deputado Augusto Castro estava no Sul da Bahia e viu a entrevista do secretário Rui Costa falando dessa obra. V.Ex^a sabe que a população de Ilhéus sonha com essa obra. E eu pergunto: quero saber quando vai ser instalada, quando vai bater a primeira pedra lá, quando vai começar efetivamente essa obra. É isso que a população do Sul do Estado quer saber.

Fazem uma festa com pompa, divulgação, e o secretário diz que até dezembro pode começar. Ora, meu Deus do céu, será possível que vão enganar de novo a população do Sul da Bahia? A população não aguenta mais esperar, não aguenta mais tantas promessas.

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO TAVARES:- Com o aparte o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Pedro Tavares, realmente esse governo não cansa de nos surpreender. A cada dia é um fato novo que causa espécie em todos nós. Quando li a entrevista hoje, por um momento pensei que ainda estava no ano de 2013. Como é que um governo faz um evento, coloca em todos os jornais que

finalmente iria começar a construção do Porto Sul. Obra essa que o governo já vem há 5 anos colocando na mídia, na sua propaganda institucional. Faz um evento, reúne na governadoria, deputado Augusto Castro, V.Ex^a que conhece tão bem o assunto, e hoje somos surpreendidos com a notícia de que a previsão é dezembro de 2014. É inacreditável, deputado Pedro Tavares! O governo ocupou duas páginas de jornal um dia para fazer a festa, no outro dia para fazer outra festa. E nas duas festas realizadas, o importante é o início das obras, dezembro de 2014 é a previsão. Realmente, deputado Pedro, esse governo não consegue surpreender a mais ninguém.

Muito obrigado a V.Ex^a.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Incorporo o aparte do deputado Paulo Azi. É verdade. O deputado Augusto Castro chegou da região Sul, disse que a população falava na festa e parecia que amanhã já ia começar a chegar as máquinas e nada. O secretário Rui Costa dá uma entrevista, em Itabuna, também está no jornal *A Tarde*, que até dezembro vai começar, imagina quando vai acabar, deputado Bruno Reis. E para a imprensa da Bahia, para a imprensa do Sul está lá parecendo que amanhã começa.

A mesma coisa, deputado Paulo Azi, com a barragem do Rio Colônia que o deputado Augusto Castro cobra tanto, foi uma pompa enorme, com governador, secretários, deputados, prefeitos de toda região anunciando que era o grande sonho de Itabuna, que ia regularizar o abastecimento de água em Itabuna, estava ali para ser dada a ordem de serviço, estava ali para começar e agora em janeiro já estaria pronta. E cadê a obra? Ninguém sabe, ninguém viu, ninguém fala mais. Pergunto mais uma vez ao governo: cadê a barragem do Rio Colônia.

Esse é o governo que está aí. É o governo que faz muita propaganda, muito alarde, muita espuma, mas na realidade tem deixado muito a desejar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Para discutir, com a palavra o deputado Paulo Azi pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, estamos em uma sessão extraordinária para discutir uma proposta de emenda à Constituição do Estado da Bahia e o próprio orçamento de 2014.

Fico a imaginar o que se passa na cabeça do governo quando submete esta Casa a uma situação constrangedora como esta! É possível que iniciemos, ainda nesta sessão, a discussão do orçamento que é o principal projeto que tramita em todas as Casas Legislativas. E eu diria, até, ser essa a nossa lei maior. E é possível que iniciemos, hoje, a discussão desse projeto que já nasce contaminado, já nasce eivado

de irregularidades e demonstra um contrassenso do próprio governo.

Vejam V.Ex^{as}, estamos, aqui, a discutir uma PEC que permite que o atual governo utilize recursos dos *royalties* para o Fundo de Previdência dos servidores públicos do Estado da Bahia. Se fosse apenas isso, Sr. Presidente, se a questão se resumisse apenas a isso, a discussão, certamente, deveria ter tido um outro encaminhamento. Eu, próprio, sou, por princípio, contra esta nova destinação. Mas, ainda assim, admitiria discutir a proposta se ela se restringisse, apenas, ao que está previsto no texto da emenda constitucional.

Mas nós sabemos que não é isso, aliás, sabemos que não é, apenas, isso. Sabemos que, após a votação e a promulgação desta emenda, o governo já encaminhou a esta Casa um projeto de lei que faz uma verdadeira usurpação de recursos que não pertencem a este governo, pois tais recursos pertencem ao próximo governo. E o governo faz uma verdadeira usurpação para cobrir o rombo em suas contas, rombo que não é novo.

Desde o ano de 2012, alertávamos o governo. Demonstrávamos com números oficiais o buraco que estava sendo criado em suas contas juntamente com o desvio de diversos recursos de outras fontes, principalmente das fontes ligadas a investimentos, para cobrir este buraco proveniente principalmente de um aumento avassalador das despesas correntes do governo do Estado da Bahia.

Não entrarei aqui no mérito, na discussão do aumento dessas despesas, porque esse já é um assunto batido e rebatido por todos nós nesta Casa. Todos nós já sabemos e já conhecemos as causas e as razões que levaram esse governo a um aumento avassalador das despesas necessárias ao suporte de uma máquina pública inchada, obsoleta, pesada e ineficiente. Este cenário já estava muito claro havia pelo menos 2 anos. E o governo agora, no seu último ano, sabendo que não pode maquiar as suas contas ao final de 2014, porque aí se encerra o seu mandato, tenta a todo custo cobrir o rombo nas suas contas. Faz um Refis, anuncia-se arrecadação de mais R\$ 800 milhões, faz-se *blitz* nas ruas da cidade, que antes eram para prender os criminosos, os bandidos, e agora é para forçar as pessoas a pagarem o IPVA. E se não bastasse, vem com essa novidade de tentar se apossar de recursos futuros para cobrir as suas contas.

E aí, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, vejam a incongruência desse governo. Estamos aqui para discutir essa emenda e para discutir a peça orçamentária de 2014. Tive a curiosidade de verificar como estava a previsão orçamentária de 2014 com relação aos recursos dos *royalties*. Vejam, V.Ex^{as}, deputado Marcelino Galo, deputado J. Carlos e deputado Sidelvan, que o orçamento de 2014, cuja discussão deveremos iniciar ainda esta noite, prevê recursos dos *royalties* da ordem de R\$ 315 milhões. É a previsão orçamentária para 2014! E esses recursos estão assim distribuídos: recursos

para pesquisa mineral, R\$ 63 milhões; recursos para eletrificação rural, deputada Maria Luiza, R\$ 78 milhões 750 mil; recursos para recursos hídricos, combate à seca, que vitimou milhões de pessoas nos últimos 2 anos, R\$ 173 milhões 250 mil. É essa a destinação dos recursos dos *royalties* prevista na proposta orçamentária encaminhada por esse governo e que nesta Casa terá iniciada a discussão esta noite.

E aí, ao mesmo tempo, estamos aqui discutindo uma PEC e, posteriormente, tratando de um projeto de lei que, simplesmente, passa um rodo nesses recursos. Significa, então, que esta Casa votará uma proposta orçamentária que prevê R\$ 173 milhões para o combate à seca, R\$ 78 milhões para a eletrificação rural e R\$ 63 milhões para a pesquisa mineral. Esse é um conto de fadas, é um orçamento fictício.

O governo poderia, pelo menos, ter o cuidado de encaminhar a esta Casa, ou de solicitar ao relator do orçamento, que nós ainda nem sabemos quem é, pelo menos este parlamentar ainda nem sabemos quem é, deputado Pedro Tavares, que altere a proposta orçamentária para permitir, por exemplo, que este governo inicie o ano de 2014 com algum recurso para ações de combate aos efeitos da seca.

Caso contrário, iniciaremos o presente ano, deputado Pedro Tavares, sem praticamente nenhum recurso, porque o que está previsto, na peça orçamentária para 2014, para o combate à seca está sendo todo desviado pelo governo para cobrir o seu rombo. Os recursos utilizados pelo governo para a eletrificação rural, contrapartida do Programa Luz Para Todos, estão sendo desviados pelo governo. Não vão existir!

Nós esperamos, pelo menos, que o relator da proposta orçamentária indique uma outra fonte de recursos, discrimine no seu parecer de onde serão retirados recursos para cobrir ações tão importantes e tão essenciais que não podem deixar de ser contempladas na proposta orçamentária do governo.

Vejam a que ponto chegamos! Vamos votar uma proposta orçamentária fictícia, uma proposta orçamentária que nem o próprio governo respeita, porque, se a respeitasse, já deveria ter encaminhado a esta Casa, deputado presidente, um adendo informando aos parlamentares, de onde seriam retirados os recursos para suprir as suas ações de combate à seca, de eletrificação rural e de pesquisa mineral. A não ser que o governo esteja com a intenção de simplesmente esquecer dessas ações durante o ano de 2014.

É lamentável que estejamos diante de fatos como esses. O que nos causa maior preocupação, o que faz com que a Oposição aumente as suas desconfianças com relação aos reais propósitos deste governo, é o fato de que o governo já vem, ao longo dos anos, metendo a mão nesses recursos. O governo já vem, ao longo dos anos, descumprindo a lei, deputado Rosemberg Pinto, e não aplicando os recursos nos percentuais que a própria legislação define, quando se fala dos recursos provenientes das receitas dos *royalties*.

Vejam V.Ex^{as} que, por exemplo, em 2013, ano que o governo recebeu de *royalties* recursos da ordem de R\$ 282 milhões, apenas R\$ 155.616.000,00 tiveram uma aplicação voltada para aquilo que determina a legislação, ou seja, em recursos hídricos, eletrificação rural ou pesquisa mineral.

Algo perto de R\$ 128 milhões não foram aplicados por este governo, e ninguém sabe onde foram parar. Melhor, nós sabemos onde foram parar. Os recursos foram desviados da sua finalidade específica para, mais uma vez, cobrir o rombo das contas. Um rombo, Sr^{as} Parlamentares, Srs. Parlamentares, que parece que não tem fim. É um poço sem fim!

Nós estamos diante de um governo que, por 7 anos, já obteve desta Casa autorização legislativa para contrair empréstimos e operações de créditos da ordem de R\$ 14 bilhões. Sabemos que a grande maioria desses recursos não foram utilizados em ações de investimentos e obras de infraestrutura. Foram, também, desviados para cobrir o rombo das suas contas. É um poço sem fim!

Não podemos concordar, deputado Pedro Tavares, com uma proposta como essa do governo, que se apropriará de recursos do futuro governo para tapar uma parte do rombo. Esses recursos não irão capitalizar o fundo de previdência.

Vejam que o governo não aceitou a proposta do deputado Gaban de permitir que os recursos ficassem numa conta específica pelo prazo de 5 anos. Aí, sim, capitalizando o fundo. Mas o governo não aceitou, como desconfiávamos. Na realidade, o que o governo quer é utilizar todos esses recursos para cobrir parte do seu rombo.

Algo de interessante irá acontecer, deputado Pedro Tavares. O governo pegará os recursos dos *royalties*, oferecerá um deságio ao banco; o banco, possivelmente, negociará algo em torno de 70% ou 80%. Esses recursos ingressarão nos cofres do Estado. Ele resolve um problema pontual e no dia seguinte o rombo começa a se formar de novo.

Ou o governo adota uma posição de responsabilidade fiscal, de diminuição da máquina, de redução das suas despesas correntes para poder dispor de uma fatia do seu Orçamento para cobrir o fundo de previdência ou teremos esse problema eternamente. O problema aumentará no futuro governo, que já não irá dispor de uma receita que poderia ser utilizada, pelos mesmo em parte, para minorar, diminuir esse déficit da previdência.

Esse governo é muito cara de pau, deputado Augusto Castro. Cara de pau! Quer utilizar recursos futuros de um outro governo para resolver um problema pontual, que é seu. O próximo governo que se lixe! O próximo governo que se vire!

Como podemos aceitar e concordar com uma imoralidade dessas, Srs. Parlamentares?

Vejam que no Rio de Janeiro, deputado Pedro Tavares, o governo encaminhou à Assembleia Legislativa um projeto de lei visando à antecipação, mas que não chegava a uma amplitude dessas. E lá a Bancada petista reagiu. Ela, que faz parte da base do governo do Rio de Janeiro, rachou, fraturou, porque uma boa parte dos seus parlamentares achou aquilo um absurdo, uma indecência. E esse mesmo PT aqui na Bahia tenta impor à nossa população uma imoralidade deste tipo. Eles vão para os jornais, colocam o assunto como se fosse algo absolutamente normal, não falam a verdade ao povo, não lhe esclarecem os pontos reais, deputado Rosemberg, e se utilizam duma maioria silenciosa nesta Casa para impor a sua vontade.

Nós da Oposição haveremos de cumprir com as nossas responsabilidades, as nossas obrigações de alertar, chamar atenção da população para este crime que se está cometendo nesta Assembleia: o da apropriação por este governo de recursos que não lhe pertencem para cobrir a sua ineficiência, a incompetência demonstrada por ele na gestão dos recursos públicos do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):-Com a palavra o deputado Augusto Castro pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, deputado Rosemberg Pinto, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários da Casa, Galerias Paulo Jackson, mais uma vez volto à tribuna, deputado Pedro Tavares, para poder ratificar o que o deputado Paulo Azi, do Democratas, colocou com muito conhecimento e muita precisão. A propaganda que no dia a dia este governo utiliza nos meios de comunicação deste Estado, como a imprensa escrita, para anunciar mais uma obra no Sul da Bahia. Ela foi iniciada em 2011. Trata-se da conclusão do Porto Sul, do projeto intermodal que irá melhorar, e muito, deputada Maria Luiza Laudano, a infraestrutura portuária estadual. O Estado da Bahia hoje depende muito dela para que possa melhorar o seu desenvolvimento econômico, a sua própria arrecadação e assim trabalhar grandes projetos na área da Infraestrutura. É o que falta no planejamento deste governo.

Quanto ao Porto Sul, deputados Rosemberg e Pedro Tavares, que são da região, participamos das duas últimas audiências públicas realizadas, a primeira em Ilhéus e a segunda na cidade de Itabuna, coordenada pelo Ibama. Ali ficou definido, em conversa com o superintendente regional do órgão, que a licença ambiental estaria realmente a caminho para este ano, no mais tardar em agosto.

Ocorre que ontem toda a comunidade sulista e baiana foi surpreendida com o anúncio de uma sociedade para fins específicos, pois o governo estadual assinou junto com a Secretaria de Portos da Presidência da República. Foi um evento político

realizado ontem para anunciar o projeto Porto Sul. o governo cria outra natureza jurídica.

A Assembleia Legislativa, há um ano e meio, aprovou um projeto do Executivo, deputado Paulo Azi, que cria uma sociedade para fins específicos para tocar o projeto do Porto Sul. São dois portos. Um será o porto da Bahia Mineração. A empresa tem lastro para começar a obra logo e só depende da licença por parte do Ibama. Esperamos que essas duas últimas audiências sejam definitivas. Foi o colocado para a imprensa e para todos que ali participaram.

Mas o governo sentiu que não tinha capacidade, desde o início, de tocar o segundo porto que é o público. Mudou de localidade. Aconteceram discussões. Existe uma licença prévia autorizada envolvendo o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado da Bahia. A Bahia Mineração tem uma relação, hoje, forte com o Estado da Bahia; tem feito a sua parte e quer começar a sua obra. O governo sabia que não tinha capacidade de tocar o segundo projeto que é a construção do porto privado, deputado Paulo Azi.

Ontem, o governo assinou, realmente, o contrato de adesão para poder criar esta sociedade com fins específicos, aprovado por esta Casa, que vai envolver várias empresas para poder tocar este grande empreendimento, que vai deslançar e destravar a estrutura logística do estado da Bahia. Pretende-se trazer a riqueza da região Oeste da Bahia: a soja. Pretende-se trazer a riqueza de Caetité, Brumado, Guanambi, etc, para escoar tais produções através do litoral de Ilhéus.

Este é um empreendimento, deputado Carlos Brasileiro, importantíssimo para o Estado da Bahia. A Bahia, hoje, que possui 3 portos: Porto de Aratu, Porto de Malhado em Ilhéus e Porto de Campinho. Quanto a esse último, o governo não conseguiu colocar em funcionamento com a estrutura pronta para operar. E não houve, realmente, nenhum planejamento para isso.

Adiar um empreendimento como esse... O anúncio está publicado no jornal *A Tarde* de hoje que (lê) “a obra do Porto Sul deverá ser iniciada até dezembro, prevê o secretário da Casa Civil”. Todos nós, da região Sul da Bahia, do Oeste da Bahia, do Sudoeste da Bahia, estávamos esperançosos de que esta obra fosse iniciada no segundo semestre deste ano de 2014.

O governo fez uma grande festa, deputado Paulo Azi, ontem, e deu publicidade em todo o estado da Bahia para um empreendimento tão importante como esse. Isto é uma coisa que todo o Estado espera. O governo do estado tem força com o governo federal. No entanto, está levando o anúncio desta obra para começar em dezembro de 2014. Vejam, isso acontecerá ao final do mandato do governador Jaques Wagner.

O Estado da Bahia não colocará um centavo a não ser de infraestrutura, pois está dentro da responsabilidade do governo do Estado. O dinheiro aplicado será o da

Bahia Mineração para o porto privado. E o governo, agora, abre o capital para a iniciativa privada como se fosse um empreendimento do governo do Estado!

A ferrovia é bancada 100% com os recursos do PAC! Há 30% somente da obra concluída. Acho que acabará ficando pronta bem mais adiante. A capacidade de essa ferrovia ficar pronta é muito mais dinâmica do que a do Porto Sul. Não existe porto sem ferrovia e nem ferrovia sem porto! É preciso, aqui, travar uma discussão e fazer uma interrogação ao governo para que esta obra comece em dezembro.

Deputado Pedro Tavares, qual é a garantia que o governo do Estado da Bahia pode dar para que esta obra, realmente, se inicie em dezembro 2014? Isso já se aproxima para janeiro de 2015! São 3 anos de obras. Então teremos o porto, se tudo correr de forma natural. Se a obra começar em dezembro o porto ficará pronto em 2018. A Bahia perde investimentos, perde riquezas porque os Estados, a exemplo do Espírito Santo, estão crescendo em função do porto que viabiliza grandes empreendimentos para o Estado do Espírito Santo. O Porto de Tubarão, o Porto de Santos.

É preciso que todos os deputados, tanto da base do Governo quanto da Oposição, não fiquem só a esperar as notícias pela imprensa de que as obras do Porto Sul serão iniciadas.

Ontem foi feito um grande evento político. Sou a favor do projeto do Porto Sul, todos da bancada da Oposição são a favor. Um projeto como esse é importantíssimo para o Estado, vai trazer riquezas e desenvolvimento. Mas é preciso parar com a propaganda, chega de anunciar todos os dias que o Porto será iniciado, de falar sobre a licença do IBAMA. O IBAMA tem feito sua parte como órgão técnico, mas o Governo precisa tomar as rédeas da situação e não só fazer eventos políticos para anunciar que as obras do Porto Sul serão iniciadas em dezembro. Está muito longe, é preciso que haja um planejamento, que o governo puxe para si a responsabilidade de buscar agilizar essa obra tão importante.

O sul e o sudoeste da Bahia esperam, deputado Sandro Régis, como o deputado Pedro Tavares colocou aqui, as promessas do Governo do Estado para a nossa região sul da Bahia. Foi assinada uma ordem de serviço para a Ponte de Ilhéus/Pontal e a obra está praticamente parada, está em ritmo lento, o canteiro está instalado na Avenida Soares Lopes, deputado Rosemberg Pinto. A obra não está no ritmo desejado por toda a comunidade regional.

O verão deste ano promete para a Bahia e para o sul da Bahia. Hoje a Ponte Ilhéus/Pontal não suporta mais o volume de veículos que ali chega, deputada Maria Luíza, àquela região do litoral sul da Bahia. Existe a promessa da Ponte, obra do orçamento da União, recursos de Bancada e a obra não anda como deveria andar.

É de estranhar. Volto a frisar a entrevista do secretário, pré-candidato Rui Costa,

na emissora de rádio em Itabuna essa semana, dizendo que o governo fez muito pela região e que tem obras estruturantes na região. Tem, deputado Sandro Régis, o governo tem obras estruturantes na região na propaganda do Governo do Estado. Mas essa realidade não existe, a realidade que o povo do sul da Bahia conhece é que a obra da barragem iniciada com recursos do Governo Federal, do PAC via Ministério das Cidades está parada.

Houve a licitação, o governador assinou a ordem de serviço, mas a obra está paralisada. Não conseguiram pagar 20% dos proprietários de terras nas cidades de Itapé e de Itaju do Colônia. É de estranhar. A imprensa cobra todos os dias, o Sul da Bahia tem imprensa séria como toda Bahia - que cobra também - obras que não foram realizadas mas prometidas e que no dia a dia fazem falta àquela população. A promessa na entrevista do secretário é que a ordem de serviço para a duplicação sai nesse primeiro semestre.

Vamos cobrar, deputados Santana, Pedro Tavares e também o deputado Rosemberg, que tem essa responsabilidade maior porque é da base do Governo. Vamos cobrar essas promessas. Em ano de campanha é muito fácil ir para emissora de rádio e televisão prometer que a duplicação sai.

A licença do INEMA já saiu. Por que o governo não começa a trabalhar logo essa obra de infraestrutura para a região Sul da Bahia? Quanto ao Aeroporto Internacional de Ilhéus, quem pousa em Ilhéus conhece a capacidade do aeroporto e vê que ele precisa ser ampliado. A pista é muito curta, é uma região turística forte e que precisa do Governo Federal e do Governo do Estado, mas é só na propaganda do Governo do Estado. A Universidade Federal do Sul da Bahia é um sonho do Sul da Bahia. Itabuna foi contemplada com o campus da universidade federal, como Porto Seguro também e Teixeira de Freitas. Mas ali é luta que vem faz anos e anos, não é realização do governo do Estado. É um programa do Ministério da Educação, que tem, realmente, procurado ampliar o processo de criar novas universidades federais no Brasil. E o Sul da Bahia recebeu, de forma merecida, o anúncio desse grande investimento. Mas é preciso que tenha capacidade e infraestrutura.

Vamos falar um pouco do ensino fundamental. Quero fazer um desafio aos deputados da Base do Governo e ao deputado Rosemberg Pinto, que me apontem uma escola, deputado Sandro Régis, que o governo do Estado construiu em Itabuna; uma sala de aula que o governo do Estado construiu em Itabuna. Tem promessa. A Unidade de Pronto Atendimento, a UPA, no bairro Jaçanã, em Itabuna, é promessa do governo que nada realizou na área da saúde em Itabuna. A UPA não andou, é só promessa, expectativa, e nada.

Vamos falar um pouco aqui da segurança. Acabei de citar aqui a segurança pública. No início desta semana, de 1º a 07 de janeiro, Itabuna teve um aumento

grande da violência. Uma criança de 5 anos de idade e o pai foram assassinados no bairro Monte Cristo, onde fica a base comunitária de segurança pública, deputado Sandro Régis. Isso é de entristecer toda a Bahia e toda a região Sul da Bahia.

É preciso que a Bancada da Oposição faça isso mesmo, estamos cumprindo o papel em defesa da sociedade e do povo da Bahia, vigilante, cobrando, cumprindo os nossos compromissos com a população e com os nossos eleitores. Mas não é somente o Sul da Bahia, não. Você indo para a região do São Francisco é a mesma coisa. Você vai à região de Ipirá não se tem uma obra. Fizemos indicação aqui do SAC e o governo não levou em consideração porque é um pedido de deputado da oposição.

Você tem aqui demandas do Oeste da Bahia. O Oeste contribui muito com o Estado com pagamento de impostos e não recebe nada em troca. O Oeste, que é independente, teve uma campanha forte para dividir o Estado da Bahia. Não pregamos isso aqui, não, é porque o sentimento daquela região do Sudoeste é um sentimento de abandono. Mas não é somente o Sudoeste, no Sul da Bahia também há esse sentimento.

Então, em qualquer lugar da Bahia você vê muita propaganda, e é a propaganda bonita, deputado Sandro Régis. O governo aproveitou agora o final do ano, dezembro, e parece que a Bahia não tem problema. Vamos fazer aqui comparativo da Bahia com o Estado do Pernambuco. O governo de Pernambuco tem planejamento, leva o dinheiro público com seriedade porque aplica onde precisa ser aplicado, dá prioridade ao que é prioridade. É preciso acontecer aqui o que acontece lá.

Agora, o governo vem com essa de antecipar um bilhão e seiscentos milhões de reais. O governo trazendo agora uma modalidade nova, a ARO, Antecipação de Receita Orçamentária, querendo trazer isso e que a Bancada da Oposição aceite com a maior naturalidade. Não, não iremos aceitar, não. Iremos aqui obstruir.

O deputado Gaban apresentou uma emenda para garantir que esses recursos vá para o Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, deputado Pedro Tavares.

Hoje vejo no jornal *A Tarde* um artigo do deputado Imbassahy que fala da questão da infraestrutura que o governo não priorizou no Estado. É de dar tristeza a falta de compromisso e a propaganda desse governo. É preciso encarar o dinheiro público com mais responsabilidade. Hoje, todos nós somos cobrados. Esta Casa, a imprensa, os baianos, através das redes sociais, os meios de comunicação estão atentos para com esta Casa, é um bilhão e seiscentos milhões, comprometer a receita com o futuro governo. Por que o governo não trabalhou isso 2 anos atrás, para poder pegar dentro do governo do PT, manter esse compromisso do governo do PT? Porque sabe que a Bahia, a partir de 2015, estará nas mãos de gestores que tenham responsabilidade com as finanças públicas!

Todos nós aqui, da Bancada da Oposição, do Democratas, do PMDB, do PSDB, do PV, do PPS, do PTN, estamos vigilantes dia e noite, conversando com a sociedade baiana, todos vigilantes para esse absurdo que é antecipar receitas. O governo conseguiu antecipar recursos, pedir empréstimo, convocou esta Casa e conseguiu viabilizar R\$ 14 bilhões durante os 7 anos! Quais as obras que o governo conseguiu, deputado Sandro Régis, realizar com esses recursos de R\$ 14 bilhões através de autorizações legislativas desta Casa?

Então, como deputado estadual, venho a esta tribuna dizer do nosso compromisso, como deputados da Oposição. Há também, sim, muitos deputados da base do governo que têm sensibilidade, que sabem que num momento como este, eleitoral, em que a Bahia precisa crescer, desenvolver-se, aplicar na segurança, na saúde, na educação, traz-se, realmente, uma discussão imoral como essa. Isso não vai acontecer, porque a Bancada está aqui, vigilante, e o governo precisa garantir, sim, já que vai antecipar, pois ele tem maioria aqui dentro, que esse recurso vá para o Funprev!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Coronel Gilberto Santana por 20 minutos.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Sr. Presidente Rosemberg, demais deputados presentes, quero parabenizar V.Ex^a, hoje, pela sua cortesia, simplicidade. Realmente V.Ex^a estava meio afoito na sessão passada, autoritário, ditador, mas agora espero que V.Ex^a possa se portar assim, com essa constância que está hoje aí, com essa tranquilidade, risonho, é assim que gosto de ver V.Ex^a, com essa paz de coração, paz de espírito, porque da forma passada deixou-nos preocupado e triste. (Risos.)

Mas, Sr. Presidente e demais deputados, para nós, que nascemos aqui, vivemos aqui, é preocupante ver o Estado parado. Temos uma obra começada no governo de Paulo Souto, o centro de convenções da cidade de Itabuna. Refiro-me à cidade de Itabuna, quase sempre, porque lá resido e lá vejo que não há nenhuma obra que marque a passagem desste governo por 7 anos, caminhando para 8. Itabuna não tem nenhuma obra, nenhuma marca de gestão do governo Wagner.

Esse centro de convenções, que foi iniciado no governo Paulo Souto, que seria uma obra de importância para aquela cidade e também para a região, está lá, abandonada. Uma obra que foi solicitada por este deputado. Assim que cheguei a esta Casa, fiz uma indicação ao governo Wagner para que ele olhasse com carinho a continuação dessa obra, porque não é uma situação política, é uma situação de

necessidade, de uma cidade pujante, como é Itabuna, cidade de grande importância para aquela região, e não tem um ferramental como um centro de convenções para atender à demanda não só de Itabuna, como da região.

Mas, por um capricho pessoal, por ter sido uma obra começada pelo governo passado, ele não deu sequer importância. Está lá, as pessoas a sofrerem, deslocando-se às vezes para Ilhéus, porque não têm um espaço adequado para as formaturas. E muitos morrem nesse percurso devido às condições de deslocamento, porque a estrada hoje é de risco, uma estrada, realmente, perigosa, a estrada de Ilhéus, muitos carros circulam lá e muitos acidentes têm ocorrido nessa estrada. E o governo não deu nenhuma importância!

Isso ajudaria bastante a nossa região, porque onde há um centro de convenções, também há a circulação de recursos, porque o equipamento atrai o turismo, atrai as convenções, os seminários e outros eventos que possam ocorrer naquele local, e circulam os recursos nesses municípios, seja na parte de hotelaria, posto de gasolina, restaurante. Tudo pode acontecer havendo um equipamento desses para uma cidade como Itabuna. Mas o governo Wagner não quis dar continuidade. Porém existe na sociedade organizada itabunense o interesse de entrar com uma ação de improbidade contra o governo estadual, porque aquela obra não é de Paulo Souto nem de Wagner, mas sim do próprio Estado, e é um desperdício de recursos ela estar lá abandonada, sem ter continuidade. Realmente é um prejuízo para a nossa Bahia. Realmente há este desejo da sociedade organizada de Itabuna de entrar com uma ação de improbidade contra o governo Wagner, devido ao descaso com a cidade em relação a essa obra.

Podemos citar outras situações que lá existem, como a do Hospital de Base, que foi construído pelo município e depois tomaram. Ele ficou então desprovido de recursos para continuar a administrá-lo. O governo sapateou, pisou, humilhou aquela comunidade - não só de Itabuna, mas também da região - fazendo com que o hospital não funcionasse. Mandava 1 milhão e meio para ele atender 134 municípios. Só que tais recursos eram realmente insuficientes para a demanda. A intenção do Estado era que o hospital falisse e a prefeitura entregasse a gestão dele para que o próprio governo pudesse ter um patrimônio a custo zero, porque não queria dispor de recursos para fazer um outro hospital e atender a região. O que queria era pongo numa obra já pronta e realizada pelo município.

E assim tem feito. Enquanto isso, Ilhéus tem um hospital regional que está igualmente precário. Quem quiser pode ir conhecer. Já estivemos lá quando estávamos na Comissão de saúde. É um hospital totalmente abandonado, e o governo gasta 5 milhões e 600 por mês. É uma falta de respeito para com a região e aquelas comunidades, porque Itabuna deu uma votação expressiva ao governo Wagner. Ele foi bem votado na cidade, com mais de 70%, mas não dá nenhum retorno, nenhuma

explicação, porque trata também a comunidade itabunense com desprezo.

Só que a eleição está se aproximando, e o pessoal espera as promessas. Ele não fez isso só com Itabuna, mas com a Bahia. Recordo-me muito bem da Polícia Militar quando o então candidato usava o contracheque de policiais na sua campanha política, no programa eleitoral, dizendo que eles ganhavam mal e que era injustiça. Hoje, ele mostra como trata a PM e os professores.

Na greve passada, ouvi no programa de Mário Kertész uma gravação que o radialista colocava de quando Wagner era deputado na greve de 2001. O governador era César Borges. O atual criticava então o tratamento que o governo dava à polícia, o descaso, o desrespeito. Enfim, valorizava o trabalho da Polícia Militar e dos policiais. Porém, ao chegar à posição onde queria chegar, deu as costas a essas instituições às quais havia prometido coisas anteriormente. Então é realmente um governo de promessas que promete tudo, mas não cumpre nada.

O nosso presidente, que é da região Sul da Bahia, pode testemunhar que ali temos estradas que fazem vergonha, como uma construída pelo governador que vai até Ibicuí e hoje já está toda esburacada. Cadê a empresa que a construiu? Não tem garantia de, pelo menos, 2 anos de conservação? Ela existe, mas está toda brocada! Foi um recurso aplicado, contudo sabemos que não foi uma coisa séria. Possivelmente fizeram uma barganha, e a estrada está lá se acabando.

Se é de Ibicuí para Poções, é outra tristeza. O meu amigo Bruno vai ali para Santa Cruz da Vitória, que está junto de Itaju do Colônia. Aquela rodovia também está acabada! Se vamos para o lado de Canavieiras, Santa Luzia, é outra vergonha! Qual é a estrada que o governo fala que fez? Ele fala na propaganda em 7 mil quilômetros de estradas, e as estradas acabadas na nossa região! A ligação de Arataca à BR-101, 5 quilômetros. Da 415 até Barro Preto, deu 11 ou 12. Está lá a de Coaraci a Itajuípe acabada, assim como várias outras totalmente abandonadas no Sul da Bahia, sem a presença do governo na região.

E aí pergunto: por que esse governo disse que veio para trabalhar? Vai para a televisão e promete fazer em Itabuna uma avenida que iria inaugurar nos 100 anos do município. E até hoje o pessoal espera a duplicação de Itabuna/Ferradas. Foi ele que prometeu! Ninguém foi lá forçar e colocar a faca no pescoço dele para fazer a promessa!

Foi lá lançar a pedra fundamental da barragem. A empresa entrou na Justiça para devolver a obra, porque ele não estava cumprindo com os compromissos que foram firmados.

A gente fica a pensar. Quanta propaganda enganosa. Quanta propaganda induzindo as pessoas a acharem que ele está trabalhando. Mas se cada um de sua região verificar o que o Governo fez, vai ver que não fez nada. É só promessa e

propaganda. Propagandas que enganam as pessoas de Itabuna. E que ele manda para o Oeste, manda para o Norte e as pessoas não sabem o que está acontecendo.

Mas, na verdade, se conversarmos com cada um dessas regiões, constatamos que não existe nada acontecendo. No governo Paulo Souto, ele realmente se preocupou com o turismo. A região litorânea foi uma área bastante privilegiada pelo governo Paulo Souto. Ele tinha uma visão futurista. Ele abriu rodovias, estimulou empresas, hotéis, etc, hoje o turismo está acabado.

Eu estava no final de semana em Valença, lá o aeroporto está abandonado. Em Ilhéus, o aeroporto está inviável. No Extremo Sul, em Porto Seguro, o aeroporto já está saturado. Em Teixeira de Freitas, também o aeroporto não funciona.

Cadê o nosso turismo? Como fortalecer o turismo se não há estrutura, se não há condições de funcionamento. Não existe um hospital do governo na região de Valença, só a Santa Casa sobrecarregada. Não existe segurança. O turista quer segurança, quer atendimento em saúde. Não existe nada.

Não existe atrativo nenhum para o turista vir para a Bahia. Nós temos um litoral bonito, abençoado por Deus, mas de estrutura não existe nada, nada nesta vida.

Estamos aqui preocupados, porque se fala em turismo, mas nada é acrescentado em prol do turismo. Até o próprio Leonelli saiu, deixou a secretaria antes do prazo que o Governo determinou.

O orçamento vem cortado, inferiorizado. A educação, da mesma forma. Quero saber o que o Governo está fazendo por esta Bahia. E só pedindo empréstimo, empréstimo e empréstimo e esta Casa só autorizando. Estamos dando cheques em branco a este governo e não vemos o investimento, e só está devendo.

Eu li uma reportagem que o governo está devendo R\$3 bilhões de serviços e obras que foram realizadas. Queremos saber para onde está indo esse dinheiro que a Assembleia aprovou para este Governo. Está investindo em quê?

Quando a Oposição briga para saber onde vai investir e pergunta vai gastar com o que, governador? É com hospitais? Com estradas? Com escolas? Com postos médicos? É para acompanhar se construiu. Mas, não, é um cheque em branco para ele usar da forma que quiser.

E assim quer fazer com esta lei, agora. Esta PEC, quer fazer exatamente com os *royalties* dessa forma. É um cheque em branco. A Oposição quer colocar nesta lei que seja assegurado que o repasse será revertido 100% para o Fundo de Previdência. Mas o governo não quer isso. Quer ter o cheque em branco para manusear o dinheiro da forma que quiser.

Como é que quer transmitir seriedade? E nós deputados, como vamos fiscalizar esses recursos que chegam aos cofres do Governo? Como vamos ter certeza se esse dinheiro vai ser levado para o Fundo de Previdência?

Fico estarecido, triste com a atitude dos deputados que aprovam os projetos como chegam a esta Casa.

O Sr. Pedro Tavares:- Um aparte, deputado.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Pois não, deputado Pedro Tavares.

O Sr. Pedro Tavares:- Meu caro deputado Coronel Santana, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Sei que V.Ex^a, assim como o deputado Augusto Castro, representa também a Região Sul da Bahia e mostra o descaso do Governo em relação a Região Sul, quando V.Ex^a fala na questão do Centro de Convenções e do Teatro de Itabuna.

O Centro de Convenções e o teatro de Itabuna são dois sonhos da população itabunense e que o Governo do Estado nesses 8 anos não se preocupou em concretizar esses dois sonhos da população itabunense. São obras importantes para elevar a cultura, valorizar a economia de Itabuna. E o Governo do Estado, mais uma vez, mostra a sua falta de preocupação, a falta de atenção com o Sul da Bahia.

Do mesmo jeito como falei aqui, deputado Augusto Castro, que também representa a região e que mostrou um conhecimento muito grande sobre a questão do Porto Sul, repito, sou a favor do Porto Sul, mas sou contra e me deixa indignado a forma como o Governo anuncia a obra da adesão para a construção dos terminais. Parece que a obra será iniciada amanhã. Isso gera uma expectativa tamanha para a população ilheense e itabunense do Sul da Bahia quando sabemos que a obra não tem nem a licença permanente do Ibama para sua construção.

Então, queria saber do governo do estado: quando começará mesmo a obra? Tal pergunta é para não gerar expectativas, pois já tem gerado uma expectativa muito grande na população do Sul da Bahia. Então, é isso o que acontece.

Deputado Coronel Santana, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e, ao mesmo tempo, dizer que V.Ex^a representa, com muita competência, a região de Itabuna.

O Sr. Bruno Reis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Com o aparte, o deputado Bruno.

O Sr. Bruno Reis:- Nobre deputado Coronel Santana, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e lembrar um pouco da história em relação ao Porto Sul.

Desde quando Lula se elegeu em 2002, portanto, assumiu o governo em 2003, o PT da Bahia passou a criar uma expectativa na população baiana, em especial do Sul, Sudeste e Oeste, acerca da possibilidade da implantação de um novo porto no Sul da Bahia. Vieram as eleições de 2006. À época, as propagandas eram do trenzinho e do porto. Eles ganharam as eleições para o governo do Estado! Na reeleição de 2010,

novamente a mesma propaganda!

Ao chegar à minha terra, Juazeiro, o povo perguntava: “Venha cá, rapaz, como está a ferrovia lá? Funciona bem mesmo? Aquele trem é naquela velocidade toda?” E eu respondia: “Que ferrovia?” O povo retrucava: “É a ferrovia que passa na televisão.” Eu respondia de volta: “Não, rapaz, a ferrovia está se arrastando, pois só tem 15% da obra em andamento.” E mais uma nova pergunta: “E o porto?” Eu dizia novamente: “Que porto?!”

A ferrovia chegou a ser embargada algumas vezes porque sequer havia a garantia da existência do porto. Bem, primeiro, seria, ali, na Ponta da Tulha e depois mudou – se não me falha a memória – para Aritaguá. E, até então, as licenças não foram concluídas.

E o governo realiza o evento, naturalmente para promover a candidatura do secretário Rui Costa, aliás, o único, junto com Otto Alencar, que não vão se desincompatibilizar agora em janeiro.

Queria até que o Líder Zé Neto explicasse isso. Por que alguns secretários sairão antes e outros não? Quanto aos secretários candidatos a deputado, acho que foi a Bancada que os expulsou. Então, já expulsaram Eduardo Sales da Secretaria da Agricultura. Quem fez isso foram vocês, deputados, não é? Vejam, para estarem aqui até uma hora dessa com estas motivação e entusiasmo, só pode ter sido isso! Não é isso, deputado Rosemberg? Quem é candidato a deputado, cai fora até 15 de janeiro. Estão expulsando todo mundo! Isso é exigência das bancadas federal e estadual.

Agora, quanto aos candidatos a governador e a senador, não. Esses podem ficar até o último minuto para, naturalmente, utilizar, ao máximo, dos artifícios e dos recursos da máquina pública.

E, aí, dentro desse contexto, realiza-se o evento com toda pirotecnia necessária para anunciar que a previsão do início da obra será em dezembro de 2014, portanto, quase daqui a um ano.

Neste governo, a passarela demorou 4 anos para ficar pronta. E quanto ao Ginásio de Cajazeiras? Eu dava uma entrevista na rádio e entrou uma pessoa cobrando o Ginásio de Cajazeiras. Vejam, em relação a essa obra, foi dada uma ordem de serviço na eleição de prefeito de 2008 para tentar eleger Pinheiro. Já se passaram 5 anos. Estamos indo para o sexto ano. E ginásio está, lá, inacabado.

Não vou falar das obras do Sul da Bahia, porque V.Ex^a, nobre deputado Coronel Santana, já elencou bem, aqui, a situação da barragem do rio Colônia, da ampliação do aeroporto de Ilhéus e da duplicação da rodovia Ilhéus-Itabuna. São tantos os compromissos que Wagner e Pinheiro têm feito. Já era para ter sido concluído o Centro de Convenções de Itabuna. No entanto, nada se fez! Por quê? Por uma questão eleitoral, meramente eleitoral, porque tinha sido iniciado no governo passado!

E, aí, efetivamente, quanto aos compromissos que este governo assumiu, não foram cumpridos, pois o tempo já está se esgotando. Este governo chega ao seu final.

E podem escrever o que eu estou lhe falando hoje aí, dia 07 de janeiro de 2014, Wagner não dará a ordem de serviço do Porto Sul.

Porque se a previsão é dezembro de 2014 e nenhuma previsão nesse governo se confirma, o metrô ia ficar pronto antes da Copa, o trecho até a San Martin, na saída da cidade, já transferiram para setembro, naturalmente antes das eleições para tentar criar um clima favorável para ver se o PT consegue reverter a situação dele, em especial na Cidade do Salvador, onde a rejeição do governo é muito grande.

Então, esse governo é especialista em adiar prazos, cumprir prazos, metas, planejamento não existe nenhum, nunca existiu para nada, chegaram aos 07 anos sem o planejamento estratégico definido para o Estado, não tem uma secretaria que tenha uma meta a ser cumprida, um prazo a ser cumprido. Tem? Se eu estiver falando alguma inverdade que me corrijam. Mas, não tem. Qual a meta de redução da violência no Estado da Bahia? Não tem. Qual a meta para se atingir a alfabetização no Estado da Bahia? Não tem. Qual a meta para a construção de leitos em hospitais para a redução do número de pessoas nas filas, nos corredores dos hospitais ou para melhorar a questão da Central de Regulação? Não tem. Meta para nada, nada. E onde não tem prazo, não tem meta as previsões, Coronel Santana, não se confirma, e quem perde é a Região Sul da Bahia que espera há muito tempo por esse Porto.

Parabéns pelo pronunciamento de V.Ex^a.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Deputado Bruno Reis, V.Ex^a falou um ponto interessante, que o governo, realmente, deixa para acontecer perto das eleições, promessas. Não sei se V.Ex^a lembra da eleição e reeleição dele quando ele falou do Estádio da Fonte Nova, da Copa que vai acontecer em 2014, é o que ele pregou para a reeleição dele. Agora ele quer usar o mesmo ferramental, os mesmos argumentos da Ponte Salvador-Itaparica, a ferrovia, o metrô, e cada dia aparece com uma obra diferente, cada dia aparece com uma história diferente, mas fica só na promessa.

Esse Porto Sul, realmente, não tem nem licença para começar a construção, mas já fez uma propaganda tão grande aí que nós não sabemos quando é que vai sair isso mesmo, porque por praticidade não existe mesmo. O Porto Sul não existe autorização para começar a obra, a empresa que mais tem urgência, a Bamin, está lá interditada sem poder para começar a obra, porque não tem autorização do Ibama. E o governo pouco se importa, o governo pouco se movimenta.

Eu me lembro que para a Ford vir para a Bahia foi um sofrimento, Antonio Carlos Magalhães brigou e o PT, na época, todo mundo votou contra essa obra, a Ford vir para a Bahia. Como é que um partido desse quer uma Bahia crescendo, que

votou contra o projeto de instalação da Ford aqui na Bahia?

E aí a gente fica a pensar: é esse pessoal que gosta da Bahia? Nós sabíamos disso, apenas ficamos a esperar esse governo mostrar o que ele quer mostrar para acreditarmos que ele não é um governo que administra e que sabe fazer gestão. Na lábia ele é muito bom, bater no ombro é espetacular, agora na praticidade, na verdade, não existe.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Conclua, deputado.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Então, precisamos, minha amiga Maria Luiza Laudano, a senhora que está aí preocupada com o tempo, mas fique tranquila, vamos até às 07 da manhã, temos mais dez oradores para poder falar.

Eu quero agradecer, mais uma vez, o trato do nosso amigo, pela atenção.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Bruno Reis:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Pela ordem o deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, V.Ex^a fica bem nessa cadeira, faz bem a V.Ex^a estar aí no alto, visualizando toda a planície da Assembleia. E como V.Ex^a é um bom observador e o nobre deputado que vai falar agora, Sandro Régis, merece, até porque toda vez que usa a palavra, e diante da importância do tema e do projeto que estamos debatendo, nobre deputado Deraldo Damasceno, merece que esteja presente no Plenário a quantidade mínima de apenas 21 deputados para a continuidade da presente sessão. É por isso, Sr. Presidente, com toda a vênica, que peço que proceda uma verificação de quórum nominal, convocando todos os nobres colegas que estão na Casa, alguns na biblioteca, outros em seus gabinetes atendendo, despachando, outros até jantando pelo andar da hora, mas o importante é que estejam, nesse momento, no Plenário, porque o deputado Sandro Régis, o seu pronunciamento, tem um debate sempre sadio, salutar, de grande nível, que irá contribuir muito para o aperfeiçoamento desse projeto.

Então, é por isso que peço a V.Ex^a que proceda a uma verificação de quórum para que possamos dar continuidade à presente sessão, naturalmente, nobre deputado Carlos Brasileiro, que com a presença de mais deputados, porque é plenamente visível que não temos, neste momento, a quantidade mínima para continuidade da presente sessão.

É por isso que peço a V.Ex^a que convoque os deputados que estão realizando suas atividades, pois sei que todos são deputados sérios, comprometidos com seus afazeres e comprometidos com o desenvolvimento da Bahia e estão, neste momento, trabalhando. É por isso que peço a presença aqui, no Plenário, desses deputados, para

que possamos continuar a presente sessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Que V.Ex^a conceda os 15 minutos regimentais para que possamos convocar os deputados que se encontram nos corredores da Casa, na biblioteca, no saguão, no restaurante. Ao tempo em que peço, se V.Ex^a permitir, a utilização de 5 minutos a partir disso.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Atendendo a uma solicitação de verificação de quórum feita pelos deputados Bruno Reis e Zé Neto, quero chamar todos os deputados e deputadas que se encontram em seus gabinetes, no cafezinho, no restaurante, jantando, em função do avançado da hora, para que se façam presentes e possamos dar continuidade à presente sessão.

Vou pedir para zerarem o painel e solicitar a todos os deputados que se façam presentes para continuarmos esta nossa sessão.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, queria apenas aproveitar este momento, enquanto os deputados se aproximam, para dizer à Oposição que a medida que tomamos não é nada diferente, diria que muito mais tranquila, do que a que foi tomada com a venda da Coelba, com a venda da Embasa. Nos dois momentos os governos anteriores, tanto de Paulo Souto quanto do ex-governador César Borges, reconheciam, um em 1999, o outro em 2004, a dificuldade da previdência. E isso, obviamente, não foi estancado, pelo contrário.

O problema da previdência, tanto da Bahia como de todo o Brasil, deve ser enfrentado com coerência. A Oposição, ela própria, propôs a emenda dos *royalties*. Vamos, aqui, lembrar: o próprio deputado Gaban foi quem propôs a emenda dos *royalties*. Mais tarde, o deputado Paulo Azi, que falou há pouco, propôs uma emenda dele, e nós acatamos. E o deputado Gaban, no começo do ano, no romper do ano, propôs ao governador que se ficassem dentro da previdência os recursos ele votaria favoravelmente e faria todo esforço para votarem. Nós atendemos ao reclame, e espero que, passado esse 1º turno, tenhamos condição de retomar as conversas na Casa.

Claro que isso é o plano A. O plano A sempre é o plano da conversa, do diálogo, do bom trato, da democracia; e o plano B é também da democracia, mas é o plano de seguir em frente, com a Bancada votando de forma ordinária. Então, esperamos que isso seja resolvido.

Em não resolvendo, vamos continuar fazendo nosso esforço, que é nosso, mas também é da Oposição, que vem a esta Casa durante o mês de janeiro fazer sua obstrução, o que é legítimo, porque nós também já fizemos muito isso. Nada disso nos incomoda, ao contrário. Compreendemos e respeitamos o posicionamento da Oposição.

Quanto à questão da Bahia, quero lembrar ao Coronel, meu amigo, e também ao meu amigo deputado Sandro Régis, que em verdade o aparte feito pelo deputado Bruno não condiz com a realidade. A Bahia, pela primeira vez, nesses últimos 7 anos, foi planejada, tem projeto, tem chegada, e hoje quero encerrar a minha fala – já estamos chegando em 21 Srs. Deputados – lembrando que a Polícia Militar com todas as representações da corporação, hoje à tarde, entregou ao governador Jaques Wagner a documentação que traz o volume de todas as discussões travadas nos últimos meses e que certamente vão nortear uma nova lei que vai dar um novo Regimento à Polícia Militar e trazer, com certeza, um novo instante e um novo momento do ponto de vista profissional.

Encerro dizendo que esse é um ganho extraordinário da democracia baiana. Os policiais que no passado chegavam a esta Casa de brucutu, agora podem tranquilamente dialogar com os coronéis, com os secretários, com os deputados e com o nosso governador. Esperamos que esta lei seja recebida por esta Casa nos próximos dias, e que possamos discuti-la e aprimorá-la no que for necessário, para que tenhamos uma norma adequada e um policiamento cada dia mais satisfeito com a capacidade que temos de dialogar.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto): - Restabelecido o quórum da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Sandro Régis, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, nobre presidente em exercício e Líder do PT na Casa, deputado Rosemberg ...

A Sr^a Kelly Magalhães:- Futuro presidente.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Não será, porque não vai ganhar o governo, meu amor.

(...) Quero aqui saudar as Galerias Paulo Jackson, a imprensa e todos os amigos que nos assistem pela *TV Assembleia*. Deputada Ivana Bastos, respeito muito sua força feminina na região de Guanambi, e fico imaginando, deputado Bruno Reis, que a deputada Ivana Bastos é muito presente nos municípios que representa, uma deputada batalhadora, que honra o voto que recebe. Agora, o povo pergunta: “Deputada, esse governo que V.Ex^a defende já tomou 14 bilhões de reais de empréstimos e cadê esse dinheiro? Cadê as obras da região?”

O Sr. Alan Sanches:- Está no banco.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Até seus companheiros de Bancada estão lhe sacaneando? São 14 bilhões. Imagino que a deputada Ivana Bastos vai lá e leva o prefeito para a casa dela. Põe aquela mesa farta, muitas galinhas, muito suco, muito guaraná, o prefeito come, bebe, e diz: “Só voto na senhora, pela sua assistência, porque obra até hoje nada.” E aí vai. É assim em todas as regiões.

Eu estava lendo aqui, deputado Alan Sanches, o grande divisor de águas de Santo Antônio de Jesus, ao lado de seu liderado deputado Rogério Andrade, a dificuldade de V.Ex^{as} de irem para as rádios. Eu vejo no Facebook que V.Ex^a vai para a rádio tal, em Santo Antônio, almoçando com fulano, e o que é que V.Ex^a fala? Qual foi a obra que V.Ex^a levou?

O Sr. Alan Sanches:- O curso de medicina.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Federal ou estadual?

O Sr. Alan Sanches:- Federal.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Eu estou dizendo, deputado, obra estadual. V.Ex^a não levou hospital estadual pra lá.

O deputado Zé Neto fica nervoso. Eu entendo o deputado Zé Neto. Ele fica nervoso porque quando não se tem argumento, tem que começar a gritar, a bradar, porque é difícil. São 14 bilhões de reais.

Eu imagino a minha nobre deputada Ângela Sousa, essa mulher direita, correta, sou muito amigo dos seus filhos, uma grande referência. O governador Jaques Wagner vai a Ilhéus e anuncia a assinatura do contrato de adesão para instalação dos terminais do Porto Sul. Todo mundo imagina que o Porto Sul está pronto, que isso já vai ser para amanhã. Mas, deputada, não tem a licença ambiental definitiva. Como é que se faz uma assinatura dessa sem ter a licença? Isso pode ficar pronto só em dezembro. Quer dizer, é subestimar a inteligência do povo de Ilhéus. Isso significa uma obra eleitoreira.

Eu sou a favor do Porto Sul. O Porto Sul é muito importante para a região Sul da Bahia. Mas V.Ex^a vai fazer isso, Pedro Tavares, para uma coisa que só vai ficar pronta em dezembro? Isso é chamar o povo de Ilhéus de burro. Isso é querer subestimar a inteligência do povo de Ilhéus. Como é que se faz um ato político desse e não tem a licença ambiental definitiva que é o mais demorado no processo?

Ora, vamos respeitar os baianos. Vamos respeitar, deputado Rosemberg Pinto, V.Ex^a que é muito bem votado naquela região, se não me engano, o deputado do PT mais bem votado naquela região. Pelo amor de Deus, deputado, faz um evento desse em Ilhéus sem ter a licença ambiental?! Deputado, isto é querer subestimar a inteligência do povo daquela terra. O povo não é burro, não. Está no jornal *A Tarde* que a licença é até dezembro. E faz uma festa dessa.

Aí a coitada da deputada Ângela, fiel, defensora do governo, vai tomar pau

porque o povo, as rádios e outros veículos de comunicação vão lhe cobrar, e ela vai dizer o quê? O que é que a pobre da deputada vai dizer? Está chegando a licença, a licença está vindo igual às emendas dos deputados de Wagner, está chegando pelos Correios, está chegando de navio, está atracando no porto. E a licença não sai. Cria-se uma expectativa grande na sociedade e quem está na ponta como a deputada que é uma mulher séria, uma mulher de palavra, uma das famílias mais respeitadas de Ilhéus, fica numa situação difícil, a verdade é essa, Alan. V.Ex^a como Líder vai ter que parar para atendê-la, porque a verdade é essa.

Em 2006, deputado Pedro Tavares, notificou-se no jornal *Bahia Negócios* que o então secretário, se não me engano, do Planejamento, senador Walter Pinheiro, foi à Fieb e fez uma palestra falando da ponte Salvador/Itaparica. E nessa palestra ele disse, deputado Pedro Tavares, que a ponte já tinha o projeto executivo e que iria começar no final de 2006. Os jornais colocaram a maquete ponte Salvador/Itaparica, já colocaram carro atravessando, criaram aquela expectativa e, até hoje, a ponte, deputado Pedro Tavares, nada, somente o *ferryboat* com longas filas de 5 horas. E a ponte Salvador/Itaparica nada. Mais um factóide do governo Jaques Wagner. E aí nós vamos com 14 bilhões. O que funciona mesmo, conforme o deputado Rosemberg, são os repasses para o deputado Sargento Isidório. Aí funciona, todo mês pinga. Não é isso, Líder? Não falta, o governo é presente no repasse para Isidório. Já foram 14 milhões, é isso, deputado Bruno? Quatorze milhões nesses 7 anos. E o deputado Alan Sanches brigando por Reda em Santo Antônio de Jesus.

O Estado coloca um *outdoor* cheio de propaganda de hospitais. Parece que a Bahia hoje tem uma saúde de referência no Brasil. No município de Queimadas, em menos de 45 dias morreram duas pessoas, porque ligaram para a regulação e a regulação disse: “Não mande que a gente prende a ambulância, não mande que a gente não recebe.” E a propaganda comendo no centro, gastando o dinheiro do povo, mais de R\$500 mil/dia fazendo propaganda do que não tem.

Se formos para Jequié, o Hospital Prado Valadares não tem nem band-aid nem esparadrapo. Quando adentramos, os enfermeiros perguntam se compramos o kit sobrevivência, porque no hospital não tem nada. Em Alagoinhas, até antes do Réveillon, os médicos oficiaram o Ministério Público dizendo que iam fechar no Ano Novo, porque há quatro meses não recebiam repasse. E a propaganda do governo é hospital novo, é saúde melhorando, é o povo feliz, na propaganda do governo Jaques Wagner.

Se for falar da violência, o sindicato dos bancos soltou uma nota dizendo que foi o Estado que mais teve caixa eletrônico explodido no nosso País. Houve um dia que tiveram cinco explodidos simultaneamente. E aí pergunto: cadê os R\$14 bilhões? Esses R\$14 bilhões, a cada empréstimo que esta Casa aprovava se dizia que era para

melhorar a saúde, a segurança, a infraestrutura, se dizia que era para melhorar os novos tempos da Bahia.

O Sr. Pastor Sargento Isidório: - V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Aí eu pergunto, deputado Bruno Reis, um governo que tem como seu grande carro-chefe, os dois grandes legados, as obras imateriais e a revolução silenciosa, não preciso dizer mais nada. Um governador que diz que o seu governo terá como dois grandes legados a revolução silenciosa, que é tão silenciosa que ninguém escuta, e um legado imaterial, deputado Pedro Tavares, que é tão imaterial que até o Líder Zé Neto dá risada. Porque tem que sorrir, deputado Bruno Reis. Em 8 anos, o governo do Partido dos Trabalhadores se orgulha em dizer que o governo deles fez a maior revolução silenciosa da Bahia. É tão silenciosa que nem eles escutam. E, para completar, vai ser o legado das obras imateriais. Realmente, tem que ser das obras imateriais, porque material, até agora, só vejo, deputado Augusto Castro, na propaganda enganosa do PT.

E aí, mais uma vez, eles trazem um discurso como sempre muito bonito: “Nós queremos antecipar 5 anos dos *royalties* para proteger o servidor público e investir esse dinheiro todo na Previdência. Claro, os deputados de Oposição apresentam emenda dizendo o seguinte: abre-se uma conta específica, deposita-se o dinheiro e resguarda-se esse dinheiro por 5 anos para proteger o servidor público. Aceitaram? Não aceitaram. Sabem por que não aceitaram, deputado Mariozinho, essa revelação da política baiana? Não aceitaram porque é maquiagem, não aceitaram porque o intuito não é esse. O intuito, deputado Augusto Castro, é o dinheiro entrar de manhã e sair de tarde para cobrir o rombo, quem falou foi o Líder do governo. E aí, deputado Isidório, com todo respeito que tenho por V.Ex^a e V.Ex^a sabe disso, eu brinco com V.Ex^a, mas, V.Ex^a é um dos políticos sérios desta Casa. Os 14 bilhões ninguém vê.

A deputada Ivana Bastos reúne seus 500 prefeitos da região e fala: “meus prefeitos, nós defendemos um governo que fez a maior revolução silenciosa dessa região. E tem mais, meus prefeitos, trouxemos as obras imateriais que ninguém trouxe para a região”. Aí os prefeitos falam para a deputada Ivana Bastos: “deputada, para escutar essa revolução e para enxergar essas obras, só com aparelho auditivo e com um grande binóculo.” Essa é a realidade do governo. E vocês querem dizer diferente. Quem falou isso foi o grande líder da Bahia, de vocês, o governador Jaques Wagner. O nosso governo fez a grande revolução silenciosa. E traz para a Bahia obras imateriais. Depois de quase 8 anos, falar em revolução silenciosa e falar em obras imateriais, realmente, deputado Pedro Tavares.

O Sr. Pedro Tavares:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Pedro Tavares:- Gostaria de parabenizá-lo, deputado Sandro Régis, pelo belo pronunciamento que faz hoje, mostrando que a Bahia da propaganda é diferente

da Bahia real, da Bahia onde os baianos vivem. V.Ex^a fala da questão do Porto Sul. O Porto Sul deve estar lindo no filme, deve estar maravilhoso, igual à ponte Salvador-Itaparica. A ponte Salvador-Itaparica na maquete, deputado Augusto Castro, no filme, é linda. Ontem, o governador assinou o contrato de adesão para a instalação dos dois terminais, aqui numa grande festa, divulgou isso para a imprensa toda.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- O pai da mobilidade estava lá?

O Sr. Pedro Tavares:- O secretário Rui Costa deu entrevista para a Bahia inteira, gerando uma grande expectativa para a população do Sul da Bahia, todo mundo imaginando que iria começar amanhã as obras do Porto Sul. Está aqui no jornal *A Tarde*, não sou eu quem está dizendo. A obra do Porto Sul deve ser iniciada até dezembro. Pode iniciar em dezembro, 1 ano depois desse anúncio. Dezembro de que ano? Ninguém sabe.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Pode ser dezembro de Deus, ninguém sabe. Entra verão, sai verão, e esse dezembro não chega, deputado Pedro Tavares.

O Sr. Pedro Tavares:- Ninguém sabe realmente quando vai começar. Então, isso mostra que esse é o governo do factóide, o governo que anuncia as obras sem ter fatos concretos.

Quero parabenizar o deputado Sandro Régis, por mais uma vez, fazer o diagnóstico da Bahia e mostrar que a propaganda do governo do Estado realmente é totalmente diferente do que acontece na Bahia, é totalmente diferente da realidade.

Parabéns, deputado Sandro Régis, pelo excelente pronunciamento.

O Sr. Augusto Castro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com a palavra o deputado Augusto Castro.

O Sr. Augusto Castro:- Deputado Sandro Régis, parabênizo V.Ex^a pelo detalhamento desse pronunciamento. V.Ex^a conhece a Bahia e a experiência aqui nesta Casa contribui muito para o debate.

O governo anunciou, ontem, a adesão ao projeto do Porto Sul, o porto privado, a Bahia Mineração, a empresa que vai tocar, e o governo anunciou a construção de um porto público que não tem capacidade de realizar, teve de fazer um projeto criando uma sociedade para fim específico, e o mandou para esta Casa.

O Ibama realizou as duas audiências, deputado Sandro Régis, no final de dezembro, e o Célio garantiu que essa licença estará pronta até o mês de agosto. O secretário anuncia que será até dezembro, no final do governo Jaques Wagner.

É de estranhar. Isso cria um desânimo muito grande para o Sul da Bahia. V.Ex^a está correto. O pronunciamento realmente diz a verdade.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo as palavras de V.Ex^a, deputado.

Quero dizer aqui, deputado Augusto Castro, que o que conhecemos de concreto desses anúncios do governo Jaques Wagner é o “Lorotil” da Bahiafarma. Temos de

concreto isso do governo, o “Lorotil”.

Porque se você vai ao Porto Sul, à ponte Salvador-Itaparica e a todas as indústrias que já foram anunciadas pelo governador Jaques Wagner ou pelo seu governo, nem 10% instalaram-se na Bahia.

Então, eles insistem em tornar real o irreal e querem subestimar o povo da Bahia, querem subestimar a todos nós, baianos, com a sua propaganda que difere 100% da realidade. E quando a propaganda aponta novos hospitais, investimento na segurança pública, os baianos morrem, ou vítimas de crimes ou nas filas dos hospitais.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Bruno Reis pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Questão de ordem, deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, depois de ouvir o pronunciamento do deputado Sandro Régis, melancólico, preocupado com o crescimento do Estado...

Na verdade, ele fica ressentido, porque no governo passado, deles, não havia crescimento nem mobilidade, e eles são responsáveis pela crise que o governo atual administra. Até porque, na segurança pública, se administra o reflexo do que foi negado à sociedade em esporte, lazer, educação.

E os bandidos e marginais do PT, deste governo estão fazendo 7 anos de idade. Todos os assaltantes, bandidos, estupradores, chefes de gangues de 7 anos é deste governo, do qual eu faço parte. Mas a partir de 7 anos em diante tem pai, o DNA é outro.

A verdade é que estamos administrando o reflexo do passado. É muito fácil fazer proselitismo com a questão da segurança pública, que não é só na Bahia. O quadro de insegurança é nacional, porque as famílias estão sendo desestruturadas, há uma falta de respeito em todos os lugares.

Tenho chamado a atenção das autoridades, inclusive, para a mídia televisiva, que joga dentro das nossas casas em horários de crianças, à tarde, pela manhã, programas com conteúdos ruins para os nossos filhos.

Mas quero chamar atenção de V.Ex^a para os servidores do Tribunal de Contas dos Municípios que estão nesta Casa, nos honrando com suas presenças, o Sindicontas, os sindicalistas também das terceirizadas, do projeto anticalote, que já

estão aqui há mais de uma semana.

Acho que o projeto do Tribunal de Contas dos Municípios é um projeto idêntico ao projeto do Tribunal de Contas do Estado. Na verdade, esses profissionais estão buscando a isonomia. Acho que seria de bom alvitre que a Presidência desta Casa, juntamente com o Líder do governo aqui, já que vai se arrastar até amanhã, quem sabe, o projeto dos *royalties*, deveríamos, pelo menos, como resposta à sociedade, buscar com o Líder da Oposição, que não tem se furtado a fazer justiça, fazer um acordo. Com o presidente, o Líder do governo, o Líder da Oposição, buscar dar uma resposta à essa categoria dos terceirizados. É um projeto de uma deputada também de renome, conhecida, responsável nesta Casa, que é a Maria del Carmen, e é um projeto que todos nós, e que o governador com certeza, tem interesse.

A minha preocupação, e dizem que eu sou doido inclusive, é que se deixarmos para depois ou se não aprovarmos esse projeto do Tribunal de Contas dos Municípios ficará parecendo até que estamos... Porque foi aprovado o do Tribunal de Contas do Estado, e aí como o Tribunal de Contas do Estado é quem julga as contas do Governo do Estado, as contas da Assembleia e outros, é importante também que aprovemos o do Tribunal de Contas dos Municípios que faz um excelente trabalho no nosso Estado. Então, peço à esta Casa, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, à Liderança do governo, à Liderança da Oposição e à presidência que busquem até suspender a sessão, se for o caso, para tratar desse assunto. E aí depois que liberarmos e aprovarmos esse projeto que se amanheça o dia aqui, se for o caso, pela questão dos *royalties*. Acho que esses profissionais não podem perder noite ali buscando questões de justiça, que é o projeto do Tribunal de Contas dos Municípios e o projeto Anticalote. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, questão de ordem. Eu fui citado pelo deputado Sargento Isidório.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- 1 minuto para o deputado.

O Sr. Sandro Régis:- Eu quero o mesmo tempo que V.Ex^a deu ao deputado Sargento Isidório. Inclusive deputado Sargento Isidório fez um questão de ordem sem fundamento. V.Ex^a concedeu a questão de ordem por 5 minutos ao deputado Sargento Isidório. Então, V.Ex^a tem que dar o mesmo tratamento à Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- 2 minutos e 48 segundos.

O Sr. Sandro Régis:- Eu quero 5 minutos que V.Ex^a deu...

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- A questão de ordem, Sr. Presidente, que trago neste momento, é de interesse de toda esta Casa. Nós estamos nesse processo de votação que vai mudar, tanto se ganharmos o governo ou se V.Ex^{as} ganharem o governo, a

situação econômica da Bahia. A Bahia nessa PEC que V.Ex^{as} votarão, abrirá mão de R\$1,6 bilhão do próximo governo. Esta Casa tem que ter responsabilidade do que está fazendo. V.Ex^{as} podem inviabilizar o próximo governador que pode ser do Governo ou pode ser da Oposição. Esta Casa será responsável por trazer à Bahia 5 anos a menos dessa receita. Então, Sr. Presidente, nós precisamos pensar e refletir. Eu acredito que se a preocupação for realmente proteger o servidor público estadual, essa preocupação que eu concordo, tanto concordo que elogiei a Emenda do deputado Gaban, eu não vejo por que o governo não aceitar essa Emenda. Se V.Ex^{as} dizem que esse dinheiro é para a previdência, por que não abrir uma conta específica e aplicar o dinheiro por tempo indeterminado para a previdência? Então, esse dinheiro não é para a previdência. V.Ex^{as} querem pegar um empréstimo maquiado usando o servidor como pano de fundo. Todos sabem que, pela Lei da Responsabilidade Fiscal, no último ano não se pode fazer um empréstimo que comprometa a próxima gestão.

Então, faço um apelo para que esta Casa reflita. Já ouvi alguns deputados dizendo que Estado tal fez isso, Estado tal fez aquilo. Mas o Estado fez no primeiro ano do governador. O Estado não fez no último ano do governador. O que esta Casa faz agora é uma atrocidade com o povo da Bahia, com a economia deste Estado e com o futuro gestor.

Então, Sr. Presidente, nós vamos ouvir agora o nobre orador, deputado Bruno Reis, o Líder da Oposição em exercício. Então, eu gostaria de ver este Plenário cheio, porque, de repente, o discurso do deputado Bruno Reis esclarecerá e ajudará a consciência dos deputados do governo independentes. O discurso do deputado Bruno Reis virá, nesta Casa, agora, para esclarecer, para dizer...

Deputado Rosemberg Pinto, Líder do PT no alto da sua experiência, executivo da Petrobras, V.Ex^a nem tinha o que falar e achou a solução em dizer que o deputado Gaban estava querendo criar uma nova previdência. V.Ex^a não sabe o que é isso.

Para finalizar, quero dizer ao nobre deputado Pastor Sargento Isidório que no meu discurso eu não disse que nos governos antigos não houvera a criminalidade. Houvera, mas V.Ex^a não pode tampar o sol com uma peneira dizendo que nesses 8 anos do governo Jaques Wagner a Bahia liderou a criminalidade. Nós perdemos a guerra para o homicídio! Nosso Estado era conhecido como a capital do turismo, como a capital que recebia um grande número de turistas de todo o mundo, mas se tornou, nobre presidente, na capital do Nordeste líder em violência.

Muito obrigado, nobre presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Bruno Reis pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Questão de ordem, deputado Bruno

Reis.

O Sr. Bruno Reis:- A partir da sugestão do deputado Pastor Sargento Isidório, que, de forma brilhante, propôs a parada da discussão do projeto da PEC para que nós pudéssemos votar a lei que regulariza a situação dos servidores do Tribunal de Contas dos Municípios, na condição de Líder da Bancada da Oposição em exercício e ouvindo, aqui, todos os nossos pares, digo que acato a proposta por parte da Oposição. Já há sobre a Mesa uma dispensa de formalidade assinada tanto por mim, quanto pelo Líder Zé Neto.

Se V.Ex^a concordar, nós aceitamos a proposta feita, nobre Líder Zé Neto, pelo seu liderado, deputado Pastor Sargento Isidório. Estamos aqui para votar, se V.Ex^a concordar. Não há nenhuma dificuldade da nossa parte.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Meu querido deputado Bruno Reis, entendo a preocupação de V.Ex^a e a do deputado Pastor Sargento Isidório, mas não é possível fazer a inversão de pauta no momento, pois estamos discutindo a PEC.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- A colocação de V.Ex^a procede. Estamos, aqui, no meio da discussão de um projeto e temos de finalizar essa discussão.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Bruno Reis pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, servidores do TCE que ainda persistem nas Galerias Paulo Jackson acompanhando a sessão, telespectadores da *TV Assembleia* que nos assistem e nos ouvem neste momento, estamos aqui para discutir o projeto de Emenda Constitucional nº 134/2013. Ao longo desta tarde, desta noite e, logo em breve, desta madrugada que irá se iniciar, tivemos a oportunidade de ouvir diversos pronunciamentos, mas, como sempre, a velha cartilha do PT. O PT utiliza a crise nacional como justificativa para a apresentação dessa matéria. Toda justificativa para o fracasso da Bahia é a de que este é um problema nacional e não estadual. Quando se fala em segurança, diz-se que “não, este é um problema nacional”. Quando se fala da crise de arrecadação e da perda de receita, diz-se ser um problema nacional ou, às vezes, internacional.

Agora, a questão do Funprev, também, é um problema nacional que está atingindo diversos estados inclusive a Bahia!

Ou seja, a culpa sempre é do outro e não, no caso específico, do governador Jaques Wagner ou do governo do PT! Por quê? Porque este é um problema de ordem nacional.

O Líder do governo diz que “*quando o meu problema for velho, o de vocês será*”

novo” referindo-se à Prefeitura Municipal de Salvador. O que nos diferencia, Zé Neto, neste momento, é que o prefeito ACM Neto, ao assumir a prefeitura de Salvador, fez o dever de casa; e o governador Jaques Wagner, não.

Vejam, o prefeito de Salvador reduziu o número de secretarias; cortou em 25% o número de cargos comissionados; reduziu todos os contratos da prefeitura em 20%. A prefeitura era considerada por todos uma massa falida. Muitos do governo chegaram a comemorar quando o prefeito ACM Neto ganhou as eleições por achar que ele estaria cavando a sua própria sepultura.

No entanto, ACM Neto, no mesmo ano em que assumiu o cargo de prefeito, conseguiu fechar as contas de 2013 no azul! Este fato ocorreu para a infelicidade de vocês que torciam contra e fazem a política do quanto pior, melhor. ACM Neto conseguiu elevar o orçamento, previsto para 2013, de R\$ 4 bilhões para R\$ 6,5 bilhões em 2014. Ele promoveu uma reforma tributária que envolve o ISS, a evasão de divisas e promove a mudança na planta genérica do IPTU. Isso elevou em mais de 50% a arrecadação da prefeitura de Salvador, portanto, viabilizando a parte financeira da prefeitura.

O que fez Jaques Wagner? Foi na contramão, pois aumentou de 19 para 31 as secretarias estaduais. A Bahia foi o segundo Estado que mais criou cargos comissionados no Brasil. Os REDAs, que vocês sempre criticaram, foram triplicados; os PSTs, quadruplicados. Tais mudanças aumentaram, significativamente, o custo da máquina pública.

Obviamente, se, por um lado, após uma guerra fria instalada na secretaria entre auditores e fiscais, não houve o devido crescimento da receita, o Estado, por outro lado, não deu condições de proporcionar um crescimento que elevasse naturalmente o nosso Produto Interno Bruto e, conseqüentemente, aumentasse a arrecadação do ICMS e outros impostos. O Estado começou a fechar no vermelho.

Este era um Estado exemplo de política tributária no Brasil!

Deputado Sandro Régis, é aí onde deve estar o legado do governador Jaques Wagner: as obras imateriais e a revolução silenciosa. Quanto às obras imateriais, ninguém as vê! Quanto à revolução silenciosa, esta serviu para arruinar as finanças do Estado!

Meus amigos e minhas amigas, já foram R\$ 14 bilhões autorizados por esta Casa na área de investimentos! Sempre que os projetos chegaram, pelo menos nos 3 anos em que aqui estou, disse que não era contra operação de crédito, que tinha disposição de votar a favor dos financiamentos, dos empréstimos, de qualquer operação de crédito, contanto que o governador justificasse onde seriam aplicados esses recursos. Mas todas as vezes foram dados cheques em branco.

Chegamos a dizer desta tribuna que não era justo nem razoável que o Estado

recorra a organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para pegar dinheiro bom, dinheiro de financiamento para pagar custeio, despesas com publicidade, materiais de escritório e outras coisas mais. Esta tem sido a prática deste governo.

Onde foram empregados R\$ 14 bilhões se as obras na Bahia estão todas paralisadas? Este governo chega ao final de 7 anos transformando a Bahia em um verdadeiro cemitério de obras paralisadas. Por que isso? Porque não só o dinheiro dos financiamentos foram empregados em custeio como os recursos das contas vinculadas, dos convênios foram desviados para outras finalidades.

Acompanhei, nobre Líder Zé Neto, V.Ex^a dizer que esse projeto é menor perto da privatização da Coelba. A privatização da Coelba foi boa para o Estado. Injetou R\$ 1,7 bilhão nos cofres. Permitiu que muitas das ligações de energia feitas pelo Luz no Campo pudessem ocorrer.

V.Ex^a sabe que o governador Paulo Souto aplicou R\$ 450 milhões no fundo – quando da criação do Funprev, esses recursos foram aportados – tanto que fez cara de paisagem quando teve a oportunidade de vir a esta tribuna e aceitar o nosso desafio.

Com relação aos recursos da possível privatização da Embasa, houve a conversão em uma confissão de dívida. E o governador Paulo Souto iniciou o pagamento durante o seu mandato.

Então, culpar, depois de 7 anos, governos anteriores pelo rombo no Funprev não é justo, não é correto. É querer confundir a opinião pública, é querer justificar o injustificável.

Era previsível que haveria X aposentadorias, que haveria determinado número de pensionistas e teria de se ter feita uma provisão para isso. Era previsível que se os recursos do Funprev fossem sacados para outras atividades iria chegar um determinado momento em que o fundo não suportaria os compromissos correntes. É por isso que V.Ex^{as}, de forma desesperada, agora tentam usar uma varinha de condão para resolver o problema como num passe de mágica.

Fui tomado de surpresa, nobre Líder Zé Neto, fazendo uma retrospectiva desse assunto que debatemos, quando, um dia, vi na imprensa que o governo estava acatando uma sugestão do nobre deputado Carlos Gaban para que os recursos dos *royalties* fossem utilizados para cobrir o rombo do Funprev. Ou seja, serem aplicados na capitalização do Funprev.

Achou V.Ex^a, naquele momento, porque a iniciativa tinha partido do nobre deputado Gaban, que a Oposição não colocaria resistência para a aprovação dessa PEC. Só que V.Ex^a fez uma aposta errada e caiu do cavalo. Caiu do cavalo, sabe por quê, nobre Líder Zé Neto? Porque nós já sabíamos que após a aprovação, como sempre na calada da noite, no final de 2013, quando a população estivesse voltada

para o Natal, as festas de fim de ano, iria chegar a esta Casa uma lei autorizativa para antecipar os *royalties* em 5 anos.

Soubemos isso, e faço questão de registrar nesta tribuna, graças ao ex-ministro Geddel Vieira Lima. Ela era presidente da Caixa quando V.Exas. fizeram a cotação dessa antecipação, com uma previsão de mais de R\$ 1 bilhão de receita ao longo destes 5 anos, mas com o deságio ela cairia para R\$ 700 e poucos milhões. Portanto, com o Estado abrindo mão de mais de R\$ 300 milhões, sem se falar que o próximo gestor ficaria 4 anos sem receber qualquer recurso fruto dos *royalties*.

Se nós não tivéssemos tido essa informação, talvez cometêssemos a inocência de aprovar esta PEC e hoje não estarmos aqui, porque o rolo compressor do governo teria passado no final do ano e na calada da noite ele teria aprovado a excrescência, o absurdo que é esta lei autorizativa. É realmente um absurdo, porque o governador Jaques Wagner foi eleito para 4 anos e se reelegeu para 8, não 12. A reeleição dá direito a 8, mas agora ele quer governar 8 com recurso de 12. Assim é fácil, assim qualquer um consegue tocar o Estado nas mínimas condições! E mesmo assim, nobre Líder Zé Neto, para V.Ex^a não nos chamar de intransigentes e os outros deputados que estão aqui em pleno recesso não ficarem pedindo para não levarmos isso a ferro e a fogo, mostramos que fazemos uma oposição diferente da de vocês, porque nem Antonio Carlos, nem Paulo Souto, nem César Borges tiveram a coragem de mandar uma excrescência como esta para a Assembleia Legislativa.

Agimos dessa forma para mostrar que somos diferentes de vocês porque, se estivessem na Oposição, teriam parado o Estado, a cidade fazendo piquetes, carreatas, manifestações, queimando pneus para mobilizar a sociedade e impedir a aprovação de um projeto desta natureza. Admitindo a possibilidade de tapar os olhos, admitindo a possibilidade de votá-lo, pedimos somente que a emenda do nobre deputado Gaban fosse acatada. É uma emenda justa. Pedimos que os recursos fiquem aplicados por 5 anos. Isso iria garantir que realmente fossem utilizados para a capitalização do Funprev e permitir que todos os servidores públicos estaduais tivessem uma tranquilidade em relação às suas aposentadorias.

Mas V.Ex^{as} sabem que não é esse o objetivo do governo nesta noite. O objetivo dele não é capitalizar o Funprev coisa nenhuma. O objetivo do governo é cobrir o rombo que há na conta única do Estado, fruto da má aplicação dos recursos da Fonte 00. É utilizar esses recursos para fechar as contas que não conseguiram fechar em 2013 a fim de honrar os compromissos.

O Estado, hoje, deu calote em diversos prestadores de serviços, em diversos empreiteiros. Supera R\$ 1,9 bilhão o total empenhado, liquidado e sem pagamento. Muito provavelmente daqui a alguns dias estarão aparecendo os cancelamentos dos empenhos, porque, senão, as contas de 2013 não serão fechadas.

Sendo assim, logo em seguida apreciaremos o Orçamento. E ao analisar-se o Orçamento, nobre Líder Zé Neto, dos R\$ 700 milhões que V.Ex^a está dizendo que serão exclusivo, conforme a emenda que V.Ex^a propôs, já há a previsão de investimento de R\$ 300 milhões. O “exclusivo” é o depósito na conta, entra pela manhã, sai pela tarde, e o dinheiro irá irrigar as contas do governo do Estado, inclusive, sobrando alguma coisa para investimento, a fim de atender a base de V.Ex^a que está ansiosa para ter alguma coisa, porque já não tem mais o que dizer aos prefeitos.

Se muitos aqui não levarem alguma obra para o prefeito, vai começar o pula-pula. Quando começar o pula-pula, ninguém segura. E todos nós, da Oposição, estamos a postos, esperando receber esses apoios. Daí o esforço da base do governo para aprovar a PEC, em que V.Ex^a sabe que o Funprev é um fundo de pano, uma fumaça para enganar a todos, inclusive os servidores públicos, com o discurso de compromisso com eles.

Compromisso com nada! Quem tem compromisso com servidor público não leva contracheque para a televisão, com o objetivo de fazer campanha eleitoral, e depois deixa acontecer a maior greve da história do Brasil na educação estadual, não manda bater em policial na greve da polícia. Nunca houve compromisso com o servidor público, foi discurso de campanha do PT a vida toda.

Quando teve a caneta na mão, a oportunidade de privilegiar o servidor público, o que fez? Nada. “Vamos privilegiar os deputados da base aliada, aumentar cargos, criar secretarias, aumentar a máquina pública”, e hoje o problema está criado, nobre deputada Ivana Bastos. Só tenho uma coisa a dizer a V.Ex^{as}: quem pariu Mateus que o balance. Esse é um problema desse governo, criado ao longo de 7 anos, e V.Ex^{as} têm mais um ano para solucionar, sem querer transferir para o próximo governador.

O PT tem certeza de que perderá as eleições e quer deixar a bomba, segundo o deputado Paulo Azi, uma bomba-relógio, que irá explodir no colo do próximo governador. Com certeza, depois de 8 anos de fracasso, de insucesso, de incompetência administrativa, de ineficiência, em que o governador só tem a dizer que o legado que irá deixar é uma revolução silenciosa, que ninguém sabe de que natureza, que as obras são imateriais, nós só temos a dizer que esse projeto será fracassado, derrotado.

V.Ex^a diz que vai se vingar nas urnas. Nós é que vamos nos vingar do PT nas urnas em outubro.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto

Júnior pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a manchete do jornal *A Tarde* diz: “Obra do Porto Sul deve ser iniciada até dezembro, prevê secretário Rui Costa”.

Ora, como diz aqui o deputado Luciano Simões nos seus pronunciamentos: me faça uma garapa. Deputado Sandro Régis, é ridículo até um jornal anunciar uma manchete dessa grandeza, porque se formos analisar, quatro anos atrás, na campanha de reeleição do governador Jaques a manchete era a mesma.

O Porto Sul, deputada Ângela, V.Ex^a que representa a cidade de Ilhéus e aquela região, a segunda ponte de Ilhéus, isto aqui foi promessa de campanha do governador Jaques Wagner para a sua reeleição. Pergunto a V.Ex^{as}: cadê o Porto Sul? Cadê a ponte, deputada Ângela?

A Sr^a Ângela Sousa:- Está saindo.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Está saindo, mas a gente está ouvindo que está saindo desde 2010. Desde a construção da primeira ponte de Lomanto Júnior é que a gente ouve que está saindo a segunda ponte, como está saindo a ferrovia, como está saindo a ponte Salvador/Itaparica.

Eu disse aqui anteriormente no meu pronunciamento: em 2009, assim como o governador Jaques Wagner propagava nos *outdoors*, nas rádios, nos jornais que estava iniciando a construção do Porto Sul, também falava que se estava iniciando a construção da ponte Salvador/Itaparica.

É de se lamentar, senhoras e senhores parlamentares, atitudes como essa, porque quem paga o preço é a população baiana que votou, reelegeu o governador Jaques Wagner acreditando na promessa dessas obras que, sem sombra de dúvida, são importantes para o desenvolvimento e o crescimento do nosso Estado.

O que chamamos a atenção é essa forma de tentar enganar a população na ânsia de ganhar uma eleição. E agora o filme se repete, as mesmas estratégias se repetem, mas com um senão, a população já não está mais acreditando nessas promessas eleitoreiras.

Ao sair de casa assistia no jornal local a uma entrevista com o superintendente do Ibama, que dizia que ainda faltam duas audiências públicas para que depois, deputado Sandro Régis, se proceda à apreciação para emissão de uma licença definitiva para a construção do Porto Sul. O que vai levar, no mínimo, mais cento e vinte dias, ou seja, mais quatro meses para se apreciar a licença definitiva ambiental.

Mas o governo usa de todo o seu aparato midiático, de sua força na imprensa baiana, como está aqui estampada uma matéria de uma página no jornal *A Tarde* de hoje como se a obra fosse começar amanhã e ser inaugurada ainda neste ano de 2014. Isso tudo com um único e exclusivo objetivo: tentar - e tentar de todas as formas,

todas as maneiras - impulsionar uma candidatura do secretário ao governo da Bahia, imposta pelo chefe do Executivo baiano.

E assim vem acontecendo, como disse, nas outras obras tão propagadas e divulgadas. Sete mil quilômetros de estradas recuperadas no Estado! Nós não precisamos ir longe, como relatei anteriormente. O trecho que liga a cidade de Nazaré à de Valença está completamente esburacado. É uma estrada importante para o desenvolvimento turístico daquela região no Baixo Sul.

É desta forma que este governo vem enganando e procurando enganar a população baiana, com propagandas enganosas, visando meramente o cunho eleitoral. Agora é preciso que o Tribunal Regional Eleitoral fique atento, pois o pré-candidato a governador já anda aí em todos os cantos do interior inaugurando obras e fazendo pronunciamentos em rádios tentando, como eu disse, impulsionar a sua própria candidatura, que foi imposta pelo chefe do Executivo baiano.

Já se fala na reforma do secretariado. Os partidos da base estão em polvorosa, a briga pela indicação dos secretários está aí estampada nos jornais. E mais uma vez o governo, que se diz republicano, democrático e...

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- V.Ex^a está inscrito, deputado Gaban.

(...) afirma não usar métodos como os do toma lá, dá cá e da barganha política, está aí abrindo o leque de Secretarias. O PR indica uma secretaria para apoiar o candidato do governo, um outro partido indica outra também para apoiá-lo. E isso quando - deputado Gaban, V.Ex^a colocou muito bem - deveria ser o inverso, num momento em que o Estado está falido, pois conseguiram quebrar as suas finanças. Este era o momento de se enxugar a máquina pública, de se extinguirem secretarias, de serem otimizados os recursos públicos. Mas não! É o inverso disso, é um gasto desenfreado dos recursos públicos, um desperdício do dinheiro do povo baiano!

E chega açodado na calada da noite tentando aprovar este projeto, esta PEC antecipando os recursos dos *royalties*, o que fere frontalmente a nossa legislação. Nós da Oposição não vamos aceitar isso! Continuaremos na batalha esta noite mostrando a incompetência deste governo, a sua falta de planejamento e de competência para gerir os recursos públicos, daí o resultado em que se encontra as finanças do Estado da Bahia.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Gostaria de ouvir, vou conceder o aparte e aproveitar a oportunidade para parabenizar o deputado Gaban pelo excelente trabalho e condução desse assunto, atuando de forma técnica. Estudou essa PEC e muito contribuiu.

Tentamos, deputado Gaban, de todas as formas fazer um acordo. V.Ex^a redigiu junto com a sua assessoria uma Emenda que seria uma Emenda justa, que resolveria o

problema, mas eles não querem resolver nada, o que eles querem realmente é desviar o dinheiro, tapar o buraco que deixaram. Arrombaram, aniquilaram as contas do Estado.

Ouçõ com muita alegria e com muito prazer o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Caro amigo, deputado Leur Lomanto Junior, V.Ex^a sempre com brilhantismo sobe à tribuna tratando de assuntos que com certeza absoluta deixam a Bancada do governo constrangida nesta noite. Quero ver, num ano de eleição, o comportamento da Bancada do Governo ao chegar nos municípios que representam sem ter o que apresentar de obras, pois de promessa o povo está cansado. Todas as promessas feitas não foram cumpridas, não existe obra para apresentar.

Milhares e milhares de famílias no interior do Estado têm um parente que já foi servidor e hoje está aposentado. Esses aposentados estão correndo o risco de não receberem os seus proventos, fruto de um trabalho árduo à serviço do Estado da Bahia. Como é que a Bancada do Governo chega e diz: olha, o meu partido ganhou uma secretaria e a secretaria não têm obras . Na hora que forem para um palanque vão ter que ouvir: vocês prejudicaram e estão querendo prejudicar meu tio, meu avô, a minha tia, o meu parente, o meu irmão que é um aposentado e não está dormindo direito porque não sabe como vai manter a sua família na hora que acabar o dinheiro do Fundo de Previdência.

Tenho uma expectativa muito grande de que no segundo turno possamos ainda fazer um acordo com o Governo para que venhamos a beneficiar os funcionários públicos aposentados. Estranho, mais uma vez, o não comparecimento das diversas lideranças sindicais que representam os diversos segmentos dos servidores públicos, aqui, se manifestando. Não acredito que a representatividade da presidência de um sindicato se resuma única e exclusivamente à filiação partidária. O presidente de um sindicato tem a obrigação de representar aquela categoria que lhe deu o crédito, o aval para defendê-los e nenhum presidente de sindicato pode se omitir. Muitos que já foram sindicalizados, hoje, estão aposentados, e não se sentem defendidos em nenhum sentido.

O Governo errou no início quando aumentou o número de secretarias. Como V.Ex^a , já elogiei algumas vezes, até em apartes a outros parlamentares e no meu próprio pronunciamento, o encaminhamento que V.Ex^a já tinha feito, hoje, fazendo esse comentário: é hora do Governo aproveitar a oportunidade, como V.Ex^a muitíssimo bem em hora apropriada colocou, para fazer o enxugamento. Poderia reduzir seu custeio, não teria necessidade de utilizar recursos dos *royalties* com tem utilizado insistentemente desde 2008 . Então, querem legalizar através da emenda a irregularidade na apreciação do fundo. O que vão fazer? O aporte que caberia ao Estado fazer mensalmente, vai deixar de fazer, utiliza recursos dos *royalties* e o

aporte que o Estado faria, vai utilizar para pagar o custeio.

Prejudica mais uma vez o funcionário público, aquele que mais está necessitando que é o aposentado. Não deixa de preocupar também os atuais servidores públicos do Estado da Bahia que estão prestes a se aposentar, porque vão-se aposentar depois de 30, 35 anos de serviços prestados, e não terão a garantia de receber os seus salários.

Eu não creio que essa insensibilidade vá prevalecer. Conversando em *off* com nossos companheiros de legislatura que fazem parte da Base do governo sentimos que estão todos constrangidos. É uma coisa... É difícil votar contra um aposentado. É terrível! Esse é o caminho de todos nós que estamos aqui. Mais cedo ou mais tarde, se Deus nos der saúde para viver, vamos estar aposentados.

Imaginem sermos prejudicados depois de ter trabalhado a vida inteira. Na hora em que se aposentar, mesmo sabendo que o salário vai ser corroído ano a ano, porque o salário do aposentado não acompanha os índices inflacionários, teria alguma coisa para sua sobrevivência. Esse é o destino.

Hoje, quem votar a favor disso e não votar a favor da nossa proposta, está votando contra o seu futuro, porque muitos que estão aqui, hoje, são servidores públicos, terão suas aposentadorias com o salário de deputado, porque podem fazer a incorporação, mas esse salário vai ser corroído com o tempo. Imaginem quem tem um salário menor. Não tem a correção da inflação e ainda corre o risco de não receber.

Por isso que digo: esta é uma Casa política. Então, uma Casa em que ninguém pode ser insensível ao sentimento da população, sobretudo com relação às pessoas mais idosas, que são, naturalmente, os que estão aposentados.

Votar contra uma pessoa idosa é votar contra si próprio. É votar contra sua família, contra seus pais, contra seus tios, contra seus avós. Ninguém pode ser insensível para votar contra uma pessoa idosa, porque esse é o caminho de todos nós.

Então, espero que a obstrução que estamos fazendo, pelo menos atingindo o nosso objetivo de protesto, esteja servindo para que a maioria da Bancada do governo tenha ficado sensível. Têm confessado para nós que estão extremamente constrangidos. Que esse constrangimento sirva para que façamos um acordo no 2º turno da votação da PEC, para que atendamos às pessoas mais idosas do nosso Estado, que tanto serviram a tantos governos durante tantos anos.

Parabéns, mais uma vez, a V.Ex^a, deputado Leur.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Agradeço-lhe, deputado Gaban, e incorporo seu aparte. Mais uma vez reitero os parabéns a V.Ex^a pela brilhante atuação com relação ao estudo dessa PEC. V.Ex^a, um estudioso como sempre, com muito brilhantismo atuou nessa questão e nessa matéria.

Mas, deputado Gaban, esta não vai ser a primeira nem a última vez que o governo vira as costas para o funcionalismo público. Isso vem sendo uma marca do governo do PT, comandado pelo governador Jaques Wagner.

Foi assim com os policiais militares e com os professores do Estado da Bahia. E ele, o governador, em sua primeira eleição foi eleito erguendo os contracheques dos policiais militares e tinha entre as suas principais bandeiras a defesa do funcionalismo público.

E já pagou um preço alto com a eleição do prefeito de Salvador, ACM Neto, e do prefeito de Feira de Santana. Isso foi uma resposta do funcionalismo público do Estado da Bahia ao governo do PT. Mas essa resposta, deputado Gaban e deputado Sandro Régis, será dada é no ano de 2014, quando o PT será derrotado para o governo da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu querido presidente, assumindo os trabalhos desta Casa.

Nós já estamos nos aproximando das 23h. E nós notamos, meu caro presidente, que, mais uma vez, há o esvaziamento deste Plenário. Entendemos este esvaziamento como fruto, acima de tudo, do constrangimento que, hoje, a Bancada do Governo está tendo ao se ver forçada a votar contra as pessoas idosas do nosso Estado que, depois de dedicarem as suas vidas trabalhando para todos os governos, estarão desprotegidos. O funcionário público não trabalha para um determinado partido. Ele pode ter sua preferência partidária. Mas, no exercício de suas funções, via de regra, o funcionário público trabalha com seriedade, competência e dedicação.

Nós precisamos que o Plenário desta Casa acompanhe o nosso raciocínio para refletir ainda mais. Não adianta ficar constrangido e sair do Plenário. Os deputados da Situação têm de estar aqui ouvindo para que levem esta mensagem à equipe do governo, a fim de que se estude outra maneira.

Esperamos que os deputados da Situação levem a mensagem para equipe do governo, pois, nós, da Oposição, poderemos contribuir de maneira necessária para que o governo possa equilibrar as suas finanças; mesmo o governo não fazendo a parte que lhe cabe, qual seja, diminuindo o custeio; mesmo o governo tendo tido conhecimento de um Refis recorde, que gastou praticamente todo, ou seja, 70% só e única e exclusivamente só no aumento do custeio.

O governo não pagou ainda a devida URV. Depois de ver prolatada a decisão judicial, em setembro, obrigando o Estado da Bahia a proceder ao devimento

pagamento das URVs, não pode o governo dizer que tal ação há de ir ao Supremo.

Caro presidente Marcelino que, agora, cede seu espaço para o dinâmico presidente Paulo Rangel, já cansado como eu, porque, querido amigo Paulo Rangel, a idade, como estou dizendo, chega para todos e já está nos deixando com cabelos brancos.

Agora, imagine as pessoas que já cumpriram 30 ou 35 anos de serviço para o governo e, depois de estarem aposentados, correrem o risco de não receber os seus salários, porque o atual Fundo de Previdência já está falido.

Ora, o que se vê é que só pode ter um equilíbrio em uma conta quando, no mínimo, o número de participantes ou de contribuintes é, pelo menos, igual ao número de aposentados. Já falei sobre isso hoje. Tenho de voltar a insistir que o número de contratados pelo governo, através de concurso público nos últimos anos, foi extremamente pequeno.

Isso fez com que os servidores do Estado da Bahia tenham uma idade média bastante avançada. Se já não se aposentaram, a maioria prestes a se aposentar. Como não tivemos concurso público, não há novos contribuintes. O desequilíbrio é evidente. Não precisa ser da área para saber disso. Percebe-se que há muito mas muito mais pessoas aposentadas do que contribuintes. A conta não fecha!

A responsabilidade, para dar uma ajuda, é nossa neste momento.

Se for acatada a nossa emenda ou alguma forma que possa viabilizar a arrumação das contas do governo Wagner para este ano, contem conosco desde que seja garantido ao aposentado os recursos necessários para que dê tranquilidade, a fim de que eles possam dormir sossegados e não sejam prejudicados numa hora em que tiver uma expectativa, uma perspectiva.

Inclusive fico triste porque tal iniciativa foi sugerida por mim. Mas o governo quer fazer a antecipação de tais recursos do próximo governo e não destinar esse recursos para o fundo que venha a dar a garantia do pagamento dos servidores públicos.

Meu querido presidente, por esse motivo, solicito a V.Ex^a proceder à verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- V.Ex^a será atendido, deputado Gaban.

Questão de ordem do deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Ao atender o pedido de questão de ordem do deputado Gaban, solicito de V.Ex^a zerar o painel e contar os 15 minutos regimentais.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- V.Ex^a, também, será atendido, deputado Carlos Brasileiro.

Srs. Deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes, na biblioteca, em

qualquer recinto desta Casa, existem duas questões de ordem solicitadas, respectivamente, pelos deputados Gaban e Carlos Brasileiro onde eles pedem uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão extraordinária. Zere o painel e conte os 15 minutos regulamentares. (Pausa.)

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Já deu quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson para discutir o projeto, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Meu caro nobre presidente Paulo Rangel, caríssimos deputados, senhoras deputadas, ocupo, mais uma vez, esta tribuna, na vertente de chamar a atenção para os deputados do governo que ainda há tempo de repensar a votação dessa PEC, ainda há tempo de se redimir desse possível erro a ser cometido nesta noite, ainda há tempo de voltar atrás... melhore o som, por favor, está sem retorno.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Por favor, melhore o som para o deputado, já está contando o seu tempo.

O Sr. CARLOS GEILSON:- O som bom é o do microfone do presidente, que a gente ouve, o som aqui da tribuna não tem o mesmo nível. Aqui na tribuna o som não é bom, não é igual ao som do presidente.

Dizer que ainda há tempo dos deputados governistas repensarem o seu voto. A Oposição apresentou a emenda que já foi aqui por demais debatida, por demais discutida, e tem sido motivo de sucessivos pronunciamentos da tribuna desta Casa.

O que eu percebo é que a bancada governista tem-se negado a discutir, tem se negado a debater essa PEC. Fica evidente que o interesse do governo não é usar esses recursos apenas para aplicar no fundo previdenciário.

A nós, da Oposição, fica muito nítido, muito claro, que o dinheiro terá outro fim, porque, se não fosse dessa forma, por que não aceitar a emenda da Oposição? O deputado Gaban foi até o secretário Manoel Vitório. Colocou-se de forma muito gentil para colaborar no processo para que ele se tornasse muito claro, que esses recursos seriam, obrigatoriamente, única e exclusivamente, para o fundo previdenciário.

Mas, lamentavelmente, percebemos aqui que o governo tem outro viés, tem outro destino. E é por isso que a Oposição tem resistido à aprovação dessa PEC, não por ser contra, por ser Oposição. Não entendo que Oposição deve ser contra, deputado Paulo Rangel, deputada Ivana Bastos, somente porque é Oposição – oposição a tudo que é do governo. Não podemos ser a Oposição que era o PT, antigamente, que foi contra a vinda da Ford. A tudo que era bom para a Bahia, mas era do governo, o PT se posicionava de forma contrária.

Então, não é essa oposição que devemos fazer. Não podemos nos espelhar nesse exemplo, nessa oposição raivosa, radical, não. A oposição tem de ser feita e é importante para o processo democrático, mas não com esse radicalismo de quando o PT era a Oposição, antigamente.

De modo que a Oposição está exaurindo o debate, está provocando a discussão, para que esses recursos sejam, de fato, aplicados no fundo previdenciário. Além do mais, é antecipação dos *royalties* por 5 anos. O próximo governador da Bahia não vai poder usar nada, porque já está com esse recurso comprometido com a atual administração. E eu pergunto aos nobres pares, deputados do governo, deputadas do governo, como engessar uma futura administração? Estão claros, hoje, os sinais de que essa administração pode ser da Oposição.

Mas a política é muito dinâmica, e não está descartado que o governo faça o sucessor. Esse governo, que já está comprometido com valor significativo para a Arena Fonte Nova, com empréstimos e mais empréstimos, com a questão do metrô e também, agora, com os *royalties*. Se o Tesouro do Estado já anda mal, se as previsões dos economistas, de que teremos um 2014 difícil e os anos seguintes mais difíceis ainda, temos de presumir um governo em extrema dificuldade financeira.

E é essa dificuldade, hoje, com falta de recursos para investimentos na saúde. Eu desafio um deputado governista, uma deputada governista, a comparecer amanhã, em qualquer hospital do Estado, e não presencie pessoas sendo atendidas nos corredores, que não presencie baianos e baianas sofrendo nos vestíbulos dos hospitais. Está lançado o desafio. Sabe por que isso corre? Porque a saúde vai mal. Quantas parturientes e gestantes padecem pela Bahia a procura de uma maternidade? Em Feira de Santana é muito comum. Porque falta investimento para a saúde.

Você que me assiste agora pela *TV Assembleia*, sabe perfeitamente que a Segurança Pública é um caos neste Estado. Sabe também que há alguém na sua família que já foi assaltado, que já foi vítima dessa violência que campeia desenfreadamente por este Estado. Dou o exemplo na área da educação. Em 7 anos de Jaques Wagner não se construiu uma única sala de aula. É o retrato cabal de uma administração que fracassou. Este governo acabou muito antes do tempo.

O deputado Marcelo Nilo quer ser vice de Rui Costa. Não tenho idade para aconselhar o deputado Marcelo Nilo, porque é mais velho que eu, mais experimentado e tarimbado na política. Agora, se eu fosse o deputado Marcelo Nilo desistia dessa ideia de ser vice de Rui Costa. É um barco que tende a afundar e entrar água por todos os lados. E como gosto muito do presidente Marcelo Nilo, não quero vê-lo afundado nesse barco do governador Jaques Wagner. E ainda há tempo de ele se redimir, voltar atrás e disputar a reeleição para esta Casa, onde ele tem cadeira cativa. Disso ninguém duvida e é sempre bom tê-lo nessa convivência nesta Casa.

Mas, meu caro deputado Adolfo Viana, o PT não tem jeito. Quando você é aliado, o PT joga loas e elogios. Maluf era o satanás, o maior ladrão deste País. Mas precisava agora do apoio de Maluf para o prefeito Fernando “Maldade”, aliás Fernando Haddad. E olha lá que o presidente Lula foi com a mãozinha, segurando a mão de Maluf, com Fernando Haddad, fazendo a aliança. Maluf deixou de ser ladrão e passou a ser o homem mais honesto do Brasil. Aliás, depois dessa mudança, Maluf só faltou ser santificado, beatificado.

Não é que agora o PT está fazendo a mesma coisa com Eduardo Campos. Eduardo Campos está sendo esculhambado, enxovalhado. Está no *site Bahia Notícias*: (Lê) “*Eduardo Campos é descrito como 'playboy mimado' e 'tolo' pelo PT no Facebook. Pré-candidato à Presidência da República e uma das principais ameaças à reeleição da atual líder do Executivo, Dilma Rousseff, o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), foi duramente rechaçado, nesta terça-feira (7), em artigo apócrifo e sem assinatura publicado no perfil oficial do PT no Facebook. No texto, intitulado 'A balada de Eduardo', a legenda do governo chama o socialista de 'playboy mimado', 'tolo' e diz que sua eleição foi obra da 'boa vontade' da política petista. Beneficiário singular da boa vontade dos governos do PT, (...) Campos transformou sua perspectiva de poder em desespero eleitoral, no fim do ano passado. Estimulado pelos cães de guarda da mídia, decidiu que era hora de se apresentar como candidato a presidente da República, diz o trecho que se refere ao firme apoio do governador ao ex-presidente Lula entre 2003 e 2010. Campos, que em 2012 prometia 'estar com Dilma' no pleito do ano que vem, foi descrito pela sigla vermelha como um pretense candidato 'sem projeto, sem conteúdo e sem compostura política'”*. É PT virado na zorra quando quer esculhambar! Quando quer elogiar não tem ninguém igual, transforma o diabo em santo. Então Campos passou a ter todos os defeitos.

E aí o texto que está publicado no *Facebook* do PT continua a desancar e a criticar o candidato Eduardo Campos.

Ora, o governador aprovado, de uma linhagem política interessante no País, neto do ex-governador e grande político de Pernambuco Miguel Arraes, passou a ser um *playboy* mimado, despreparado, sem projeto, louco, etc., etc., porque agora resiste ao projeto de domínio do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Leur Lomando Junior:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Está inscrito, deputado Leur Lomanto.

E Leur Lomanto, V.Ex^a que é aliado do ex-ministro Geddel Vieira Lima que vivia sendo elogiado pelo presidente Lula como o grande tocador de obras nesse País, pode colocar as barbas de molho porque também vai receber chumbo na asa, agora em 2014, porque o PT não vai poupar.

Ouço com prazer V.Ex^a deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre deputado Carlos Geilson, agradeço a V.Ex^a pelo aparte. Mas não precisamos ir muito longe não. V.Ex^a fez aí um retrato de como é a relação do PT com os seus aliados. Agora mesmo o secretário Rui Costa, bastou o secretário Domingo Leonelli deixar a Secretaria do Turismo, e o PSB desembarcar desse navio que está naufragando que é o governo do PT, bastou ele sair que o secretário Rui Costa já começou a denegrir a sua imagem mostrando que, como V.Ex^a colocou muito bem, a postura do PT quando quer bajular, quando precisa do apoio. V.Ex^a lembrou de forma brilhante aquele abraço do presidente Lula em Paulo Maluf. Ele foi, inclusive, na sua residência. Ele fez questão de ir à residência de Paulo Maluf, em São Paulo, e ali o abraçou dizendo que ele era um grande companheiro e importante para o projeto político do PT. Isso é típico do PT. Quando você é aliado, você é o melhor do mundo, você é competente. Foi assim com o ex-ministro Geddel Vieira Lima que também quando era aliado, estava do lado, era um ministro trabalhador, tocador de obras, melhor ministro do Brasil. Bastou não concordar com as diretrizes do governo do PT, já não presta mais. Agora que está sofrendo é o governador de Pernambuco Eduardo Campos, que não cansava de ser elogiado. O presidente Lula, a presidente Dilma, não cansavam de elogiá-lo, neto de Miguel Arraes, grande estadista, fez um grande governo no Estado de Pernambuco.

Mas, deputado Carlos Geilson, não poderia ser diferente, gostaria de parabenizá-lo, mais uma vez, por esse grande pronunciamento nesta noite de hoje.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Muito obrigado, meu caro amigo, deputado Leur Lomanto, cuja atuação orgulha toda a oposição do Estado da Bahia.

Por que o governo vai muito mal, meu caro deputado Gaban? Prestem atenção, Srs. Deputados, hoje, na praça do pedágio, houve um assalto às 9:30 da manhã e o mesmo grupo que assaltou, sabendo que a polícia de Wagner é devagar, é devagarinho, voltou a assaltar duas horas depois, os mesmos.

Olhem, o deputado Bruno Reis diz aqui uma coisa interessante, que se assaltassem pela terceira vez teriam direito a pedir música no Fantástico.

Mas, rapaz, a praça de pedágio foi assaltada 9:30 e duas horas depois voltou a ser assaltada pelos mesmos assaltantes. Sabe por que isso acontece? É a certeza de que a polícia lá não vai aparecer. É a certeza de que a segurança pública vai mal. É a certeza da falência da segurança pública. É a certeza de que esse governo acabou. E que o último apague a luz. E eu não quero, deputado Carlos Brasileiro, que V.Ex^a apague a luz, pela amizade e pelo carinho que tenho por V.Ex^a. Eu não quero que o professor Zé Raimundo apague a luz. Deixem essa missão para o Líder Zé Neto, que é *kamikaze*, que é corajoso, que fique nas mãos com essa missão.

Muito obrigado, concluo meu pronunciamento.

(Não foi revisto pelo orador nem aparteantes.)

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi: - Sr. Presidente, é até importante a presença do presidente da Casa, queria solicitar um esclarecimento de V.Ex^a ou do próprio presidente.

Possivelmente, Sr. Presidente, a votação dessa emenda constitucional vai se dar no dia 08 de janeiro, porque já estamos prestes a concluir e encerrar esta terça-feira de votação. Então, o esclarecimento que gostaria de solicitar a V.Ex^a, até para o conhecimento de todos os parlamentares da Casa, é qual seria o dia regimentalmente previsto para a votação do segundo turno dessa emenda constitucional.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Contam 5 dias úteis, provavelmente dia 20.

O Sr. Paulo Azi:- Dia 20 é domingo Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Dia 21 então, segunda-feira.

O Sr. Paulo Azi: - Então, possivelmente a votação se daria no próximo dia 20 ou 21.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Sim, dia 20, quinta, sexta, segunda, terça, quarta, e na quinta distribui o avulso.

O Sr. Paulo Azi:- E se votaria na segunda seguinte. Então, o segundo turno seria votado a partir do dia 21 de janeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): - A partir do dia 20, segunda-feira.

O Sr. Paulo Azi:- Então, a partir do dia 20 de janeiro. Era esse o esclarecimento que gostaria de saber de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Para encaminhar o deputado Paulo Azi por 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, estamos discutindo uma proposta de emenda à Constituição que trata da distribuição dos recursos provenientes dos royalties do petróleo. A Oposição, Sr. Presidente, tem-se colocado com muita clareza a respeito dessa questão. O grande problema não está na apreciação e na votação da proposta de emenda à Constituição que prevê e que permite que se utilize a maior parte desses recursos para suprir o fundo de Previdência dos servidores públicos do Estado da Bahia.

A questão é mais ampla. O posicionamento da Oposição foi muito claro. Desde o início dessas discussões que se posiciona contrariamente a um projeto que será derivado dessa proposta de emenda à Constituição, que permite ao governo do Estado antecipar os recursos dos royalties pelos próximos 5 anos. Ou seja, o governo vai se apropriar de uma receita que não lhe pertence. E aí, Sras. e Srs. Parlamentares, qual é

a lógica do governo? Vou resolver parte do meu problema e quem vier depois de mim que assuma o abacaxi; quem vier depois de mim que se vire para tentar encontrar uma solução que dê sustentabilidade ao fundo de Previdência dos servidores públicos do Estado da Bahia.

E aí como ficará o futuro governador? O futuro governador não terá o recurso para suprir o fundo de Previdência e também não terá o recurso para utilização em ações de investimento, seja de eletrificação rural, seja de pesquisa mineral ou de ações de combate aos efeitos da seca. Aliás, o deputado João Bonfim que é o relator do orçamento do Estado já tem que buscar fazer uma emenda na sua peça para que se aloque recursos para atender a essa demanda. Senão, corremos o risco de aprovar um orçamento que não vai constar recurso na prática para ações de combate à seca, para a eletrificação rural e para a pesquisa mineral. Esses recursos que estão alocados no orçamento serão aqueles que irão ser desviados pelo governo para cobrir o rombo nas suas contas públicas. Rombo que já estamos denunciando e alertando, desde o ano de 2012, quando essa situação se tornou clara, cristalina, quando da publicação do demonstrativo de disponibilidade de caixa do governo do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Para concluir, deputado.

O Sr. PAULO AZI:- Portanto, Sr. Presidente, nós não poderemos dar outro encaminhamento a essa questão sem estarmos atrelados a este desejo do governo, que não é, repito, apenas de capitalização do Fundo de Previdência do servidor público, mas envolve uma ação posterior de apropriação dos recursos que pertencerão ao próximo governo.

Agradeço a V.Ex^a.

(Não foi revisto do orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Para encaminhar, com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, sabe o que gosto em V.Ex^a? É que V.Ex^a tem uma cara tão mansa mas, às vezes, dá uma enrijecida na musculação. Isso dá uma aparência de cansaço. Nós já estamos cansados. Já é quase meia-noite. E V.Ex^a faz essa cara feia, amarrada. V.Ex^a, deputado Paulo Rangel, é bonito assim sorridente. (Risos)

Meu caro Paulo Rangel, esta é uma Casa Legislativa política. Quando se tem boa vontade, tudo acontece. Já está aparecendo, meu caro presidente, uma luz ao fim do túnel. É uma luz bem forte para que possamos vir a fazer um acordo de Lideranças e para votarmos no segundo turno.

O Líder do governo, meu querido amigo Zé Neto, fez uma proposta extremamente interessante. Bem, dentro da linha que V.Ex^a está colocando, tem tudo

para voltarmos a abrir o diálogo para a negociação. Existem aqueles de nosso partido que tinham algumas resistências com a nova proposta, deputado Carlos Brasileiro V.Ex^a ajudou ali. O Zé Neto veio com uma coisa. Depois baixa nele o espírito de criar confusão. Com a sua ajuda, ele voltou ao espírito bom de Zé Neto novamente. Já há uma luz ao fundo. Isso é o que nós queremos.

Deputada Maria Luiza, sei que V.Ex^a está com a missão terrível de prejudicar os aposentados. Eta missão ingrata!

Mas o deputado Zé Neto já está estudando uma forma, pois já há sinalização do governo, qual seja, pode não atender na totalidade o que nós queremos, mas atenderá, ao menos, o princípio de nosso desejo, que é o desejo de V.Ex^a também. Eu entendo que, como relator do projeto, é complicado, porque votar contra idoso é a pior coisa da vida.

Vejam, justamente na aposentadoria, quando as pessoas precisam mais, enfia-se a faca! É a mesma coisa que bater em criança, pois não há reação. A pessoa idosa reclamará para quem, coitada? Não terá mais o dinheiro fruto do seu trabalho para vários governo e não terá ninguém para defendê-la! Por quê? Porque não tem sindicato dos aposentados!

Quem está na ativa, tem os diversos segmentos.

Os aposentados não têm que os defenda. Quem pode defendê-los somos nós. Nós, também, se Deus nos der saúde, seremos os futuros aposentados. Este é o problema.

Nós já estamos chegando perto de meia-noite, pois já são 23h34min. Faltam 15 minutos para a meia-noite. Logo após à meia-noite, nós deveremos encerrar os encaminhamento e as discussões, porque nós já atingimos o nosso objetivo, que era chegar até a meia-noite. Não ficaremos até a madrugada e já dispensamos alguns deputados. O objetivo era chegar até a meia-noite e 1 para que ganhássemos mais um dia. Objetivo atendido, vamos embora! Direi que vou embora, minha cara, acho V.Ex^a, deputada, um pouco aliviada, e nós da Oposição satisfeitos. Satisfeitos por ouvir da parte do governo uma sinalização de que não atende na totalidade, como eu disse, mas atende o princípio da preservação do direito de o aposentado receber o seu salário.

Quando assumi esta tribuna a algumas horas antes, já dizia isso. Eu duvidava realmente que o governo fosse insensível a isso. Ninguém vota contra pessoa idosa, não é o desejo do governador em nenhuma hipótese, não é desejo de quem fez a sugestão em nome do governo, da equipe técnica de prejudicá-los; pode até haver parentes deles nessa situação. Mas o que vale é isso, nós estamos em uma Casa política. Quando não se fecha o canal do diálogo, quando se abre a porta da negociação, e eu disse que esperava que essa porta não fechasse. E não fechou! Está

aí, meu caro deputado Alan, uma coisa que vai agradar a todo mundo.

O governo vai sair bem com os aposentados, e nós, satisfeitos. Eu, particularmente, dei a sugestão da PEC, a Oposição encampou. O próprio governo acatou a minha sugestão e fiquei satisfeito. E mais ainda, tal horizonte... Agora não anteciparei. Alguma coisa o deputado Zé Neto me adiantou, não sei se posso torná-las públicas, mas o governo já está fazendo o estudo necessário.

Deputado Joseildo Ramos, essas coisas na política têm de ser assim, na política tem que ser devagar, não podemos nos precipitar, não podemos fechar a porta.

Naquele momento em que não houve o rompimento, eu fui o primeiro vir a esta tribuna para dizer: “Não vou fechar a porta, não”. A Casa Legislativa é o lugar do diálogo. E agora, chegando à meia-noite, já surge uma luz. Existe até a possibilidade de na semana que vem entrarmos em recesso. Não vou adiantar mais do que o deputado Zé Neto falou, porque ele não autorizou, pois está dependendo do governo, mas podemos sair e votar em outra oportunidade algo que interesse aos aposentados e a nós todos, 63 parlamentares.

Como havia dito, esse não é um projeto político, é um projeto para dar socorro aqueles que dedicaram a sua vida inteira a serviço do governo do Estado. Se esse objetivo, confesso-lhe, for atendido, tenho plena certeza de que nós, os 63 parlamentares podemos entrar no recesso com a forte convicção de que cumprimos com a nossa obrigação e não prejudicamos aqueles que dedicaram a sua vida ao serviço público do Estado da Bahia.

Não vou nem fazer algumas críticas que gostaria, pois seria até repetitivo. O nosso objetivo quando fazíamos a crítica lembrando e colocando novamente vários posicionamentos que tínhamos tido era apenas no sentido de alertá-los. O alerta foi dado, o governo se sensibilizou. Deus vai nos ajudar e vamos atender aos aposentados, dar a nossa missão como cumprida, e o governo do Estado também capitalizará, e muito, porque é óbvio que o governo não quer...

Por isso sinalizei que, se for preciso a nossa ajuda, deputado João Bonfim, para resolver o problema financeiro do Estado, nós ajudamos a resolver o problema do governo Wagner para ajustar as suas contas. O que depender da Oposição nós fazemos sem nenhum problema. E o governo agora sinaliza que vai resolver o problema dos aposentados.

Acho V.Ex^a, Sr. Presidente, fica até muito à vontade para também defender essa bandeira, porque o presidente do nosso sistema de Previdência é V.Ex^a. Imagine se, por uma medida qualquer, se retira o dinheiro que nós depositamos ali. A gente perde o direito de contar com aquilo que nos dará tranquilidade lá na frente. Eu sempre digo o seguinte: aposentadoria é inegociável, não depende do aposentado, porque isso afetará a sua família. É o nosso caso! Vocês imaginem se uma medida qualquer vem e

tira todo o dinheiro de um sistema que V.Ex^a, que já foi oriundo de bancos e sabe a importância disso... Tira o dinheiro, e é uma puxada de tapete que deixaria todos nós descobertos.

O Sr. João Bonfim:- Bens guardados, bens administrados.

O Sr. GABAN:- É!

É a mesma coisa, só que o Funprev é diferente do nosso Albaprev. Por quê? Porque os depósitos que estão sendo feitos não são suficientes para equilibrar o número de pessoas que estão aposentadas. Por isso que é necessário fazer um aporte dos *royalties*, para dar um equilíbrio. No nosso caso, todos estão contribuindo, ninguém fez retirada ainda, estamos capitalizados, o que não acontece com o Funprev.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Eu fico, meu caro presidente, satisfeito em ver o governo mostrar sensibilidade, mesmo numa hora dessas, quase meia-noite. O governo mostrou sensibilidade! Acredito que nós todos, os 63 parlamentares, damos a nossa missão. Tenho certeza absoluta de que não só o Líder da Oposição, mas todos os deputados que puderam ter contato com a equipe do governo manifestaram a sua preocupação, e o governo responde com a sinalização de que pode vir a atender os aposentados, que é o desejo dos 63 parlamentares desta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Para discutir o deputado Bruno Reis pelo tempo de até 5 minutos. Depois do deputado Bruno Reis, falará o deputado Sandro Régis pelo tempo de até 5 minutos e o deputado Adolfo Viana, porque houve uma inversão.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, todos das Galerias Paulo Jackson, telespectadores da *TV Assembleia* que ainda nos assistem à quase meia-noite, voltamos a esta tribuna para encaminhar a votação da PEC nº 134/2013. Claro, Sr. Presidente, como não poderia deixar de ser, vamos encaminhar pelo não. Votaremos contra a aprovação desta aberração.

A PEC de V.Ex^a, nobre deputado Euclides Fernandes, do Orçamento Impositivo, essa, sim, terá o nosso sim. Ela contará com o nosso apoio total, irrestrito e integral, mas num absurdo como esse, não. Sei que V.Ex^a só votará a favor pelos compromissos do partido de V.Ex^a e que V.Ex^a tem como o governo, porque esse projeto é prejudicial ao Estado da Bahia.

Imagine V.Ex^a, candidato a prefeito de Jequié, se chegasse o último ano da eleição e o ex-prefeito Luiz Amaral mandasse para a Câmara de Vereadores um projeto de lei no qual iria vender a receita dos próximos anos, ou seja, do período em

que V.Ex^a poderia ser o prefeito. Não é um absurdo? Pense num absurdo, na Bahia tem precedente.

Tem um jargão do PT que diz: nunca antes na história da Bahia. Nobre deputado João Bonfim, que está se debruçando sobre o parecer do Orçamento, – não é isso V.Ex^a? – que será proferido logo após a votação desta matéria, nesse orçamento que V.Ex^a está apreciando já há a previsão de que parte desses recursos, que vem sob a justificativa de que serão aplicados no Funprev. Já estão previstos R\$ 300 milhões para investimentos.

V.Ex^a, deputado João Bonfim, é presidente do Fundo dos Servidores da Assembleia Legislativa? Então é especialista em fundo previdenciário e conselheiro do Funprev. Esse dinheiro, nobre deputado João Bonfim, entrará pela manhã na conta e à tarde sairá a TED para a Fonte 00, para cobrir o rombo de R\$1 bilhão e 900 milhões, porque o governo deu calote na praça. Coitados dos empreiteiros! Muitos quebrando! Os prestadores de serviços estão todos os dias nas rádios, escolas não funcionam porque as merendeiras estão há quatro meses sem receber salários, porteiro não vai à escola e os marginais tomam conta! Infelizmente, esta é a realidade da Bahia. Que triste Bahia! Eu fico a imaginar como será o final de 2014 para o governador Jaques Wagner porque, se chegou ao final de 2013 tropeçando, que dirá quando chegar ao final deste ano!

Nobre presidente, diante de diversas tentativas e conversas que tivemos a respeito da aprovação deste projeto no decorrer de todo o dia, durante a noite e agora já entrando pela madrugada, nós da Oposição mostramos que estávamos abertos ao diálogo e ao entendimento, mesmo considerando esta matéria um absurdo. Mas pensando nos interesses maiores da Bahia, bem como em dar condições para que os aposentados tenham uma aposentadoria digna, tranquila, sem risco, e sabendo que esse será um problema enfrentado pelos governos futuros, admitimos a possibilidade de aprová-lo, contanto que a emenda do deputado Gaban seja acatada.

É simples! Com este projeto, pretende-se antecipar os *royalties* em 5 anos. Então que essa antecipação fique 5 anos na conta do Funprev. Isso não é justo, deputado João Bonfim? É somente essa a nossa exigência. Só que, diante do caos em que se encontram as finanças públicas estaduais, o governo pretende utilizar esse recurso para o custeio. E a bomba-relógio do Funprev vai sendo empurrada. Uma hora vai estourar! Muito provavelmente no colo do próximo governador, porque os mecanismos que estão sendo utilizados, em vez de priorizarem o Funprev, vão bancar o custeio da máquina pública estadual, que chegou a uma situação insustentável. Tenho pena da Bahia se o governador Jaques Wagner conseguir fazer o sucessor.

Se abrirmos os jornais hoje, veremos um verdadeiro balcão de negócios. O PR já negociou a secretaria. O secretário de Relações Institucionais vai para a Sedes, o de

Infraestrutura vem para a Serin, a secretária de Ciência e Tecnologia já é a ex-vereadora Andréa Mendonça. Um verdadeiro balcão de negócios para acomodar os aliados! Só falta Rui Costa, para ser candidato, assumir o compromisso de criar novas Secretarias. Só falta chegar a esta Casa essa aberração, esse absurdo!

O fato é que não há nenhuma medida concreta. O que deveria estar sendo discutido é como reduzir o custeio da máquina pública, o número de Secretarias. Não há essa discussão. Mas há a que é feita para saber qual é a secretaria que o PR irá ocupar, porque o PSB está saindo da base do governo em virtude da candidatura da senadora Lídice da Mata. Em nenhum momento se privilegia a gestão administrativa! É só política! Discute-se política e lança-se candidatura no ano anterior ao das eleições. Por quê? Porque o PT em política é nota 9; em gestão, é nota 3. Quando se soma 9 mais 3, ele passou por média, na última eleição, com nota seis. Mas agora a gestão está nota zero e a política, o povo vai dar a resposta. Eu não tenho dúvida de que este ano o PT não conseguirá passar por média.

Não adianta muito partido, não. Em Salvador, eram 15 partidos, em Feira de Santana, também, e o prefeito ACM Neto deu pau no candidato do PT. Em Feira de Santana, a mesma coisa. Vocês querem repetir a mesma receita de 2012, que foi um fracasso. Então não adianta estar preocupado em cooptar partidos, em manter partidos na base. Tem de estar preocupado em governar. Não há política que se sustente se não tiver um governo que vá bem administrativamente. Não há política que se sustente se o governo não for bem administrativamente. V.Ex^{as}, em vez de privilegiar a política, têm de privilegiar gestão, a administração.

Quando V.Ex^{as} antecipam a política, penalizam a administração. É o que se está tentando fazer com a aprovação desse projeto. Mais uma vez tentam, na véspera das eleições, colocar quase R\$ 800 milhões nos cofres do Estado. Para quê? Para cooptar apoio de prefeitos, de lideranças no interior. Mas não contarão com a chancela e com o aval da Oposição.

É por isso que nós estamos aqui para encaminhar esta matéria. Já estamos chegando à meia-noite e vamos orientar a nossa Bancada, com o aval de todos os integrantes da Bancada da Oposição, para votar “não”, ou seja, contra a aprovação dessa PEC, desse absurdo. O governo pode passar o rolo compressor, pode aprovar, mas não contará com a chancela e com o apoio da Oposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Para encaminhar, concedo a palavra ao deputado Sandro Régis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Alan Sanches:- Novamente o deputado Sandro Régis?!

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Deputado Alan Sanches, isso é *bullying*. Eu posso te processar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, aqui desta tribuna, mais uma vez, parabenizar a Bancada da Oposição, sob a Liderança do deputado Bruno Reis. Demonstramos, deputado Bruno Reis, o nosso compromisso com a Bahia e com os baianos. Demonstramos, ao longo deste processo, que nós temos 20 deputados na Oposição, mas 20 deputados comprometidos com o nosso Estado, comprometidos com o nosso ideal, mas, acima de tudo, deputado Euclides, grande líder de Jequié, 20 deputados comprometidos com o projeto maior, que é o de resgatar a Bahia.

Há pouco tempo, deputado Euclides, eu dizia aqui, ao microfone – V.Ex^a devia estar no gabinete, trabalhando –, que os grandes projetos do governo atual são a “revolução silenciosa” e as “obras imateriais”. Aí, eu quero saber como será a pauta da discussão eleitoral, se o governo vai mostrar a propaganda ou se vai mostrar essa “revolução silenciosa”? Se o governo vai mostrar as dificuldades da segurança pública ou vai mostrar as viaturas na televisão? Esse, deputado Adolfo Viana, vai ser o grande mote desta eleição.

O governo que aí está tem dito nos quatro cantos da Bahia que não tem medo de comparar projetos. Realmente. O nosso governo nunca se atrelou a essa “revolução silenciosa” nem às “obras imateriais”. O nosso governo, até hoje, deputado J Carlos, tem a marca do trabalho e a marca de muitas obras que salvaram o sertanejo nessa longa estiagem.

V.Ex^{as} falam em combater a seca, e não construíram, nestes 7 anos, uma lâmina de d'água!

A deputada Luiza Maia fica nervosa porque não admite escutar a verdade. Ela insiste em acreditar na propaganda da televisão, insiste em acreditar que a Bahia é a Bahia que eles tentam vender ao povo. Mas a Bahia, deputada Luiza Maia, que nós vivemos é recordista de assaltos. A Bahia que nós vivemos é a Bahia onde o PST tem quase 4 meses que não recebe um real. A Bahia que nós vivemos é a Bahia que perdeu o posto de capital do turismo no Nordeste. A Bahia da propaganda do seu governo está muito distante da Bahia que os baianos vivem. Na Bahia que os baianos vivem as pessoas morrem nas filas dos hospitais. Na Bahia que os baianos vivem os caixas eletrônicos dos bancos são explodidos diariamente no interior. A Bahia que os baianos vivem é proporcionalmente líder em homicídios no País.

Esta é a Bahia. Este é o legado. A Bahia que os baianos vivem é ir a Ilhéus fazer um evento para anunciar o Porto Sul, que não tem nem a licença ambiental. Esta é a Bahia dos baianos e do faz de conta do governo Jaques Wagner. É a Bahia que não reflete as condições que nós vivemos. Esta é a Bahia líder em violência, é a Bahia em que perdemos a liderança no Nordeste. É a Bahia onde, depois de 8 anos, se fala em

revolução silenciosa e legado de obras materiais.

Triste Bahia, tristes baianos!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Coronel Gilberto Santana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- A verdade, pessoal, é que nós sentimos a dificuldade pela qual o Estado passa e também o povo baiano. É por isso que Sandro Régis fala da violência que o povo está passando. No final de semana do ano-novo, foram 17 homicídios em Salvador, sem falar em roubo de veículos. E a segurança pública está um caos. Não é só na capital do Estado. Se formos ao interior da Bahia, está da mesma forma.

O governo estadual está fazendo um projeto para modernizar a polícia e melhorar a estrutura da PM. Esperamos que ele possa ser enviado a esta Casa e seja de importância para que a polícia trabalhe com maior eficiência, dando-nos todo o apoio necessário, porque estamos vivendo um momento insuportável. As famílias não têm mais tranquilidade. Ficam presas “algemadas” em suas residências, enquanto os bandidos estão soltos por aí. Elas estão vivendo de forma intranquila, sofrendo, vendo os seus entes queridos perdendo a vida. Portanto, é preciso uma ação mais enérgica do governo baiano na área da Segurança Pública.

Vemos lá na cidade de São Luís a situação que a população está passando. Veículos vêm sendo incendiados, há pessoas morrendo. Os presos estão comandando a violência de fora dos presídios, através dos meios de comunicação. Se a Bahia não tomar medidas enérgicas, chegaremos ao caos na segurança pública.

Então, queremos ver se a Assembleia pode se juntar aos órgãos de segurança e buscar ideias e sugestões para que o governo intensifique as ações da polícia, aumentando o efetivo da Polícia Militar e melhorando a segurança pública. Está insuportável!

A Polícia Civil deveria exercer a sua função de investigar, o que não está fazendo. Ela está nas ruas fardada e não existe investigação. É preciso que cada um cuide da sua missão constitucional, e não haja a intervenção ou influência de uma polícia em outra, como está acontecendo. As duas querendo executar a mesma função, em especial a civil querendo exercer a da militar, pois está fardada nas ruas, exercendo o que cabe à PM, uma missão constitucional.

Então o governo tem que fazer essa intervenção; os deputados têm de questionar essa situação, para que a polícia volte a exercer a sua missão constitucional e volte a trabalhar da forma estabelecida em lei. Como está

acontecendo, há uma invasão de competência e a Polícia Civil deixa de exercer a sua própria competência, que é a investigação. A prova disso é que o nosso Estado está com o índice baixíssimo de elucidação dos crimes. É preciso medidas urgentes. Se continuar assim, possivelmente não teremos mais como controlar a violência em nosso Estado.

Nesse final de semana mataram várias pessoas em Itabuna; até crianças inocentes morrem em razão da violência. Precisamos cobrar mais do governo, pedir que as polícias assumam seus compromissos com o povo da Bahia, que os delegados e a Polícia Militar – cada um nos seus postos de serviço – possam exercer melhor a sua função. E assim possamos dormir mais tranquilos, circular nas cidade, frequentar as praças e outros ambientes. Hoje, o lazer das pessoas não existe, porque não há a segurança para a liberdade de ir e vir do cidadão.

Até em shopping há violência. Se a pessoa vai para a estrada, o pedágio é assaltado sequenciadamente; em cidades menores os bancos estão sendo explodidos com dinamite. Então, o que vamos fazer? Aonde vamos chegar com essa violência?

Esperamos que essas medidas sejam tomadas com urgência para que possamos reduzir a violência existente na Bahia. Por isso estamos aqui, mais uma vez, apelando para que o governo do Estado adote medidas mais enérgicas e estabeleça metas para que cada polícia possa cumprir o seu trabalho.

Por outro lado, o Conselho Nacional de Justiça considera a Justiça baiana uma das últimas do País. Existem as metas, mas essas não estão sendo cumpridas. O desgaste fica para o nosso Estado porque a Justiça não tem tido agilidade nessas ações.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Encerrado o encaminhamento. Em votação.

O Sr. Bruno Reis:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Pela ordem, deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Gostaria de solicitar de V.Ex^a uma verificação de quórum de votação, com chamada nominal, para apreciação da matéria. Já são meia-noite e 3min, portanto já estamos a 3min do dia 8 de janeiro de 2014.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- V.Ex^a será atendido.

Pela ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- A minha questão de ordem é no sentido de atender ao pedido de verificação do deputado Bruno. Por isso, peço que V.Ex^a determine que o

painel seja zerado e conte o tempo regimental para verificação de quórum de votação.

(O presidente Marcelo Nilo assume a direção dos trabalhos.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Srs. Deputados, o quórum tem que ser qualificado, portanto são necessários 38 votos. Tragam a lista de presença. Marcarei 25 minutos.

Deputado Zé Neto, na hora da votação, eu gostaria que o Líder do Governo estivesse presente. Zera o painel, por enquanto. Vai ser voto a voto, é emenda constitucional, são 38 votos. Primeiro vamos marcar as presenças. Para presença tem que ter 32. Quem quiser votar marque a presença. Tem que ter 38 presentes, porque é quórum qualificado. Só podemos votar se tiver 38 presentes e 38 votos. É quórum qualificado. Só posso colocar em votação com 38 votos.

Srs. Deputados, é quórum qualificado, tem que ter 38 presentes.

(Verificação de quórum.)

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, já há quórum suficiente para a votação. Gostaria de que V.Ex^a colocasse em votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Zerem o painel e marquem os 25 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Não, Sr. Presidente, é para colocar em votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Foi verificado o quórum para votação, companheiro. Agora é que vamos votar. Zera-se o painel agora para votar. Agora, vou zerar o painel e marcar os 25 minutos.

O Sr. Augusto Castro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Augusto Castro.

O Sr. Augusto Castro:- Minha questão de ordem é para que V.Ex^a verifique o quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já há quórum para votação, deputado.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, só quero alertá-lo que V.Ex^a vai criar um precedente sério nesta Casa!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Qual precedente, deputado?

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a vai abrir, agora, tempo para votação!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Claro, deputado!

O Sr. Paulo Azi:- Em qualquer votação, Sr. Presidente, independentemente do quórum, V.Ex^a terá de esperar o tempo. Sr. Presidente, em qualquer votação que houver nesta Casa, V.Ex^a vai estar obrigado a permanecer esperando por 25 minutos para votar, porque já há quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, vou colocar em votação agora. Mas veja bem, eu atendi a V.Ex^a. Há quórum, vamos votar. Agora, vou marcar 25

minutos, deputado. O que V.Ex^a quer, diga? Qual precedente?

O Sr. Paulo Azi:- Depois da decisão de V.Ex^a, toda votação vai ter que esperar 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, é quórum qualificado!

O Sr. Paulo Azi:- Já existe, Sr. Presidente, não precisa esperar 25 minutos, não. Isso nunca houve.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Claro que vou colocar em votação, mas não estou conseguindo porque V.Ex^{as} não deixam. Agora que estou botando para votar, deputado.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação.

Deputado Zé Neto, como recomenda o voto à sua Bancada: sim ou não?

O Sr. Zé Neto:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Zé Neto recomenda sim.

O deputado da Oposição recomenda não.

A votação será um por um. O voto é qualificado.

(O deputado Sandro Régis manifesta-se fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Emenda constitucional sempre foi votado um a um. Por favor. Em outra votação, também o voto foi um a um. O voto aberto é um a um. Quando se trata de emenda constitucional sempre fiz assim.

Como votam os seguintes deputados?

Aderbal Caldas, Sim.

Adolfo Menezes, ausente.

Adolfo Viana, não.

Alan Sanches, sim.

Álvaro Gomes, sim.

Ângela Sousa, sim.

Ângelo Coronel...

Augusto Castro, ausente.

Bira Corôa, sim.

Bruno Reis, não.

Cacá Leão, sim.

Capitão Tadeu...

Carlos Brasileiro, sim.

Carlos Geilson, não.

Carlos Ubaldino...

Coronel Gilberto Santana, não.

Delegado Deraldo Damasceno...

Elmar Nascimento...

Euclides Fernandes...

Fabrizio Falcão...
Fátima Nunes...
Gaban...
Graça Pimenta...
Herbert Barbosa...
Ivana Bastos...
J. Carlos...
João Carlos Bacelar...
João Bonfim...
José de Arimatéia, sim.
Joseildo Ramos, sim.
Jurandy Oliveira, sim.
Kelly Magalhães, sim.
Leur Lomanto Júnior, não.
Luciano Simões...
Luiz Augusto...
Luiza Maia, sim.
Marcelino Galo...
Maria del Carmen, sim.
Maria Luiza...
Maria Luiza Laudano, sim.
Mário Negromonte Júnior...
Marquinho Viana, sim.
Nelson Leal...
Neusa Cadore, sim.
Pastor Sargento Isidório, sim.
Paulo Azi...
Paulo Rangel, sim.
Pedro Tavares...
Reinaldo Braga...
Roberto Carlos...
Rogério Andrade, sim.
Ronaldo Carletto...
Rosemberg Pinto...
Sandro Régis, não.
Sidelvan Nóbrega...
Targino Machado...
Temóteo Brito...

Tom Araújo...

Vando...

Yulo Oiticica, sim.

Zé Neto

Zé Raimundo.

Já há 37, está faltando um. Não vou proclamar. Vou esperar 25 minutos. É constitucional. É quórum qualificado.

(O Sr. Presidente faz nova contagem.)

Tenho 36. Vamos repetir. Não proclamo, vou esperar 25 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a só vai proclamar o resultado quando der 38.

(O Sr. Presidente reinicia a contagem dos votos favoráveis.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Trinta e sete.

O Sr. Paulo Azi:- Proclame o resultado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu vou aguardar os 25 minutos, é quorum qualificado, para isso quis o tempo.

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a é presidente de todos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sou presidente de todos. Para isso é que tem 25...

O Sr. Paulo Azi:- Quando der 38 V.Ex^a proclama o resultado? É isso?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quando tiver 25 minutos. Como é votação qualificada, vou esperar os 25 minutos. É votação qualificada, deputado.

O Sr. Paulo Azi:- Já tem quórum, presidente. O quórum já deu há muito tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quórum de votação qualificado.

O Sr. Paulo Azi:- Já tem qualificação de quórum, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para isso é que se tem o acordo de 25 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- Já tem qualificação de quórum, presidente. V.Ex^a é de todos, o presidente da Casa. Fica mal para V.Ex^a, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, para isso que existem os 25 minutos. Vou esperar os 25 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- Os 25 minutos são para o quórum, presidente, não são para esperar deputado votar, não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, os 25 minutos são para votação, deputado. Sempre foi. É quorum qualificado.

O Sr. Paulo Azi:- Já era para V.Ex^a ter feito no painel e publicado a votação, presidente. Tenha paciência, fica mal para V.Ex^a. Isso não está no Regimento. V.Ex^a está criando regra, presidente Marcelo Nilo. Não existe isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Claro que existe. São 25 minutos. É quorum qualificado.

O Sr. Paulo Azi:- Não existe isso no Regimento, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, foi feito um acordo de 25 minutos, V.Ex^a sabe disso.

O Sr. Paulo Azi:- Para quórum, presidente. O acordo é para quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para votação. Deputado, é quorum qualificado.

O Sr. Paulo Azi:- Já tem quórum qualificado há muito tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É votação qualificada.

Deputado, é quórum qualificado. Eu tenho a obrigação de esperar os 25 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a está manchando a sua história, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu sempre tratei V.Ex^a bem, vamos tratar todo mundo com o mesmo respeito.

O Sr. Paulo Azi:- Está ficando mal para V.Ex^a, presidente Marcelo Nilo. Já era para V.Ex^a ter publicado o resultado. V.Ex^a já procedeu à votação, presidente, e só cabe a V.Ex^a publicar o resultado, presidente. Tenha paciência, publique o resultado, presidente Marcelo Nilo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, V.Ex^a não vai me convencer. É quorum qualificado, votação qualificada, eu tenho a obrigação de esperar os 25 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- Quórum qualificado já deu, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu tenho obrigação de esperar 25 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- Não existe tempo para votação, presidente. Existe tempo para verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, para isso é que se aguarda quórum qualificado de 25 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- O quórum já deu, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu só encerro a votação com os 25 minutos. É para isso que existem os 25 minutos. Agora, chegando 25 minutos e não tendo, paciência!

(Continua a votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Rejeitada a PEC: 37 votos.

Suspendo a sessão por 20 minutos.

(Continua a suspensão da sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, reabro os trabalhos.

Colocaremos em votação, por acordo de Lideranças, o projeto de lei nº

20.615/2013, de autoria do Tribunal de Contas dos Municípios.

PROJETO DE LEI Nº 20.615/2013

Dispõe sobre a adequação de vencimentos de categorias funcionais do Tribunal de Contas dos Municípios a Sentença Judicial transitada em julgado, fazendo retornar àquelas as circunstâncias isonômicas estabelecidas por lei a que faziam jus, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O anexo III da Lei nº 7.976, de 03 de dezembro de 2001, passa a vigorar na forma do Anexo Único a esta Lei.

Art. 2º - Ficam incorporados e absorvidos, nos valores dos vencimentos básicos, constantes no Anexo Único a esta Lei, os reajustes e acréscimos pretéritos, inclusive aqueles decorrentes de sentenças judiciais.

Art. 3º - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, respeitadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

DR. JAQUES WAGNER
GOVERNADOR DO ESTADO

ANEXO ÚNICO - TABELA I

TABELA DE VENCIMENTOS BÁSICOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO PERMANENTE

GRUPOS	CARGOS	CLASSES	NÍVEIS					
			1	2	3	4	5	6
AENS	AUDITOR	A	2.584,04					
		B	3.100,59					
		C	3.501,10					
		D	3.891,88					
	ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO	A	1.796,48	1.859,37	1.924,46	1.991,84	2.061,51	2.133,68
		B	2.208,33	2.285,64	2.366,93	2.448,42	2.534,13	2.622,82
		C	2.714,63	2.809,60	2.907,94	3.009,77	3.115,06	3.224,11
	TÉCNICO DE INSPEÇÃO E OBRAS	A	1.796,48	1.859,37	1.924,46	1.991,84	2.061,51	2.133,68
		B	2.208,33	2.285,64	2.366,93	2.448,42	2.534,13	2.622,82
		C	2.714,63	2.809,60	2.907,94	3.009,77	3.115,06	3.224,11
AENM	AGENTE DE CONTROLE EXTERNO	A	974,53	1.008,62	1.043,94	1.080,48	1.118,28	1.157,28
		B	1.197,93	1.239,85	1.283,26	1.328,18	1.374,66	1.422,75
		C	1.472,54	1.524,09	1.577,45	1.632,64	1.689,78	1.748,94
	AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO	A	974,53	1.008,62	1.043,94	1.080,48	1.118,28	1.157,28
		B	1.197,93	1.239,85	1.283,26	1.328,18	1.374,66	1.422,75
		C	1.472,54	1.524,09	1.577,45	1.632,64	1.689,78	1.748,94
AGNS	ASS. TÉCNICO, TÉC. DRH, ANALISTA DE SISTEMA, TÉC. DOC. BIBL., JORNALISTA, MÉDICO	A	1.796,48	1.859,37	1.924,46	1.991,84	2.061,51	2.133,68
		B	2.208,33	2.285,64	2.366,93	2.448,42	2.534,13	2.622,82
		C	2.714,63	2.809,60	2.907,94	3.009,77	3.115,06	3.224,11
AGNM	ASSIST. ADMINISTR., ASSIST. DE PLENÁRIO, TÉC. DE INFORMÁTICA, MOTORISTA, ASSIST. S.M.E. MANUTENÇÃO	A	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00

		B	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00
		C	726,26	751,67	778,00	805,23	833,39	862,54
AA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00
		B	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00
		C	678,00	719,33	744,48	770,57	797,51	825,44

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Euclides Fernandes para relatar a matéria.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, fui designado pela Presidência da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Nilo, para oferecer parecer ao projeto de lei nº 20.615/2013.

(Lê) *“Projeto de Lei nº 20.615/2013, de autoria do Tribunal de Contas dos Municípios, o qual 'Dispõe sobre a adequação de vencimentos de categorias funcionais do Tribunal de Contas dos Municípios a Sentença Judicial transitada em julgado, fazendo retornar àquelas as circunstâncias isonômicas estabelecidas por lei a que faziam jus, e dá outras providências'.*

O projeto que ora passo a relatar, encaminhado à apreciação da Assembleia Legislativa pelo Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, vem adequar os vencimentos de algumas categorias de servidores do quadro permanente daquela Corte de Contas, em razão da sentença judicial transitada em julgado exarada nos autos da Ação Ordinária nº 0032694-49.1996.8.05.0001.”

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

Sr. Presidente, para continuar a minha fala, preciso que os deputados entendam que estou lendo o parecer do projeto. Fui designado pelo Sr. Presidente e preciso de silêncio para continuar fazendo a leitura.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicito que V.Ex^{as} nos dêem condições para ler o parecer. Fui designado por S.Ex^a, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Nilo para ler o parecer. É isso que eu farei. Se algum deputado quiser votar contra o parecer, que o faça, mas não fiquem tumultuando e criando determinadas situações de dificuldade.

(Lê) *“a qual 'reconheceu e decidiu pelo pagamento de perdas salariais a servidores deste Tribunal originárias de uma revisão geral de vencimentos ocorrida em janeiro de 1992', conforme expõe o Sr. presidente do TCM no ofício que acompanha a proposição, no qual observa ainda que a dita sentença 'infelizmente logrou produzir algumas distorções no Plano de Carreira deste Tribunal, eis que o Insigne Magistrado que a lavrou não teve antecipado conhecimento - por não constar dos autos - de certas situações isonômicas que, estabelecidas em lei,*

atingiam algumas categorias funcionais da Casa, uma vez que a literalidade da sentença 'resultaria em atribuições de vencimentos desiguais a servidores ocupantes de idênticos cargos de provimento permanente de nosso Quadro de Pessoal, gerando, por este motivo, um certo desconforto entre aqueles que, até a publicação da mesma, viam-se amparados pelo princípio da isonomia propugnado na Carta Máxima e formalmente estabelecido em lei.'

Cuida, portanto, o presente projeto, de estabelecer isonomia de vencimentos entre os servidores do TCM, evitando-se o pagamento com valores diferenciados para servidores que ocupam o mesmo cargo.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que atende os requisitos de legalidade e constitucionalidade, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Tribunal de Contas dos Municípios.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 07 de janeiro de 2014.”

Euclides Fernandes, Relator.

Esse é o nosso parecer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Euclides Fernandes no âmbito das Comissões. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram (Pausa). Aprovado.

No Plenário. Em votação o Projeto de Lei 20.615/2013, de autoria do Tribunal de Contas dos Municípios. Não há orador para discutir, nem para encaminhar.

Em votação no Plenário. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram (Pausa). Aprovado à unanimidade o Projeto de Lei nº 20.615/2013. O projeto irá para a sanção de S.Ex^a, o governador Jaques Wagner (Palmas).

Temos a segunda votação. Posteriormente, convocarei a sessão extraordinária.

Vamos votar o Orçamento em primeiro turno.

Em primeira discussão e votação o projeto de lei nº 20.487/2013, de procedência do Poder Executivo, que estima a receita e fixa as despesas do Estado da Bahia para o exercício de 2014.

Designo para relatar a matéria o deputado João Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado João Bonfim.

O Sr. JOÃO BONFIM:- (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle ao Projeto de Lei nº 20.487/2013, de autoria do Poder Executivo, o qual 'estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2014'.*

Cumpre-me, por designação do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, relatar o Projeto de Lei do Orçamento Anual, encaminhado

a esta Casa pelo Chefe do Poder Executivo, estimando a Receita e Fixando a Despesa para o exercício de 2014, compondo-se dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Empresas em que o Estado detém a maioria do capital social com direito a voto, em conformidade ao estabelecido nas Constituições Federal e do Estado, e abrangendo todos órgãos, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

A Proposta Orçamentária evidencia os programas e ações a serem executadas no exercício financeiro de 2014, destacando-se as ações prioritárias do governo, observadas as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015 e no alcance dos seus objetivos e metas, registrando-se ainda que na sua elaboração foram observados, além das disposições da Lei nº 12.834, de 10 de julho de 2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014, os princípios e normas constitucionais e legais pertinentes, em particular da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo informa-nos a Mensagem Governamental que acompanha a proposição.

Informa-nos ainda a Mensagem que a Proposta Orçamentária 2014 foi elaborada considerando-se que 'o desempenho das economias brasileira e baiana reforça a expectativa de taxas de crescimento maiores nos próximos anos. Isso implica garantir a competitividade das empresas nacionais e, ao mesmo tempo, estimular os investimentos públicos e privados em infraestrutura, maior abrangência da qualificação profissional e, principalmente, a continuidade da redução da pobreza extrema. Neste processo, a manutenção de um mercado interno dinâmico é crucial para a geração do emprego e renda, além de favorecer o equilíbrio das contas externas', segundo registra a Mensagem do Sr. Governador encaminhando a proposição a esta Casa.

No que diz respeito à economia baiana, informa-nos a Mensagem que 'a expansão do PIB foi de 3,6% no primeiro semestre de 2013, quando comparado com o mesmo período em 2012. Este resultado demonstra que a atividade econômica baiana vem mantendo a trajetória de crescimento iniciada em 2012, sendo esta maior que a economia nacional. Os setores que mais contribuíram para este resultado foram os da indústria (5,5%) e os de serviços (2,5%). Já o setor de agropecuária, teve uma retração de 5,8% na atividade'. No período considerado, verifica-se que o PIB baiano cresceu mais do que o PIB Brasil, que apresentou uma expansão de 2,6%.

Ainda segundo a Mensagem do Chefe do Poder Executivo, 'a geração de emprego na Bahia, em 2012, foi positiva, com um saldo de 36.847 (trinta e seis mil, oitocentos e quarenta e sete) novos postos ocupados. Pela ótica espacial, os Territórios de Identidade que mais tiveram saldo positivo de emprego foram a Região Metropolitana de Salvador, com 15.548 (quinze mil, quinhentos e quarenta e oito) postos; Portal do Sertão, com 9.924 (nove mil, novecentos e vinte e quatro) postos; e Sertão do São Francisco, com 3.106 (três mil, cento e seis) postos. O primeiro semestre de 2013 manteve também desempenho positivo (27 mil no

acumulado de janeiro a junho 2013, com relação ao mesmo período em 2012). Neste contexto, espera-se que o mercado de trabalho continue aquecido, possibilitando ganhos na renda média do trabalhador e queda na taxa de desemprego. Esse quadro, para os próximos anos, continuará ancorado na demanda doméstica, com manutenção do nível de desemprego em patamares baixos.'

Projeta-se, para 2014, um crescimento da ordem de 4,4% para o PIB da Bahia, e com isso, 'a realização de algumas obras estruturantes, tais como os investimentos públicos em infraestrutura, obras de mobilidade urbana e moradias, além da consolidação de investimentos industriais importantes que gerarão efeitos repercutivos dentro do Estado. Soma-se a isto a realização de jogos da Copa do Mundo, que impulsionará o aumento da visibilidade e confirmará a Bahia como importante destino turístico, impactando o setor de serviços, e com reflexos favoráveis sobre toda a atividade econômica', citando mais uma vez a Mensagem Governamental, onde ainda são destacados, nessa perspectiva de desenvolvimento econômico, a efetivação de obras já existentes e a intensificação de novos investimentos, 'como a construção da ponte Salvador - Ilha de Itaparica, cujo objetivo é criar um novo vetor de expansão e desenvolvimento, intervindo positivamente, na geografia econômica, principalmente entre a capital, sul e oeste, incentivando atividades econômicas diversas, criação de empregos e outras melhorias significativas para a população.' Por sua vez, 'a efetivação das obras de infraestrutura logística, como a Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL e o Porto Sul, além dos investimentos em energia, com a construção do parque eólico e a exploração de recursos minerais, causarão importantes impactos sobre a atividade econômica e a geração de emprego e renda, bem como o incremento do comércio exterior baiano nos próximos anos.'

COMPOSIÇÃO E VALOR DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2014.

Para o exercício de 2014, a Proposta Orçamentária do Estado atinge o montante de R\$ 36,9 bilhões, representando um aumento de 5,2% em relação ao orçamento aprovado para 2013, o que reflete uma expectativa positiva para a economia, tendo como base a conjuntura de 2013 e as possibilidades de crescimento para o próximo ano. Registre-se que, desse total, R\$ 36,1 bilhões correspondem aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, enquanto R\$ 864 milhões constituem o Orçamento de Investimento das Empresas.

As receitas correntes somam R\$34,4 bilhões, respondendo por 95,3% da receita total prevista, com expectativa de incremento de 6,9% em relação ao Orçamento de 2013. Nesta categoria, encontram-se as receitas mais representativas no âmbito estadual, como as oriundas dos tributos de competência do Estado e as transferências dos impostos da União.

A receita tributária, no valor de R\$19,5 bilhões, com incremento de 13,6% em relação à orçada para 2013, corresponde a 54% da receita estimada, refletindo o crescimento esperado para a economia estadual e a variação projetada de preços para 2014. No caso do ICMS, com valor previsto de R\$16,6 bilhões e expansão de

9,7%, adotou-se uma variação real do PIB - Bahia da ordem de 4,4%, estimado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais - SEI, da Secretaria do Planejamento - SEPLAN.

As receitas de transferências correntes têm previsão de R\$12 bilhões, indicando um incremento de 3,2% em comparação com o orçado para 2013, contribuindo com 33,2% da receita total. Nesta categoria estão computadas as transferências da União para o Estado, em especial aquelas provenientes do Fundo de Participação do Estado - FPE, do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 - Lei Kandir, cabendo registrar que se levou em consideração, nessas projeções, uma previsão de crescimento real de 3,5% referente ao PIB - Brasil e uma expectativa de inflação média de 5,1% (IGP-DI), estimados pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF para o exercício financeiro de 2014.

As receitas de capital totalizam R\$3,4 bilhões e representam 9,5% do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, e apresentam redução de 11,9% em relação ao orçado para 2013, decorrente da retração das receitas de operações de crédito da ordem de 31,3%.

DESPESA POR PODER, MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

O quadro a seguir, reproduzido da Mensagem Governamental, contém as dotações consignadas aos Poderes, ao Ministério Público e à Defensoria Pública:

Na distribuição de recursos, merece destaque o aumento verificado para a Defensoria Pública (35%), seguida pelo Poder Legislativo (22%), Poder Judiciário (15,9%) e Ministério Público (11%), enquanto a parcela destinada ao Poder Executivo teve um incremento de 3,2%.

A despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é fixada em igual valor da receita estimada, portanto em R\$36,1 bilhões, e apresenta um crescimento nominal de 4,3% em relação à autorizada para o exercício de 2013. Na composição deste valor, as despesas de capital totalizam R\$5 bilhões, enquanto as despesas correntes recebem dotação de R\$31 bilhões, correspondendo a 13,8% e 86,2%, respectivamente.

Com parcela significativa dos recursos, os investimentos representam 10,9% da despesa estimada, ou seja, R\$3,9 bilhões, impulsionando o desenvolvimento do Estado. As transferências obrigatórias aos Municípios somam R\$4,6 bilhões, ou seja, 12,2% do total, enquanto, para aquelas despesas classificadas como outros gastos de natureza corrente, está proposto o valor de R\$8,4 bilhões. Aos serviços da dívida pública, compreendendo a amortização, os juros e os encargos, são destinados recursos da ordem de R\$1,2 bilhão.

Dentre as despesas correntes, a mais representativa é aquela destinada a pessoal e encargos sociais, no montante de R\$17,6 bilhões, que representa um incremento de 13,1% em relação ao orçamento autorizado para 2013, dos quais 82,2% serão financiados com recursos do Tesouro, complementado com recursos de outras fontes. Este crescimento captura os reajustes concedidos neste exercício, o

impacto do salário mínimo, a garantia dos acordos salariais com algumas categorias do funcionalismo para o ano de 2014 e o crescimento vegetativo da folha de pagamento do Estado.

A proposta orçamentária ora sob análise obedece ao limite legal de 60% e ao prudencial de 57% estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, quanto à fixação das despesas de pessoal e encargos sociais, perfazendo 55,8% em relação à receita Corrente Líquida, a qual, para 2014, está estimada em R\$23,8 bilhões. Cabe salientar que a Defensoria Pública, por não ter limites discriminados na LRF, encontra-se inserida nos limites do Poder Executivo.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR ÁREA E FUNÇÃO DE GOVERNO

A Área Social, que apresenta as maiores carências no nosso Estado, está contemplada com 63% do total de recursos orçados para 2014, ou seja, R\$22,7 bilhões, o que representa um crescimento de 8,7% em relação a 2013. Têm participação destacada, concentrando aproximadamente a metade da despesa prevista, as funções Saúde (15,1%), Educação (13,3%), e Segurança Pública (9,8%), além da Previdência Social. Vale salientar que, do total de R\$4,8 bilhões destinados à função Educação, não estão incluídos os aportes do Estado ao FUNDEB, no valor de R\$3,9 bilhões.

Para a área de Segurança Pública, visando o combate à violência, foram alocados 3,5 bilhões, sendo maior em 10,4% do que o orçado para o exercício de 2013.

Destaque também para a expansão dos recursos para as funções Habitação (58,1%) e Saneamento (29,8%), decorrente, principalmente, da política estadual de captação de recursos para programas de moradia popular e de saneamento básico em áreas urbanas.

A Área de Produção, com participação de 5,7% do total da despesa, recebeu o aporte de R\$2,1 bilhões. Cabe evidenciar o incremento de 75% para a função Ciência e Tecnologia voltada, em grande medida, para o Parque Tecnológico e outras ações de pesquisa e de 11,4% para a função que incorpora as ações voltadas ao desenvolvimento do turismo no Estado, com vistas a preparar a Bahia para os eventos desportivos dos próximos anos. A área de Transportes, de grande importância por contemplar os projetos de mobilidade urbana e de infraestrutura viária e por demandar grande volume de recursos, deverá ser beneficiada com os ingressos de recursos decorrentes de operações de crédito a serem contratadas, que serão incorporadas durante a execução orçamentária de 2014.

Para a Área de Gestão Pública está proposto o valor de R\$1,5 bilhão, participando com 4,2% das despesas, na sua quase totalidade concentrados na função Administração.

As funções Legislativa, Judiciária e Essencial à Justiça, da competência dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, contam com um aporte total de R\$3,2 bilhões, correspondendo a uma participação de 8,9% do total, sendo 16,4% maior que o orçado para 2013.

A Área de Encargos Especiais está contemplada com R\$6,6 bilhões, distribuídos em Transferência aos Municípios, Serviço da Dívida Interna e Externa, como também, Indenizações, Restituições, Sentenças e Outros, representando 18,2% da despesa total fixada nesta Proposta.

O projeto recebeu um total de 52.843 emendas de parte dos Senhores Parlamentares, tendo o Deputado Targino Machado apresentado o maior número, totalizando 15.052 emendas, vindo a seguir a Deputada Maria Luiza, com 6.932, o Deputado Roberto Carlos, com 3.024, o Deputado Pastor Sargento Isidório, com 2.498, o Deputado Delegado Deraldo Damasceno, com 2.230 e o Deputado Nelson Leal, com 2.013. A análise desta significativa quantidade de emendas, abrangendo uma grande variedade de unidades de administração e de áreas e funções de governo, traduz a percepção de cada Deputado, buscando resolver os problemas das comunidades e das regiões onde se inserem. Por outro lado, verifica-se que nas emendas, em sua quase totalidade, não há a necessária indicação da fonte de financiamento, o que efetivamente prejudica a sua aceitação, enquanto as demais não apresentam justificativa plausível para a mudança das prioridades de governo - muitas destas estabelecidas a partir de proposições das próprias comunidades. Por essas razões, cabe-me opinar pela rejeição de todas estas emendas.

Foram ainda apresentadas, pela Liderança da Oposição, duas emendas ao texto do Projeto LOA, de nºs 55.130 e 55.131. A primeira autoriza o Poder Executivo a aplicar um mínimo de 7,0% da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais - RLI, nas Despesas com Manutenção e Desenvolvimento das Universidades Estaduais da Bahia. Opino pela rejeição da emenda, considerando que a Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais - RLI é a base para verificação do cumprimento dos valores mínimos previstos no art. 212 da Constituição Federal para aplicação de recursos na área de educação, cuja aplicação está observada neste projeto de lei. Assim, a emenda proposta significa uma dupla vinculação sobre a parcela já vinculada da RLI. Ademais, o § 2º do art. 9º da referida LRF estabelece que 'não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucional e legais do ente...', situação específica da área de educação onde a alocação de recursos fica assegurada por norma constitucional e legal.

A emenda de nº 55.131 propõe a supressão do art. 7º do Projeto de Lei nº 20.487/2013, que autoriza o Poder Executivo a realizar operações de crédito por antecipação de receita até o limite de 20% da receita corrente líquida estimada. Opino pela aprovação da emenda, considerando o que dispõe a alínea b do inciso IV do art. 38 da Lei Complementar nº101/2000, uma vez que 2014 é o último ano do mandato do Governador. Por fim, apresento, na condição de Relator, as emendas a seguir indicadas, destinadas ao aperfeiçoamento da proposta da LOA:

EMENDA DE RELATOR Nº 01

Incluir, na unidade orçamentária 11.101 – Diretoria Geral - DG, da Secretaria de Educação, a previsão da seguinte natureza da receita 1.7.6.1.02.00.02 – Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação, com

asseguíntes destinações e respectivos valores:

Valor da destinação 0.131.100339: R\$ 10.781.116,00

Valor da destinação 0.131.100346: R\$ 2.364.000,00

Valor da destinação 0.131.101260: R\$ 123.000,00

Os recursos para financiar esta Emenda serão anulados das mesmas destinações e valores da natureza da receita 1.7.6.1.02.00.03 – Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação.

Justificativa: Necessidade de adequar a efetiva previsão da receita constante do Anexo I à classificação da natureza da receita apropriada.

EMENDA DE RELATOR Nº 02

Alterar, na estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES, a denominação da Unidade Orçamentária 25.801 – Coordenação de Defesa Civil - CORDEC para 25.801 – Superintendência de Proteção e Defesa Civil. – SUDEC.

Justificativa: A alteração é necessária para atender o disposto na Lei nº 12.921, de 22 de novembro de 2013, publicada, portanto, após a conclusão da elaboração da Proposta Orçamentária 2014.

EMENDA DE RELATOR Nº 03

Alterar, na Unidade Orçamentária 21.101 – Diretoria Geral, da Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, o grupo de despesa e a modalidade de aplicação da ação 2000 – Manutenção de Serviços Técnico e Administrativo, na forma abaixo e mantidos os demais atributos.

De:

Grupo de Despesa: 3.3 – Outras Despesas Correntes

Modalidade de Aplicação: 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Valor: R\$ 85.000,00

Para:

Grupo de Despesa: 3.1 – Pessoal e Encargos Sociais

Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 85.000,00

Justificativa: O reforço faz-se necessário para atender despesas com ressarcimento de pessoal requisitado, despesas essas que devem estar com dotação orçamentária própria desde a abertura do cronograma financeiro, no início do exercício 2014.

EMENDA DE RELATOR Nº 04

Incluir, na Unidade Orçamentária 33.101 – Diretoria Administrativa e Financeira - DAF, do Gabinete do Governador – GAB GOV, a ação 7854 – Recuperação de Edifício Público, na forma abaixo:

Tipo de Orçamento: Fiscal

Poder: 03 – Executivo

Órgão: 33 – Gabinete do Governador

Unidade Orçamentária: 33.101 – Diretoria de Administração e Finanças

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 152 – Modernização da Gestão Pública

Objetivo: Recuperar as instalações físicas das edificações públicas, visando a melhoria das condições de seu funcionamento

Produto: 0016 – Edifício público recuperado

Grupo de Despesa: 4.4 – Investimentos

Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 530.000,00

Os recursos para atender esta Emenda serão provenientes de anulação de dotação, conforme discriminado a seguir:

Tipo de Orçamento: Fiscal

Poder: 03 – Executivo

Órgão: 33 – Gabinete do Governador

Unidade Orçamentária: 33.101 – Diretoria de Administração e Finanças

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Ação: 7790 – Recuperação da Sede do Gabinete do Governador

Produto: 0016 – Edifício público recuperado

Grupo de Despesa: 3.3 – Outras Despesas Correntes – R\$ 30.000,00

Grupo de Despesa: 4.4 – Investimentos – R\$ 500.000,00

Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas

Valor total: R\$ 530.000,00

Justificativa: A inclusão da ação é necessária para que o órgão possa realizar despesas na plataforma IV do Centro Administrativo da Bahia - CAB, não previstas quando da elaboração da Proposta Orçamentária 2014.

EMENDA DE RELATOR Nº 05

Incluir, na Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, a Unidade Orçamentária 21.601 – Fundo de Promoção do Trabalho Decente - FUNTRAD, na forma abaixo:

Tipo de Orçamento: Fiscal

Poder: 03 – Executivo

Órgão: 21 – Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Unidade Orçamentária: 21.601 – Fundo de Promoção do Trabalho Decente

Função: 11 – Trabalho

Subfunção: 332 – Relações de Trabalho

Programa: 121 – Trabalho Decente

Ação: 4362 – Apoio às Ações de Promoção do Trabalho Decente

Objetivo: Apoiar, em caráter suplementar, as ações de promoção do trabalho decente.

Produto: 1198 – Ação de promoção do trabalho decente apoiado

Grupo de Despesa: 3.3 – Outras Despesas Correntes

Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 1.000,00

Os recursos para atender esta Emenda serão provenientes de anulação de dotação, conforme discriminado a seguir:

Tipo de Orçamento: Fiscal

Poder: 03 – Executivo

Órgão: 21 – Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Unidade Orçamentária: 21.101 – Diretoria Geral

Função: 11 – Trabalho

Subfunção: 332 – Relações de Trabalho

Programa: 121 – Trabalho Decente

Ação: 2102 – Desenvolvimento da Agenda Estadual do Trabalho Decente

Produto: 0256 – Agenda do trabalho decente desenvolvido

Grupo de Despesa: 3.3 – Outras Despesas Correntes

Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 1.000,00

Justificativa: Necessidade de incluir o Fundo de Promoção do Trabalho Decente - FUNTRAD no Orçamento do Estado, criado através da Lei nº 12.356 de 22 de setembro de 2011, em razão do seu cadastramento no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças - FIPLAN ter ocorrido após a conclusão da elaboração da Proposta Orçamentária 2014.

EMENDA DE RELATOR Nº 06

Incluir, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, a Unidade Orçamentária 26.602 – Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural - FEPPAC, na forma abaixo:

Tipo de Orçamento: Fiscal

Poder: 03 – Executivo

Órgão: 26 – Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Unidade Orçamentária: 26.602 – Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural - FEPPAC

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 391 – Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico

Programa: 134 – Reabilitação do Centro Antigo de Salvador

Ação: 1176 – Recuperação do Patrimônio Histórico - Monumenta/BID

Objetivo: Recuperar a área urbana do Centro Histórico de Salvador e monumentos, ampliando seu uso econômico, cultural, social e habitacional.

Produto: 0094 – Imóvel público recuperado

Grupo de Despesa: 4.4 – Investimento

Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 100.000,00

Os recursos para atender esta Emenda serão provenientes de anulação de

dotação, conforme discriminado a seguir:

Tipo de Orçamento: Fiscal

Poder: 03 – Executivo

Órgão: 26 – Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Unidade Orçamentária: 26.401 – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 502 – Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo

Ação: 2000 – Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos

Grupo de Despesa: 3.3 – Outras Despesas Correntes

Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 100.000,00

Justificativa: Necessidade de incluir o Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural – FEPPAC no Orçamento do Estado, decorrente da Lei nº 12.922, de 22 de novembro de 2013 que autorizou sua criação, após a conclusão da elaboração da Proposta Orçamentária 2014.

EMENDA DE RELATOR Nº 07

Incluir, no Orçamento Fiscal do Poder Executivo e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, a Unidade Orçamentária 26.402 – Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB, bem como o respectivo Programa de Trabalho, na forma abaixo:

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 502 – Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo

Ação: 2000 – Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos

Objetivo: Executar as despesas com administração e gestão, a exemplo de material, patrimônio, transporte e outros serviços auxiliares, bem como de assessoramento e controle.

Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas

Grupo de Despesa: 3.3 – Outras Despesas Correntes

Valor: R\$ 6.585.000,00

Grupo de Despesa: 3.1 – Pessoal

Valor: R\$ 126.000,00

Grupo de Despesa: 4.4 – Investimento

Valor: R\$ 157.000,00

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 502 – Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo

Ação: 2001 – Administração de Pessoal e Encargos

Objetivo: Atender aos compromissos com o pagamento de vencimentos e vantagens de pessoal.

Grupo de Despesa: 3.1 – Pessoal

Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 13.716.000,00

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 126 – Tecnologia da Informação

Programa: 502 – Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo

Ação: 2002 – Manutenção dos Serviços de Informática

Objetivo: Promover a melhoria do desempenho das atividades administrativas mediante a informatização, racionalização e otimização dos recursos disponíveis

Grupo de Despesa: 3.3 – Outras Despesas Correntes

Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 42.000,00

Grupo de Despesa: 4.4 – Investimento

Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 300.000,00

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 331 – Proteção e Benefícios ao Trabalhador

Programa: 502 – Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo

Ação: 2013 – Auxílios Transporte e Alimentação aos Servidores e Empregados Públicos

Objetivo: Conceder auxílios transporte e alimentação aos servidores e empregados públicos conforme autorização legal.

Grupo de Despesa: 3.3 – Outras Despesas Correntes

Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 1.512.000,00

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 502 – Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo

Ação: 2018 – Encargos com Concessionárias de Serviços Públicos

Objetivo: Garantir o fornecimento de energia elétrica, água, telefonia, correios e outras atividades de utilidade pública concedidas.

Grupo de Despesa: 3.3 – Outras Despesas Correntes

Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 1.200.000,00

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 131 – Comunicação Social

Programa: 502 – Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo

Ação: 2020 – Comunicação Legal

Objetivo: Atender despesas com a divulgação de atos oficiais do Órgão

Grupo de Despesa: 3.3 – Outras Despesas Correntes

Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 17.000,00

Os recursos para atender esta Emenda serão provenientes de anulação de dotação do Orçamento Fiscal da Unidade Orçamentária: 80.101 – Encargos Gerais do Estado – Recursos sob Gestão Depat/Sefaz, do Órgão Encargos Gerais do Estado, conforme discriminado a seguir:

Função: 28 – Encargos Especiais

Subfunção: 846 – Outros Encargos Especiais

Programa: 900 – Operação Especial

Ação: 8017 – Encargos com o Pasep

Grupo de Despesa: 3.3 – Outras Despesas Correntes

Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 9.813.000,00

Função: 28 – Encargos Especiais

Subfunção: 846 – Outros Encargos Especiais

Programa: 900 – Operação Especial

Ação: 8018 – Provisão para Despesas com Pessoal

Grupo de Despesa: 3.1 – Pessoal

Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 13.842.000,00

Justificativa: Necessidade de incluir a Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB no Orçamento do Estado, decorrente da Lei nº 12.911 de 11 de outubro de 2013 que autorizou sua criação, após a conclusão da elaboração da Proposta Orçamentária 2014.

Ante o exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 20.487/2013 com as alterações introduzidas pela emenda nº 55.131 e pelas emendas de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 7 de janeiro de 2014.

Deputado João Bonfim - Relator.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, acompanhei atentamente a leitura do deputado João Bonfim, e alguns trechos ficaram inaudíveis. Então, peço a V.Ex^a que me conceda vista para que possa debruçar-me sobre o parecer com maior tempo e entender melhor o que foi explicitado e lido pelo relator, nobre deputado João Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Concedo vista ao deputado Carlos Geilson, pelo prazo máximo de 48 horas.

Antes de encerrar a sessão, convoco uma sessão extraordinária para ser votado, em 2º turno, o projeto de lei oriundo do Tribunal de Contas dos Municípios, que leva o nº 20.615/2013.

Declaro encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*